

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9,30 horas, do dia 2013/12/27

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
1	~~Ata nº 25/2013 da reunião de câmara de 2013/12/11~~	<i>Retizado</i>		Aprovação
2	~~Moção Sobre o Orçamento de Estado para 2014~~	<i>Retizado</i>		Aprovação
	PROTEÇÃO CIVIL			
3	Plano de emergência externo da Solvay - Diretiva Seveso II - Consulta pública			Aprovação
	GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA			
4	Relação de atos da competência da câmara municipal delegados e praticados pelo Sr. Presidente			Conhecimento
5	Aumento de comproprietários - Casal da Mata	Henrique Manuel Alenquer Félix e outra	S. João dos Montes	Aprovação
6	Receção provisória das obras de urbanização e redução da caução do loteamento do Gentil	Urbanização do Gentil, Lda	Vialonga	Aprovação
7	Exercício do direito de preferência sobre os lotes 395 e 396 da AUGI Quinta da Bela Vista	Rogério Azevedo da Silva	S. João dos Montes	Aprovação
	OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS			
8	Execução da escola básica do 1º ciclo do Sobralinho - Devolução do valor pago pelas peças do procedimento	Cunha & Barroso, Lda	Sobralinho	Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9,30 horas, do dia 2013/12/27

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
9	Construção do centro de saúde de Vila Franca de Xira - Anulação do acionamento das garantias bancárias	Construções José Coutinho, SA	Vila Franca de Xira	Aprovação
10	Execução da passagem superior pedonal do Forte da Casa - Aceitação da devolução do adiantamento de preço e liberação da respetiva garantia bancária	Oliveiras - Engenharia e Construção, SA	Forte da Casa	Aprovação
11	Remodelação do Jardim Municipal Constantino Palha e qualificação dos espaços exteriores do bairro dos Avieiros - Auto de vistoria e liberação parcial da caução	Costa & Carvalho, SA	Vila Franca de Xira	Aprovação
12	Estabilização e contenção da encosta do Monte Gordo - Quinta de Santo Amaro - Auto de vistoria para receção provisória	Alves Ribeiro, SA	Vila Franca de Xira	Aprovação
13	Requalificação urbana da Praça das Flores - Auto de vistoria e receção definitiva e liberação de caução	Jardimagem - Construção e manutenção de espaços verdes, Lda	Forte da Casa	Aprovação
14	~~Execução do jardim de infância de Povos - Auto de vistoria e receção definitiva, conta final e liberação de caução~~	~~CONSTROPE - Congevia, engenharia e construção, SA~~	~~Vila Franca de Xira~~	~~Aprovação~~
15	Requalificação urbana da frente ribeirinha da zona sul do concelho - Núcleo Museológico "A Póvoa e o Rio" - Conta final	AECI - Arquitectura, construção e empreendimentos imobiliários, SA	Póvoa de St.ª Iria	Aprovação
	APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS			
16	Relação dos atos praticados pela Srª Vereadora Marina Tiago, no uso da delegação e subdelegação de competências do Sr. Presidente			Conhecimento

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9,30 horas, do dia 2013/12/27

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA			
	. Assuntos apresentados para conhecimento			
	Da competência do Presidente da C.M.			
17	Relação dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal			Conhecimento
18	Legislação síntese			Conhecimento
19	Pagamentos autorizados			Conhecimento
20	Balancetes			Conhecimento
21	~~Parecer prévio vinculativo e abertura do procedimento - Ajuste direto do regime geral~~	Rebuzado		Aprovação
	~~Prestação de serviços de apoio e informação ao gabinete dos Vereadores da Coligação Democrática Unitária~~			
22	Revogação do protocolo relativo à Casa Museu Mário Coelho e aprovação de contrato de arrendamento do prédio urbano, sito na Travessa do Alecrim, nº 5		Vila Franca de Xira	Aprovação
23	Parecer prévio vinculativo e prorrogação de contrato de prestação de serviços por avença	Artur Miguel Ribeiro da Silva Peixe		Aprovação
24	Parecer prévio vinculativo e prorrogação de contrato de prestação de serviços por avença	Manuel Santos Rodrigues de Almeida		Aprovação
25	SIADAP1 - Avaliação das unidades orgânicas - Quadro de Avaliação e Responsabilização - QUAR 2014			Aprovação
26	Requalificação do mercado de levante da Póvoa de Santa Iria e estruturação urbanística da envolvente - Substituição de retenção por garantia bancária	Construções Pragosa, SA		Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9,30 horas, do dia 2013/12/27

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
27	Ecoparque da Póvoa de Santa Iria - Hortas Urbanas - Substituição de retenção por garantia bancária	Construções Pragosa, SA		Aprovação
28	9ª alteração ao orçamento e plano plurianual de investimentos e 7ª alteração ao plano de atividades municipais para 2013			Aprovação
29	Autorização genérica para dispensa de parecer prévio vinculativo - Listagem de contratos			Conhecimento
30	Exercício de direito de preferência correspondente à garagem sita no Bairro Fundo Fomento de Habitação, nº 39	Paulo Jorge Pedro Maçãs	Alhandra	Aprovação
31	Adenda ao protocolo de cedência de instalações para o ano de 2014	Autobacelos, Lda		Aprovação
	EDUCAÇÃO E CULTURA			
~~32~~	~~Protocolo de utilização do barco varino "Liberdade" - Projeto Barcas do Tejo~~	~~Retizado~~		~~Aprovação~~
	AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL			
~~33~~	~~Ecobairro - Normas das hortas urbanas~~	~~Retizado~~		~~Aprovação~~
~~34~~	~~Horário de funcionamento das quintas municipais de Suberra e Sobralinho para 2014~~	~~Retizado~~		~~Aprovação~~
	REABILITAÇÃO URBANA			
~~35~~	~~POLIS XXI - Requalificação da frente ribeirinha da zona sul do concelho - Empreitada do parque urbano da Póvoa de Santa Iria - 1ª e 2ª fases - Trabalhos a menos~~	~~Retizado~~	~~Póvoa de St.ª Iria~~	~~Aprovação~~

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9,30 horas, do dia 2013/12/27

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
36	~~POLIS XXI - Requalificação da frente ribeirinha da zona sul do concelho - Empreitada do parque urbano da Póvoa de Santa Iria - 1ª e 2ª fases - Auto de vistoria e receção provisória final~~ ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	~~Rejeitado~~	~~Póvoa de St.ª Iria~~	~~Aprovação~~
37	Proposta de repreensão escrita	Rejeitado		Aprovação
38	Ata em minuta da reunião			Aprovação

MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA E PÚBLICA DE 2013/12/27

Aos vinte e sete dias do mês de dezembro de dois mil e treze, pelas 9h30, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, sob a presidência do Sr. Alberto Simões Maia Mesquita, Presidente da Câmara Municipal, estando presentes os Srs. Vereadores: -----

. Nuno Miguel Marques Libório; -----
. Fernando Paulo Ferreira; -----
. Aurélio dos Santos Marques; -----
. Rui Ribeiro Rei; -----
. Marina Estevão Tiago; -----
. Paulo Sérgio Pinto Rodrigues; -----
. António José Sequeira Félix; -----
. Margarida Dinis Cavaleiro; -----
. José António da Silva de Oliveira; -----
. Helena Margarida Mendes Pereira de Jesus. -----

Estiveram ausentes os Srs. Vereadores: Ana Lúcia Alves Cardoso, tendo sido substituída pela Srª Vereadora Margarida Dinis Cavaleiro, e João Manuel Correia Pires de Carvalho, tendo sido substituído pela Srª Vereadora Helena Margarida Mendes Pereira de Jesus. -----

A reunião foi secretariada por Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, assessorado por Sónia Isabel Duarte Ferreira, Assistente Técnica. -----

Declarada aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações sobre o expediente apresentado: -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Atã 002

Reunião de 2013/12/27

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PRESENÇAS DO PESSOAL DIRIGENTE E TÉCNICOS-----

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA-----

. Adjuntos-----

Mário Nuno Duarte -----

Jorge Zacarias-----

. Técnico Superior-----

Dr. Renato Gonçalves -----

GABINETE DE APOIO À VERAÇÃO -----

. Adjunto -----

Adão Conde -----

. Secretária-----

Fernanda Gomes-----

. Assessoria -----

Bruno Oliveira-----

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO MUNICIPAL E RELAÇÕES PÚBLICAS-----

. Técnica Superior-----

Drª Prazeres Tavares -----

GABINETE DE APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS-----

. Coordenadora -----

Drª Isabel Araújo-----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA -----

. Chefe da Divisão de Planeamento Financeiro e Controlo Interno -----

Drª Nélida Soares -----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA-----

. Chefe da Divisão de Gestão Urbanística-----

Arqtª Teresa Laranjeiro -----

DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS -----

. Diretora-----

Engª Rosário Ferrão -----

. Chefe da Divisão de Infraestruturas Tecnológicas-----

Engª Clemente Rocha -----



Reunião de 2013/12/27

Deliberação nº _____

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL-----

. Chefe da Divisão de Ambiente, Sustentabilidade e Espaço Público -----

Arqt^a Catarina Conde -----

Fl. Livro _____

Fl. Ata **004**

Reunião de 2013/12/27

CAPÍTULO: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA



Reunião de 2013/12/27

Deliberação nº **1237**

Deliberado, por unanimidade, aprovar o voto de pesar.-----

A

M

Falecimento do pintor e arquitecto Nadir Afonso
Voto de Pesar do Município de Vila Franca de Xira

O Município de Vila Franca de Xira expressa o seu pesar pelo falecimento do pintor e arquiteto Nadir Afonso (n. Chaves 1920; f. Cascais 11.12.2013), um dos nomes mais representativos da arte portuguesa do séc. XX.

Durante a década de sessenta, Nadir Afonso trabalhou em vários projectos de Arquitetura, em Chaves e em Coimbra, abandonando definitivamente a Arquitetura em 1955 para se dedicar em exclusivo à sua produção artística. Datam deste período alguns eventos artísticos de grande relevo, no quais Nadir Afonso marcou presença, como sejam: as exposições do SNI (Secretariado Nacional de Informação) em Lisboa, nos anos de 1961 e de 1968; a exposição da ESBAP (Escola Superior de Belas Artes do Porto), em 1963, da Cooperativa Árvore, no Porto, em 1966, e a representação de Portugal na Bienal de S. Paulo, nos anos de 1963 e de 1969.

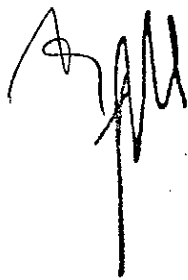
Ainda nos anos sessenta do séc. XX, é-lhe atribuído o Prémio Nacional de Pintura (1967) e uma Bolsa da Fundação Caloust Gulbenkian em Paris (1968). Em 1969 recebe o Prémio Amadeo de Sousa-Cardozo.

Em 1984, Nadir Afonso é condecorado com o grau de Oficial e, em 2010, é-lhe concedida a Ordem Militar de Sant'Iago da Espada.

Considerado como um dos nomes mais importantes da arte portuguesa do séc. XX, a colaboração mais recente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, através do seu Museu do Neo-Realismo, com o artista, corporizou-se na exposição realizada no Salão Nobre dos Paços do Concelho, intitulada *Cidades de Nadir Afonso*, patente entre 20 de Fevereiro e 23 de Junho do corrente ano de 2013, onde puderam ser apreciadas 13 serigrafias deste artista (12 serigrafias da sua colecção particular e 1 serigrafia intitulada *Procissão em Veneza*, da colecção de gravuras do Museu Municipal de Vila Franca de Xira (incorporada no seu acervo em 2012).

Paralelamente à exposição nos Paços do Concelho, esteve também exposta no Átrio do Museu do Neo-Realismo, uma tapeçaria produzida pela "Manufatura de Portalegre" a partir da obra *Procissão em Veneza*, tapeçaria esta que pertence ao Museu do Neo-Realismo, tendo sido incorporada no seu acervo em 2012.

Vila Franca de Xira, 27 de Dezembro de 2013.



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

RESPOSTA A UMA QUESTÃO COLOCADA PELO SR. VEREADOR NUNO LIBÓRIO NA REUNIÃO DE 2013/12/11, RELATIVA AO PONTO 10 DA ORDEM DO DIA-----

Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, dizendo que na última reunião ficou por responder uma questão relativa aos serviços municipalizados, e formulada pelo Sr. Vereador Nuno Libório, referente à aquisição dos serviços para medição de consumos, leituras de contadores, que veio à câmara municipal para conhecimento, e que também foi à assembleia municipal.-----

A questão formulada pelo Sr. Vereador é totalmente pertinente, dado o seu fundamento, e após consulta aos serviços e ao processo ficou mais confortável para esta análise.-----

Os SMAS têm no seu quadro 5 leitores, e há que cumprir a legislação, que obriga a uma contagem de 4 em 4 meses. Desde há cerca de 1 ano a esta parte estão a ser feitas contagens de 3 em 3 meses, com todos os benefícios que daí advêm para o consumidor e para os SMAS, uma vez que se se compra o bem, que é a água, à EPAL, também têm que se ter meios para pagar.-----

No entanto, o que está subjacente à aquisição de serviços de medição está interligado ao quadro dos 5 leitores. Não se trata de uma medição em permanência, será uma “almofada” de contagem de 30 000 unidades, para os períodos de férias e doença, em que estes 5 leitores, eventualmente, poderiam não cumprir a legislação em vigor. -----

Para não se entrar em contravenção tem que se ter uma retaguarda que cumpra, em primeiro, a medição dos 4 meses, não se ficando sujeito a penalidades.-----

Para terminar, ao analisar a questão colocada pelo Sr. Vereador, sobre o porquê, em vez disto, de não haver admissões, responde que está perfeitamente de acordo, mas terá que responder que a legislação atual não o permite, como o Sr. Vereador conhece sobejamente, tão bem quanto o próprio, ou melhor. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, agradecendo a resposta, mas os membros da CDU gostariam de colocar novamente a mesma preocupação, a preocupação de sempre. -----

Têm consciência que há limitações de entrada de pessoal nos quadros do município, ao abrigo da imposição legislativa, mas é possível, no entanto,



Reunião de 2013/12/27

Deliberação nº

regularizar e contratar pessoal, de uma forma progressiva e bastante limitada. Portanto, não se pode fazer a afirmação de que se está proibido ou totalmente impedido de contratar pessoal. -----

É uma questão de opção, dentro dos critérios apertadíssimos que a legislação, obviamente, impõe.-----

Se assim é, os leitores-contadores poderão ser eventualmente uma das prioridades de contratação de pessoal, no âmbito do ano que se iniciará em 2014. -----



Reunião de 2013/12/27

Deliberação nº

O Sr. Presidente, na assembleia municipal, também partilhou das preocupações, disse que o assunto ia analisar-se, e esperam que essa requalificação seja repensada e certamente virá à reunião de câmara, para se debruçarem sobre ela.--



Deliberação nº _____

aod.4



Reunião de 2013/12/27

Deliberação nº

Dará ao Sr. Presidente um documento, feito em linguagem da pessoa que lho entregou, para se analisar, e não quer dizer que seja a redação que lá está, mas dentro disso, para depois se analisar, vendo-se o que é que se podia pôr nessa placa, que justificasse, para quem não conhece, principalmente quem seja de fora, e saber o que é aquele monumento. -----



Reunião de 2013/12/27

Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
QUESTÕES LEVANTADAS PELA CDU, SEM RESPOSTA, NAS ÚLTIMAS REUNIÕES DE
CÂMARA-----

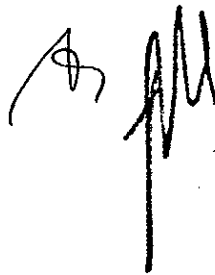
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que os membros da CDU continuam sem resposta a diferentes e várias questões levantadas em três reuniões de câmara, pelo que pede desculpa, mas terá que perguntar as coisas do seguinte modo. Há alguma intenção deliberada para não se responder, ou por que razão não se respeita o estatuto da oposição? -----

Falam de um requerimento apresentado sobre a qualidade do ar em Alhandra, intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente, e disponibilização de informação no site do município.-----

Falam dos centros comerciais no concelho de Vila Franca de Xira, e das descargas no rio Crós-Cós, que se mantêm, bem como de informação relativa aos impactos rodoviários do loteamento industrial e logístico do Sobralinho, e também de um requerimento do depósito de terras em terrenos não apropriados em Vialonga. -----



Deliberação nº



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

PROTOCOLO COM JOSÉ MARIA DUARTE JÚNIOR -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, reportando-se ao protocolo com José Maria Duarte Júnior, e ao facto de se continuar sem usufruir de um crédito de mais de 2 milhões de euros, e de novas instalações para a Junta de Freguesia da Póvoa de Santa Iria. -----

Estranham também o facto de este protocolo não constar da listagem de processos judiciais em curso. Portanto, gostariam de ouvir a câmara municipal sobre como e de que forma usará desse crédito, e por que razão a situação, que se trata de uma questão de foro judicial, não consta da listagem de processos em curso. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, reportando-se ao estacionamento subterrâneo na Quinta da Piedade, referindo que a Coligação Novo Rumo já colocou várias questões sobre a matéria, e continua no mesmo ponto de situação. -

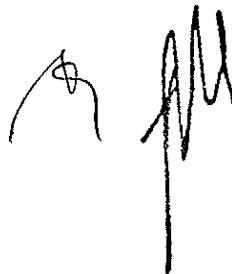
A câmara municipal aprovou, e salienta que a única força política que não aprovou aquela entrega a José Maria Duarte Júnior foi a sua, na altura era o próprio o único vereador eleito do PSD na câmara municipal. O Partido Socialista e o Partido Comunista votaram a favor, desde o primeiro protocolo, e aquilo foi no quarto ou quinto protocolo, que finalmente entrou em vigor, sendo que aquilo que perguntam é para quando se obriga aquela entidade a pagar a dívida à câmara municipal. -----

Quando é que a câmara municipal traz à reunião a dívida total do promotor e a forma de ser ressarcida desse valor? -----

Volta a chamar à atenção que as garagens estão em plena venda, e pergunta, se se deixa fugir aquele ativo, onde é que se vai buscar o dinheiro. -----

Há mais de 2 anos que a sua coligação chama à atenção, e a informação da câmara municipal é que os herdeiros renunciaram à herança, mas o próprio não tem nenhum documento escrito que diga isso mesmo. Não tem nenhum documento que diga qual é a estratégia da câmara municipal para receber, quer a questão das garagens, que tem como contrapartida uma escola, e que a câmara municipal já pagou, de mais de 1 milhão de euros, e não recebeu, quer a da sede da junta de freguesia e afins, que eventualmente não irá receber, quer a questão dos loteamentos em Vialonga. -----

A câmara municipal recebeu dois lotes como garantia, fez uma aprovação



“expresso”, o mais rápido que conhece, aprovou uma construção para terrenos que eram seus, e permitiu que José Maria Duarte Júnior construísse e vendesse, pelo que gostaria de saber como se vai resolver esta situação, e em que circunstâncias a câmara municipal poderá vir a receber o dinheiro. -----
Depois, os membros da Coligação Novo Rumo não percebem por que é que, no mínimo, não há um processo contra esta entidade. Não conseguem entender, quando há juristas, que são muitos na câmara municipal, mais um advogado, vindo hoje a reunião a renovação da sua avença, que não haja condição de colocar um processo a estes senhores, para receber o dinheiro que, no mínimo, é da câmara municipal, que não quer mais, quer o dinheiro, mais os juros. -----
O que é que se tem em cima da mesma para se virem a receber estas quantias, que são da câmara municipal, e que fazem efetivamente muita falta? -----



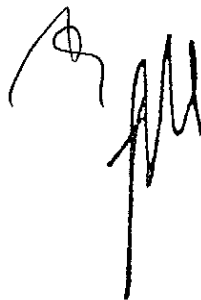
Reunião de 2013/12/27

Deliberação nº

Desta forma, gostariam de saber o que é que o Partido Socialista queria dizer com estas afirmações. -----



Deliberação nº _____



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
PARQUE DE ESTACIONAMENTO JUNTO À ESTAÇÃO DE CAMINHOS DE FERRO DE
VILA FRANCA DE XIRA-----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, desejando a continuação de boas festas para todos, que o espírito natalício se prolongue por mais 364 dias, e que 2014 seja para todos um ano de verdadeira justiça social.-----

Tem algumas questões para perguntar, prendendo-se a primeira com o parque de estacionamento junto à estação de caminhos de ferro de Vila Franca de Xira, em que os membros da CDU gostavam de saber qual é o ponto de situação atual, tendo em conta que o parque está pronto e entregue à câmara municipal já há bastante tempo.-----

Até hoje não foi aberto, há inúmeras reclamações de utentes do caminho de ferro que solicitam a abertura de um parque de estacionamento que está pronto mas que não há meio de ser colocado a usufruto das populações, e gostavam de saber o ponto de situação em que se encontra a abertura deste parque de estacionamento. -----



Reunião de 2013/12/27

Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
PROPOSTA DA CDU PARA A DOTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O CENTRO
CULTURAL DO BOM SUCESSO -----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, referindo que faz hoje precisamente um mês, na reunião de câmara do dia 27 de novembro, os membros da CDU apresentaram uma proposta para dotação de equipamentos do Centro Cultural do Bom Sucesso. -----

Essa proposta, fruto da discussão que foi tida, foi retirada por unanimidade, no sentido de os serviços poderem fazer um apuramento dos valores necessários para dotar este centro cultural dos equipamentos necessários ao seu bom funcionamento, para que depois a câmara municipal pudesse e tivesse a possibilidade de fazer uma reflexão mais profunda sobre o tema.-----

Um mês depois, e duas reuniões de câmara depois, questionam como está esta situação, se já foi feito esse levantamento, sim ou não, e qual os motivos do atraso do mesmo. -----



Fl. Ata 019

Reunião de 2013/12/27

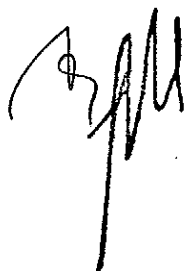
Proc^o

Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
DIREITO DE SUPERFÍCIE RELATIVO AO LOTE 1 DO BAIRRO DOS AVIEIROS –
ALHANDRA – ENTREGA DE MEMORANDO-----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, dizendo que na última reunião de câmara, no dia 11 deste mês, o ponto 48 da ordem do dia, para ser mais preciso, referente ao direito de superfície sobre o lote 1 do Bairro dos Avieiros de Alhandra, foi retirado, por unanimidade, no sentido dos serviços poderem executar o memorando com o histórico do processo.-----

Tendo em conta que já passaram 15 dias, julgam os membros da CDU que será tempo mais do que suficiente para a execução desse memorando, e questionam para quando a entrega do mesmo às bancadas desta câmara municipal.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
PROTOCOLO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL E A CENTRAL DE CERVEJAS – APOIO
ALIMENTAR -----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, afirmando que os membros da CDU receberam a informação, a qual agradecem, sobre o apoio alimentar, que foi solicitada na última reunião de câmara. -----

Como todos sabem, foi aprovado, quer na reunião de câmara, quer na assembleia municipal, a aquisição deste apoio alimentar para o ano de 2014, sendo que não está em questão o apoio alimentar em si, ao contrário de muitos “fait divers” que foram tidos à volta da discussão, não sendo essa a questão que está centrada em cima da mesa. -----

Tendo em conta que este apoio foi constituído em 2012; que nestes últimos 2 anos foi a Central de Cervejas que suportou financeiramente este apoio alimentar às famílias carenciadas do concelho, ao abrigo do protocolo, um contrato social entre a câmara municipal e a Central de Cervejas; tendo também em conta as declarações do Sr. Presidente na última reunião de câmara, que disse que há um compromisso da Central de Cervejas de estender esse protocolo para o ano de 2014, mas que até ao momento, à data de 11 deste mês, ainda não estava assinado; e considerando ainda que, quer a câmara municipal, quer a assembleia municipal, aprovaram a dotação e compromisso de verbas sem se ter a certeza de que a Central de Cervejas vai efetivamente assinar esse protocolo; gostavam de perguntar qual o ponto de situação, se a Central de Cervejas já assinou o protocolo, se o pensa fazer, ou quais as “démarches” que estão a ser tomadas nesse sentido. -----



Deliberação nº _____

[Handwritten signature]

Quem diz a cantina social da APAC diz outras cantinas sociais do concelho que não estão vertidas no documento, e a questão é saber se não estão vertidas no documento por omissão, ou porque, efetivamente, não são constituídas parceiras da câmara municipal neste processo. -----



Fl. Ata 022

Reunião de 2013/12/27

Proc^o

Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

PALÁCIO DA FLAMENGA - VIALONGA -----

Interveio a Srª Vereadora Margarida Cavaleiro, referindo que tem algumas questões para colocar, e tentará ser breve, começando pela questão do Palácio da Flamengo, em Vialonga.-----

Claro que é uma questão, como se pode imaginar, que muito entristece os membros da CDU, e muitos cidadãos, evidentemente, sendo lamentável constatar que aqueles avisos, aquelas recomendações que a sua bancada foi dando ao longo do tempo acabaram por, não sendo acatadas, se revelar pertinentes, em virtude daquilo que aconteceu e tem vindo a acontecer, devido ao abandono a que o edifício está sujeito.-----

Em virtude, agora, deste último acidente grave, perguntam que atitudes poderão ser tomadas pela câmara municipal, para se procurar proteger e requalificar aquele imóvel. -----



Reunião de 2013/12/27

Deliberação nº

Há agora outro novo gasto, de 50 mil euros, parece que afinal até mete um pouco de água, que não estava prevista, pois se estivesse até seria interessante. Assim, será que se vai ter uma terceira inauguração? -----



Reunião de 2013/12/27

Deliberação nº

Assim, perguntam se está lá efetivamente, e o que é que aconteceu a este projeto, que tão interessante seria para os habitantes, particularmente para as crianças, eventualmente.



Fl. Ata 025

Reunião de 2013/12/27

Proc⁰

Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

ACESSO À AGENDA CULTURAL DO CONCELHO -----

Interveio a Srª Vereadora Margarida Cavaleiro, referindo-se ao acesso à agenda cultural do concelho, e quem diz cultural abrange também a parte recreativa e desportiva.-----

Felizmente há bastantes atividades, levadas a cabo pelo movimento associativo, e até pela rede das bibliotecas, mas os membros da CDU verificam, enquanto utilizadores, que têm alguma dificuldade, por vezes, em descobrir o que está a acontecer em concreto. -----

Se uma pessoa procura um evento numa faixa etária específica, ou numa data específica, pensa que, dadas as novas tecnologias, e todo o acesso que elas permitem, ficando mais facilitada a informação, seria interessante ter uma base de dados que funcionasse, efetivamente, com a programação a que a população poderá ter acesso.-----



Reunião de 2013/12/27

Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
CABINES TELEFÓNICAS NO CONCELHO-----

Interveio a Srª Vereadora Margarida Cavaleiro, referindo-se ao facto de no concelho haver muitas cabines telefónicas, o que será certamente uma situação não exclusiva do concelho, mas é a ele a que se reportam os membros da CDU, pois é nele que vivem, efetivamente degradadas, obsoletas, e a maioria não é acessível aos cidadãos de mobilidade condicionada.-----

Assim, questionam se já não estaria na altura de contactar a PT, se é que esse contacto foi ou não feito, mas, aparentemente, pelo menos no território, não se espelha uma grande articulação, e até que ponto é que, manifestando-se uma não necessidade de tantas cabines, e não sabe se assim será, algumas serão removidas e outras requalificadas. -----

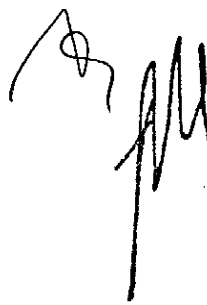
Ter monos na via pública, que poderão ser de alguma forma disfuncionais, ou prejudiciais também, não será de todo interessante.-----



Reunião de 2013/12/27

Deliberação nº

Pensam os membros da CDU que não se poderá continuar à espera das obras do centro de estágios, sobranceiras àquele troço, e já que a população tem acesso a um passeio ribeirinho para o fim de semana, nalguns troços bastante interessante, consideram que aquele percurso, que é do quotidiano e percorrido tantas vezes, mereceria uma atenção especial. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

PASSEIO RIBEIRINHO ENTRE A PÓVOA DE SANTA IRIA E ALVERCA DO RIBATEJO-----

Interveio a Srª Vereadora Margarida Cavaleiro, referindo que os membros da CDU, relativamente ao passeio ribeirinho, entendem que a intervenção que existe em grande parte, entre a Póvoa e Alverca, é bastante naturalizada, tem inclusivamente piso em terra batida, e parece-lhes de certa forma interessante, para preservar a zona.-----

No entanto, naturalmente que uma intervenção deste género requer, devido à erosão que se vai provocando, um plano de manutenção, e perguntam então se esse plano de manutenção existe, se está a ser implementado, ou que custos é que acarretam.-----

Decorrente deste plano de manutenção, que admitem que esteja intimamente relacionado com o projeto inicial, ficaram espantados, porque verificaram que está agora a ser feita, ou até já estará concluída, uma desmatção das margens, que pensa ser dos trilhos da Verdelha e da Estação, que são os percursos em terra batida entre Alverca e depois as zonas em passadiço de madeira, já perto da Póvoa.-----

Parece-lhes muito estranho recorrer ao desbaste, à desmatção, em primeiro porque essa vegetação crescia em taludes, e a vegetação correta ou selecionada previamente poderá ser uma forma de sustentar esses taludes.-----

Depois, há a parte do enquadramento paisagístico, que também parecia interessante.-----

Para além disso há a parte económica, ou seja, será que nesse plano de manutenção, a existir, inclui a desmatção do percurso?-----

Se assim é parece-lhes que há um erro de projeto, ou qualquer tipo de erro, porque naturalmente que haverá algum tipo de vegetação adequada que não requeira esse tipo de manutenção.-----

-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata **029**

Reunião de 2013/12/27

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

ILUMINAÇÃO PÚBLICA -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo têm duas questões para colocar, tendo a primeira a ver com a substituição da iluminação pública por iluminação LED. -----

Têm recebido algumas reclamações, e exemplo disso é a rua Almeida Garrett, em Vila Franca de Xira, em que se nota que metade ou parte da rua tem iluminação antiga, e outra tem iluminação LED. -----

A iluminação com LED acaba por ser quase inexistente, está muito alta, e o certo é que, de facto, a rua fica quase totalmente às escuras com a iluminação LED.-----

Desta forma, solicitam que o Sr. Presidente verifique a situação, porque efetivamente, nomeadamente naquela rua em especial, além das pessoas que por ali passam, também há comércio e restauração aberta. -----

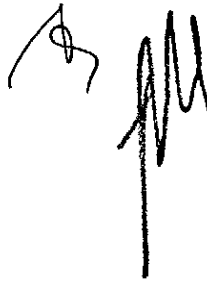
Por outro lado, gostariam de saber, quanto a esta substituição de iluminação, se existe algum contrato de manutenção, alguma garantia de horas com esta iluminação LED, e se há algum contrato com a empresa que vendeu a iluminação, bem como, se houver alguma avaria, quem arranja, e se tem a ver ou não com esse tal contrato de manutenção.-----

Ao fim ao cabo, gostariam de saber os custos da substituição e da manutenção da iluminação. -----

Também lhes foi referido, nomeadamente na Póvoa antiga, que a iluminação pública é desligada por volta das 6h30, 6h45 da manhã, o que nesta altura do ano é manifestamente insuficiente, porque ainda está muito escuro a essa hora. -----

Solicitam, também, que o Sr. Presidente mandasse verificar a situação. -----

-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
RUA ALVES REDOL – VILA FRANCA DE XIRA-----

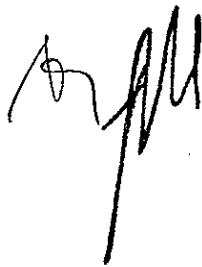
Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, reportando-se à rua Alves Redol, em Vila Franca de Xira, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo verificaram, com agrado, que as letras BUS foram eliminadas ou apagadas daquela rua. -----

Como o Sr. Presidente sabe, desde sempre foram contra a faixa BUS, tal como a CDU, e o certo é que, mesmo tendo as duas forças políticas manifestado essa posição em várias reuniões de câmara, se o Sr. Presidente bem se lembra, a uma sexta-feira, ao final da tarde, foram colocadas as letras BUS na tal faixa, na Rua Alves Redol. -----

Por isso, apenas queriam saber quais foram os custos da pintura, e os custos da iluminação dessas letras da faixa, que ainda existe, mas que terá de se analisar. Gostariam de saber, efetivamente, quanto custaram a todos estas duas operações. Depois, pretendem a resolução desta questão em definitivo, apesar de saberem que o estudo de tráfego refere ser bom para o trânsito, para a sua fluidez, existirem duas faixas, pois continuam a não concordar. -----

Não é que não concordassem com as duas faixas, mas não há é espaço para duas faixas e estacionamento, e há que se ponderar, efetivamente, o que é mais importante para a população de Vila Franca de Xira e, ouvindo a população, não foi das suas cabeças, chegam à conclusão que o mais importante é o estacionamento. Daí que consideram que se deve manter só uma das faixas, como antigamente.-----
Neste sentido, pedem ao Sr. Presidente que, efetivamente, e rapidamente, esta situação venha a reunião de câmara para, em definitivo, se decidir sobre a rua Alves Redol, que anda há 2 anos, pelo menos, um bocadinho em “banho-maria”, sem qualquer necessidade. -----

-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

CRITÉRIOS DE AQUISIÇÃO DE LIVROS PARA AS BIBLIOTECAS DO MUNICÍPIO-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, desejando votos de boas festas, e que o ano de 2014 seja, de facto, melhor que este ano de 2013. -----

Gostaria de colocar algumas questões à câmara municipal, começando pela não decisão de aquisição do livro "50 Sombras de Grey", pela biblioteca de Vila Franca de Xira. -----

Gostavam os membros da Coligação Novo Rumo de saber, efetivamente, se o Dr. Vítor Figueiredo, enquanto chefe de divisão das bibliotecas de Vila Franca de Xira, é quem tem autonomia para tomar decisão na compra ou não de livros para a biblioteca. -----

Já consultou algumas páginas da internet onde o assunto é discutido, onde a determinada altura, num dos sites do mundo bibliotecário, o Dr. Vítor Figueiredo vem dizer que até já foram acusados de censura, mas isso não fazem, e o que querem dizer é que, se isto não é censura, aproxima-se um pouco desse facto. -----

Gostavam de saber quais são os critérios para se adquirirem livros e outras situações similares para o concelho, e se o vereador responsável pela cultura neste município esteve de acordo, apoiou, e por que é que apoiou. -----

Do ponto de vista dos membros da Coligação Novo Rumo devem existir critérios, e não pode, por muito culturalmente evoluída que seja qualquer pessoa que lê um livro, ou responsável da cultura, arrogar-se no direito de dizer que um livro é bom ou mau, a cultura é boa ou má, e ela não pode ser disponibilizada ao público. -----

O que se está a fazer é impedir uma parte da população de ter acesso a um bom ou mau livro, mas ter acesso a uma literatura e poder definir por si os critérios, face ao que está a ler. -----

Gostavam de saber que critérios estão em cima da mesa, porque efetivamente, se não se definirem critérios, pode-se deixar que, a determinada altura, em Vila Franca de Xira existam mais livros do Benfica que do Sporting, mais do Porto, do que do Belenenses, mais do Alverca que do Povoense, ou mais do Vila-franquense que do Castanheira do Ribatejo. -----

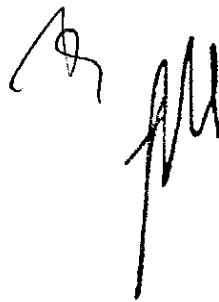
Vão-se ter alguns conflitos a prazo, e gostariam de saber o que os responsáveis políticos têm a fazer face à matéria, se estão de acordo, bem como que lhes



Reunião de 2013/12/27

Deliberação nº _____

entreguem os critérios para saberem, de hoje para futuro, com o que podem contar nas bibliotecas de Vila Franca de Xira. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

HOTEL NA URBANIZAÇÃO DA MALVA ROSA – ALVERCA DO RIBATEJO -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que leu informação sobre a necessidade de investimento na hotelaria em Vila Franca de Xira, e pensa que deve ter havido um lapso, com certeza, na comunicação social, neste caso no jornal que escreve esta matéria, pois a determinada altura é transcrito no jornal que “com a alteração do loteamento da Malva Rosa está previsto um novo hotel”, só que desde o primeiro momento em que foi aprovada a Malva Rosa estava previsto um espaço para a criação e construção de um hotel na Malva Rosa. -----

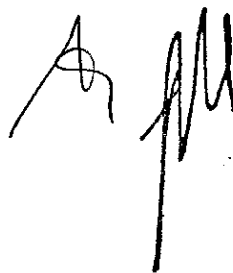
Se bem todos se recordam, o Partido Socialista ganhou a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira em 1997, está-se em 2013, no fim do ano, e não compete ao poder político, nem construir hotéis, dependendo da circunstância, mas pode e deve ser responsabilidade do poder político criar condições para tal, como já aconteceu em momentos anteriores, com a possibilidade do palácio do Sobralinho poder vir a ser um hotel de charme, mas compete ao poder político facilitar, e ser um facilitador de todos os processos.-----

Efetivamente, desde 1997 até 2013 não houve nenhuma situação destas, com exceção do hotel que fica por cima, na Loja Nova, pelo que não há só um hotel em Vila Franca de Xira, há pelo menos dois, e como não foi o Sr. Presidente que prestou mal a informação, está convencido que deve ter sido a comunicação social que escreveu mal. Não há um hotel, há pelo menos dois, e não houve alteração da Malva Rosa para ter o hotel, já estava desde início. -----

Depois, há outra questão, há a urbanização que foi aprovada da zona ribeirinha, e efetivamente, se houve entidade que sempre defendeu, e que está escrito, que deveria ter área de serviço e hotelaria, foi a bancada da Coligação Novo Rumo. Inclusivamente, junto do promotor assim disseram os seus membros, e a câmara municipal não fez coisa nenhuma para esse processo. -----

Portanto, quando se assiste, no vizinho concelho de Loures, inclusivamente no meio do lixo, à existência de um hotel, em Santa Iria de Azóia, ou seja, em frente a toda aquela zona desqualificada surgiu um hotel, não é efetivamente melhor nem mais atrativo que a zona de Alverca do Ribatejo, por exemplo.-----

Assim, do ponto de vista que têm, ao longo dos anos a câmara municipal não



conseguiu ser atrativa nem dar as condições necessárias para que o poder económico pudesse eventualmente investir neste concelho. -----

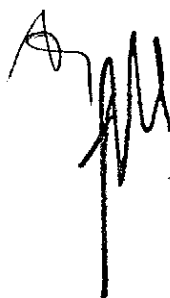
Exemplo disso são os inúmeros investimentos que a câmara municipal foi perdendo ao longo do tempo, como mais recentemente o expoente máximo, a questão do IKEA. -----

É importante, face às atuais circunstâncias por que Portugal passa neste momento, que Vila Franca de Xira avalie verdadeiramente o que quer fazer, a sua posição no território, e em que é que pode ser diferenciadora face aos restantes municípios da Área Metropolitana de Lisboa, ou da região onde se insere. É absolutamente essencial se se quer atrair investimento e criar emprego, porque se não se quiser fazer, pode-se pensar que a câmara municipal pode adquirir todos os edifícios que quiser, mas nunca será ela, nem nenhuma entidade do Estado, que criará riqueza e empregos, nem neste país, nem neste concelho. -----

Será sempre a iniciativa privada a fazer e a ser esse motor do desenvolvimento. Portanto, deveria repensar-se e pensar no que correu mal, para não se poder nem voltar a repetir alguns erros que levaram a estas situações, nomeadamente ao estado a que se chegou neste momento, quer no concelho, quer na cidade de Vila Franca de Xira, em particular, em que inclusivamente o centro comercial fechou as portas. -----

Isto demonstra que é o sinal dos tempos, e a desagregação e degradação do tecido social de há uns anos a esta parte, e não se pode vir dizer que é uma degradação fruto da situação económica do país, porque ainda se vivia em grande crescimento no país, fazendo de conta que não existia crise à volta, e Vila Franca de Xira já apresentava sinais de degradação, desinvestimento e desertificação, nomeadamente, a cidade sede do concelho, que deveria ser fator para pensar, de que forma se poderiam alterar estas circunstâncias. -----

-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

DESMATERIALIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL -----

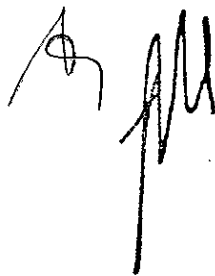
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que tem reparado que, efetivamente, os Srs. Vereadores, quer os que tomaram posse, quer os do anterior mandato, estão a voltar ao despacho do papel, e ao papel em grande força.-----

Assistiu também a um despacho que tem cerca de 15 dias, em que se dá poderes reforçados a um colaborador do gabinete da presidência da câmara municipal. Quando leu aquele despacho pensou "bem, quer dizer que o Partido Socialista, eventualmente com alguma recontagem de votos, conseguiu eleger mais um vereador", pois parecia mais um vereador. Depois, como estive na última assembleia municipal e viu que os vereadores eram os mesmos, chega hoje à reunião de câmara e não há mais nenhum vereador, quer dizer que é só mesmo um despacho que ali está.-----

Contudo, a verdade é que, olha-se para os documentos, e são praticamente todos despachados em papel, com assinatura e despachos normais, e há simultaneamente a questão de um despacho para a criação de um grupo de trabalho que, entre outros objetivos, visa esta questão da desmaterialização.-----

Pensa, e gostava de solicitar o ponto de situação da desmaterialização na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Onde é que se está, neste momento? Onde se estava? Onde se está hoje em matéria de desmaterialização, entre as várias divisões, os vários departamentos, os vereadores, os gabinetes dos vereadores, e a liderança de todo o processo, que é o gabinete do Sr. Presidente da câmara municipal?-----

Considera ser importante avaliar porque, do seu ponto de vista e da experiência que ganhou, que não é com certeza muita, a melhor forma de se perceber a redundância de alguns processos, se não se quiser fazer de outra forma, é começar o processo de desmaterialização. Vai-se ver, quando se começarem a "meter" as caixinhas e todos os processos, onde está a redundância da maioria dos procedimentos da câmara municipal. Ajudaria com certeza, e facilitaria com certeza o futuro processo ou a conclusão do processo de desmaterialização.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

BALCÃO ÚNICO DE ATENDIMENTO-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo-se a uma questão que se enquadra com a desmaterialização, que é o balcão único de atendimento, em que, do ponto de vista dos membros da Coligação Novo Rumo, é absolutamente inaceitável o facto de a câmara municipal não ter ainda um processo implantado, e o balcão único de atendimento implantado. É absolutamente inaceitável, e absolutamente importante para os cidadãos, pois havia muitos processos que nem necessitavam de se deslocar à câmara municipal. -----

Não faz sentido, de há alguns anos a esta parte, muito menos em 2013, que os cidadãos tenham que andar a correr os vários departamentos da autarquia para variadíssimas reuniões, e tenham que depois, nalguns casos, ir à tesouraria para pagar esses processos. Isso não faz absolutamente sentido algum, o que faria sentido era integrar todos os processos entre a câmara municipal e a junta de freguesia, e diria mais, nalguns casos com serviços do Estado. Era isso que fazia sentido, ter verdadeira integração dos serviços, mesmo numa altura em que o Estado quer reduzir a sua presença nalgumas áreas, e era absolutamente essencial que os serviços do município pudessem agregar muitas destas áreas. -----

Têm condições e competência, e facilitaria o trabalho aos cidadãos e munícipes do concelho. Aí, assim, depois de irem ao balcão único, se ainda tivessem alguma necessidade de falar com algum técnico da câmara municipal, seria a mesma que os chamaria ao lugar "x", à rua "y", ou à hora "x", para falar com o técnico "z". -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata **037**

Reunião de 2013/12/27

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
SOBREPOSIÇÃO DE SERVIÇOS NA CÂMARA MUNICIPAL -----

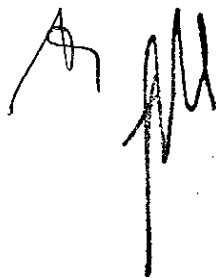
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo-se a questões relacionadas com o DGUPRU – Departamento de Gestão Urbanística, Planeamento e Requalificação Urbana e os SMAS. -----

A câmara municipal aprovou à pressa um novo regulamento municipal, uma reestruturação dos serviços no mandato anterior, e do ponto de vista da bancada da Coligação Novo Rumo, quanto àquilo que era o departamento mais importante, e aquele que era o alvo de todas as atenções, hoje em dia, não tem de cabeça, pois não tem informação, e não sabe se algum vereador tem, ou se a câmara municipal entretanto forneceu quantos alvarás de loteamento o DGUPRU passou o ano passado, seguramente que hoje produz menos 90% do trabalho que produzia, e deve estar a ser um “rapaz” a dar alguma margem de trabalho. -----

Hoje a situação é esta, não por força de quem lá trabalha, mas por força das circunstâncias da situação do país, da situação demográfica e tudo o mais, pois não é necessário continuar a construir eternamente. Assim, deve-se avaliar o DGUPRU versus EMRU – Equipa Multidisciplinar da Reabilitação Urbana, e ver como é que se enquadra, bem como o EMRU versus a Divisão de Obras, Viaturas e Infraestruturas, porque o que se tem hoje é uma sobreposição de serviços que não fazem sentido algum. Deveria haver uma reestruturação, para que se pudesse aproveitar o que melhor a câmara municipal tem dos seus técnicos, que têm muito valor nos quadros municipais. -----

Em relação aos SMAS, a situação enquadra-se na necessidade, entre outras coisas, de haver serviços que não faz sentido que tenham duplicação, no caso, por exemplo, da informática. Não faz sentido que os SMAS tenham um serviço que a câmara municipal tem, que contratem serviços, quando a câmara municipal tem, ou o inverso, que a câmara municipal contrate serviços que os SMAS têm. Não faz sentido que, há uns anos, e não há muitos, ainda hoje, a câmara municipal não tenha um “data center”, ou o que se lhe queira chamar, apesar de que nesta questão dos “data center” também se andaram a replicar coisas que têm custos exagerados, e que às vezes não servem para coisa nenhuma. -----

Interrompeu o Sr. Presidente, chamando à atenção ao Sr. Vereador Rui Rei, uma



vez que não esteve na reunião em que a questão foi falada, que há um tempo limitado, pelo que, sem que isso consista de modo nenhum em cortar-lhe o raciocínio ou a palavra, pois não é o que pretende, e gosta muito de o ouvir, apela à sua capacidade de síntese, para poder haver tempo para responder às questões.- Prosseguiu o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que será sintético, apesar de notar que falaram antes de si 5 vereadores, e foi ao próprio que o Sr. Presidente chamou à atenção, sendo que teve oportunidade de olhar para o relógio quando começou o período antes da ordem do dia.-----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que normalmente o Sr. Vereador é o último a intervir.-----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio novamente, agradecendo uma chamada de atenção do Sr. Vereador Paulo Rodrigues, quanto ao tempo gasto, e dizendo pensar que deverá ter sido daqueles que escreveu e boicotou a compra das "50 sombras de Grey". -----

Prosseguiu, dizendo que a câmara municipal tem serviços que são a duplicação, seja na câmara municipal, seja nos SMAS, não faz sentido nenhum, e deveriam fundir-se, garantindo-se que só há uma entidade na câmara municipal, em várias áreas, que fazem compras.-----

Não faz sentido os SMAS, por exemplo, contratarem uma lista de acesso à internet quando a câmara municipal já tem, até porque há, no passado recente, exemplos de sinergias que foram criadas entre os SMAS e a câmara municipal, nalguma matéria de licenciamento, que deveria continuar, e a tendência deveria ser a uniformização dos serviços, e agora até é mais fácil, pois a vereação é única e comum, e deveria ter esta intenção, de acabar com estas duplicações de serviços.-

-----

A [assinatura]

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

ESTACIONAMENTO NA PÓVOA DE SANTA IRIA -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo-se à intenção de colocar parquímetros na Póvoa de Santa Iria, nomeadamente na zona antiga. -----

Os membros da Coligação Novo Rumo já fizeram alguns requerimentos à câmara municipal, seguramente à volta de sete, até hoje não obtiveram resposta, e um deles está relacionado com a questão dos parquímetros. -----

Era importante saberem que avaliação foi feita, e onde está prevista a colocação dos parquímetros na Póvoa antiga, para depois poderem avaliar, sendo por todos sabido que defendem há muito tempo a reestruturação do estacionamento e a concessão do estacionamento nas três cidades do concelho. -----

Não são a favor de intervenções pontuais nas cidades, porque não traz valor acrescentado na sua gestão global, e pensam que a gestão do estacionamento e do espaço público é absolutamente essencial, mas deve ser vista num todo, e isso enquadra-se na intervenção dos Ecobairros na Póvoa de Santa Iria. -----

Se não estão enganados esteve prevista a criação de pelo menos dois estacionamentos subterrâneos, um na rua da República, e outro na zona da Igreja Matriz da Póvoa de Santa Iria, e do que lhes é dado a ver, nem um nem outro foram criados. -----

Contudo, quanto à intervenção que foi feita na Póvoa de Santa Iria, e em matéria de arranjo do espaço público não estão em criticar, até porque consideram que há aspetos muito positivos dessa intervenção, e em muitas delas colaboraram nessa matéria, o que acham é que se passou na cidade da Póvoa o mesmo que nalguns casos se poderia ter passado na cidade de Vila Franca de Xira, só que nesse caso ninguém chamou à atenção, e hoje tem-se um espaço substancialmente reduzido para estacionar na zona antiga da Póvoa, sem alternativas. -----

O que querem saber é, efetivamente, por que é que, eventualmente, a câmara municipal não avança, por exemplo, naquela zona da rua da República em frente à sede do Povoense, da Columbófila, em que estava previsto o tal estacionamento. ---

Depois, olhando para aquele arranjo, pensam que mais uma vez se continua a cometer um erro, pois não havia mais lugar nenhum para colocar aquele chamado PT, o caixote onde a EDP vai colocar o seu reforço de energia, do que em frente às



Reunião de 2013/12/27

Deliberação nº

novas instalações do Grémio Dramático Povoense, no centro da cidade. -----
Era exatamente a mesma coisa que se chegar à cidade de Vila Franca de Xira, ao
lado do Museu do Neo-Realismo, ter-se construído o museu, ter-se comprado as
casas do lado, e ao lado do mesmo ter colocado lá um caixote de eletricidade. -----
Não faz sentido nenhum ter colocado aquele contentor e espaço naquele sítio, e
entendem que deveriam ter sido pensados, repensados e pensados mais que uma
vez espaços alternativos para a colocação daquele local. -----



Deliberação nº



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

QUESTÕES RELATIVAS AO PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que terminou o tempo do período antes da ordem do dia. -----

Respondendo a uma interpelação do Sr. Vereador Paulo Rodrigues, disse que dará a palavra ao mesmo, se for para dar uma sugestão para resolver aquilo que se passou hoje, e agradece.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, referindo que o regimento é limitativo, como é lógico, e todos o conhecem, apesar dos membros da CDU se terem manifestado desde a primeira hora contra o regimento que foi aprovado, e não foi por eles aprovado, com toda a certeza, estando mais do que visto que é escasso para todas as questões que são levantadas. -----

Sem quererem ser “50 sombras de rigorosamente ninguém”, em abono da verdade tem que se ter o tempo bem contado, e quem for honesto consigo próprio perceberá que muitas vezes se tem de estender a discussão, e muitas vezes também têm que se enquadrar os pontos como deve ser. -----

Julga, neste sentido, que estava mais do que no tempo das três forças políticas representadas nesta câmara municipal se sentarem novamente e discutirem a questão do regimento, e será um dos pontos. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que o anterior regimento era exatamente igual relativamente a esta matéria, ao que o Sr. Vereador respondeu que isso não significa que não se aceite conversar sobre ele. -----

Retomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que se é rigoroso para umas coisas, mas para outras já não se é. O período antes da ordem do dia é de uma hora, e se as pessoas querem colocar as questões que querem, está muito bem, só que não têm é depois a oportunidade de ouvir as respostas na mesma reunião de câmara, e não deve o Sr. Vereador vir dizer que quer 3 ou 4 horas antes da ordem do dia, porque isso é impossível. -----

Julgava que o Sr. Vereador ia ajudar a alguma solução bondosa nesta matéria, mas já viu que não, sendo que o regimento hoje, sobre esta matéria, é o de sempre, é igual àquilo que a lei determina, e portanto não percebe. A única coisa que se tem de ter é a capacidade de síntese para colocar as questões, porque provavelmente



aí é que está a questão, não é alterar ou deixar de alterar o regimento. -----

Aquilo que se passou hoje foi uma série de intervenções, que se alongaram, e o tempo passou. -----

Retomou a palavra o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, mencionando que, tendo em conta que o Sr. Presidente o interrompeu sem ouvir a sua sugestão, e pelos vistos adivinha aquilo que vai na sua cabeça, ainda bem, é bom sinal, pelo menos tem sempre um ponto de vantagem relativamente ao próprio, que a sugestão que faz, considerado o que foi levantado hoje, e que realmente requer respostas por parte da câmara municipal, é que a título excecional o período antes da ordem do dia possa ser estendido. -----

Sabe perfeitamente que o que o Sr. Presidente vai dizer a seguir é que já não responde a nada, mas esta é a proposta que deixa. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que sobre esta matéria o assunto está encerrado, e fazendo outra proposta. Como as questões são muitas e exigem algum tempo de resposta, ir-se-á entrar imediatamente na ordem do dia, e se sobrar tempo haverá respostas. Se não sobrar, as respostas serão dadas na próxima reunião de câmara. -----

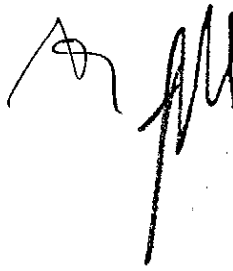
Aquilo que se pode também fazer é começar a reunião de câmara mais cedo, e em vez de serem às 9h30, começam às 9h00, para se darem as respostas. -----

O Sr. Vereador Aurélio Marques tomou a palavra, mencionando que se sabe que é uma hora para o período antes da ordem do dia, mas questiona por que é que não se pode prolongar, sendo que nos outros mandatos nunca houve essa rigidez, mas também não está a acusar o Sr. Presidente de nada. -----

Prosseguiu o Sr. Presidente, dizendo que houve alturas em que o período antes da ordem do dia teve mais de 3 horas, não é uma situação aceitável, e a legislação é clara nesta matéria. -----

Interveio novamente o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que a legislação permite, e nesta matéria dispõe o mínimo, sabendo o Sr. Presidente que nas outras reuniões antes havia sempre uma certa compreensão, pelo menos para as respostas. -----

O Sr. Presidente interveio, respondendo que quem as presidia não era a mesma pessoa, quem preside a reunião agora é o próprio. -----



O Sr. Vereador Aurélio Marques interveio, dizendo não saber por que é que o Sr. Presidente agora é tão rígido, e pode até devolver-lhe a palavra, uma vez que o Sr. Presidente é rígido numas coisas, mas noutras quer maleabilidade.-----

Prosseguiu o Sr. Presidente, propondo que, se houver condições, no final desta reunião se deem as respostas, senão dão-se no início da próxima reunião de câmara.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, perguntando se os membros da Coligação Novo Rumo podem dizer se estão de acordo ou não, tendo o Sr. Presidente anuído.-----

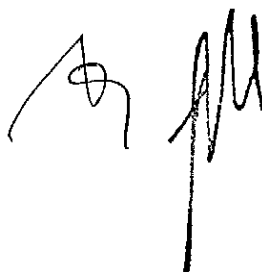
Prosseguiu o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que, estando de acordo com a proposta do Sr. Presidente, quer só dizer, para ser rigoroso, que olhou para o relógio quando o presidente, que preside a esta câmara municipal, passou a palavra aos membros da CDU, e passavam seguramente 15 a 20 minutos das 9h30, o que quer dizer que quando o próprio terminou a sua intervenção faltavam 5 minutos para as 10h30. Assim, o Sr. Presidente, se entendesse fazê-lo, descontando esse tempo, teria cerca de 20 a 25 minutos para as respostas.-----

Compreende, dado o volume de questões, que não tivesse tempo, mas não se pode dizer de forma taxativa que o tempo terminou, porque começou efetivamente 15 minutos mais tarde e terminou efetivamente 5 minutos mais cedo. 15 mais 5 são 20, portanto ter-se-iam ainda à volta de 20 minutos para dar algumas respostas. No entanto, não vê mal nenhum.-----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo não ter feito essa aritmética e contagem de tempo, e se calhar o cerne da questão está exatamente aí, na contagem do tempo. Respondeu o Sr. Vereador Rui Rei que não está, o próprio é a favor daquilo que o Sr. Presidente disse, se é 1 hora, é 1 hora, tem é que se ver se começa exatamente às 9h30, para terminar às 10h30, e com este tempo todo já passaram mais 5 ou 6 minutos, e já se teria quase meia hora para responder.-----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que se vai passar à ordem do dia e, se sobrar tempo, haverá respostas ao período antes da ordem do dia, senão passarão para a próxima reunião de câmara.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que esteve para não fazer nenhuma intervenção, mas pede ao Sr. Presidente que o deixe dizer o seguinte, pois nem sequer se atreve a fazer-lhe uma sugestão, porque todos respeitam



inteiramente a responsabilidades que cada um ocupa num lugar de executivo como é o da câmara municipal. O Sr. Presidente já reparou que governa num quadro em que a correlação de forças não lhe permite ter uma opinião tão afirmativa como a que acabou de ter, e pede desculpa por lhe dizer isto com toda esta franqueza.-----

Se o Sr. Presidente quiser que o próprio queira conviver numa câmara municipal que não gosta de ser apreciada ou fiscalizada, não vai contar com os vereadores da CDU para esse tipo de tarefa, só se for para participar numa câmara municipal onde há pluralidade de opiniões.-----

Interrompeu o Sr. Presidente, dizendo ao Sr. Vereador que já se entrou na ordem do dia, solicitando que intervenha sobre o ponto 1. -----

Prosseguiu o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que se estivesse no lugar do Sr. Presidente não se punha a jeito de ouvir aquilo que este já ouviu, estando a mostrar um sinal de intranquilidade que não lhe fica bem no desempenho das suas funções.-----

Respondeu o Sr. Presidente que não é nada disso, os Srs. Vereadores é que estão a forçar um prorrogar do período antes da ordem dia. Pede desculpa, mas isso não vai acontecer.-----

O Sr. Vereador Nuno Libório referiu que, respeitando o Sr. Presidente, vai já terminar, dizendo-lhe não saber se reparou, mas a parte inicial da sua intervenção foi de um conjunto de questões que nem sequer ainda tiveram o devido respeito do Sr. Presidente no que se refere ao cumprimento do Estatuto da Oposição. -----

Interrompeu de novo o Sr. Presidente, solicitando ao Sr. Vereador que faça o favor de se referir ao ponto 1 da ordem do dia. -----

Respondeu o Sr. Vereador Nuno Libório que pensa que assim será difícil o Sr. Presidente conviver com a oposição, mas da sua parte e dos seus camaradas terá todo o apoio disponível para que a câmara municipal seja fiscalizada, não tenha dúvida disso. -----

O Sr. Presidente referiu que sobre essa matéria haverá as fiscalizações todas que os Srs. Vereadores bem entenderem, não tem problema nenhum, aliás as fiscalizações são sempre bem-vindas para o executivo do PS melhorar a sua prestação na gestão da câmara municipal. -----

Fl. Livro _____

Fl. Ata **046**

Reunião de 2013/12/27

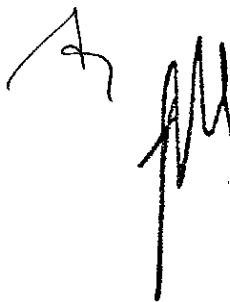
CAPÍTULO: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



Reunião de 2013/12/27

Deliberação nº

Retirado da ordem do dia. -----



Assunto: MOÇÃO – SOBRE O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2014 – COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA-----

Presente moção dos membros da Coligação Democrática Unitária sobre o Orçamento de Estado para 2014, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que os membros da CDU já tiveram a oportunidade de fazer a apresentação da moção, e perguntando se querem colocar mais alguma questão.-----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, dizendo que a apresentação foi feita, os membros da CDU podem eventualmente reforçá-la, tendo em conta os últimos desenvolvimentos na política nacional, que vieram confirmar e reforçar ainda mais aquele que é o objeto e objetivo da moção que apresentaram, e estão abertos às questões que lhes queiram colocar. -----

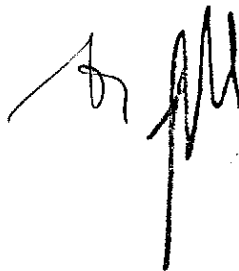
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo fazem suas, neste caso, as palavras do eleito Galamba na assembleia municipal. Pensam que o eleito Galamba na assembleia municipal, neste caso, fez a intervenção correta, no lugar correto e na hora certa. -----

Esta é uma forma de estar da Coligação Democrática Unitária e do partido que suporta aquela coligação, independentemente de nalguns casos nenhuma das coligações estar satisfeita com o atual estado do país, mas de forma nenhuma se podem misturar os assuntos que estão misturados nesta moção. -----

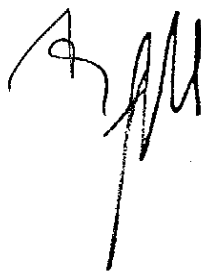
Do ponto de vista dos membros da Coligação Novo Rumo, não é aceitável aprovar esta moção do Partido Comunista, e portanto a tentativa daquele partido de criar a sucessiva confusão para conseguir atingir os seus objetivos de não deixar um governo legitimamente eleito pelo povo cumprir o seu mandato. É assim que deve ser, e quando chegar ao fim dos 4 anos de mandato o povo legitimamente irá pronunciar-se sobre essa matéria. A partir daí, os membros da Coligação Novo Rumo nada mais terão a dizer sobre esta matéria. -----

Interrompeu o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo não ser comunista.-----

Prosseguiu o Sr. Vereador Rui Rei, fazendo referência ao ditado popular “Diz-me com quem andas, dir-te-ei quem és”. Não tem nada contra os comunistas, contra os militantes comunistas ou contra os cidadãos que são comunistas, longe



de si tal coisa, tem muito respeito por toda a gente, mas não pode ter respeito pelo “modus operandi” que os membros da CDU representam, através de alguns sindicatos, por exemplo, que legitimamente tomam um conjunto de posições e depois querem obrigar que outros façam o mesmo que alguns decidiram.-----
Tenham “santa paciência”, mas os membros da Coligação Novo Rumo não podem aceitar isso, nem nunca aceitarão. Defendem o legítimo direito das pessoas a tudo o que é legalmente permitido, não podem aceitar que a CDU esteja a tentar criar a confusão de tal forma que nenhum governo neste país terá condições para exercer o seu mandato. Nesse aspeto o próprio tem uma posição muito clara, “Amor com amor se paga”, e se já tivessem feito à CDU o que esta faz a muitas outras pessoas, já teria pensado duas vezes face a algumas iniciativas que toma.-----
Terminou, dizendo aguardar para ver se a posição do Partido Socialista na câmara municipal é a mesma do eleito e do Partido Socialista na assembleia municipal, António Galamba, um ilustre membro do Partido Socialista nacional, e que o Partido Socialista ambiciona que venha a governar. Veremos se será a mesma posição, e o próprio pensa que em matéria de coerência deveria ser, não que estejam todos satisfeitos com a forma como está o país, com o nível e desemprego, com a ausência, nalguns casos, de algumas perspetivas, mas não poderão estar do lado da estratégia dos membros da CDU, que é “meter tudo no mesmo saco”, abanar e ver se atingem os mesmos objetivos, que é o objetivo estritamente da confusão.----
“A talhe de foice”, disse que efetivamente tem muito respeito por toda a gente, mas tem alguma dificuldade que pessoas bem colocadas na vida, que se reformam ao fim de 10 anos de serviço e andam de BMW Série 7, e esta é uma opinião estritamente pessoal, se venham a rogar no direito de dizer que não há igualdade entre trabalhadores em Portugal. Isto é claramente um opinião sobre o que algumas pessoas do Tribunal Constitucional andam a fazer neste país, reformam-se ao fim de 10 anos de serviço, andam de BMW Série 7 e ainda fazem aquelas intervenções a que assistiu nos últimos tempos, e depois vêm dizer que a culpa é dos políticos. -----
É dos políticos que não têm a coragem de fazer algumas alterações que são absolutamente essenciais neste país, essa é a grande responsabilidade que os políticos da esquerda à direita têm neste país, porque não têm a coragem de



definir o que é bom, o que é mau, o que é serviço público e o que não é, e depois infelizmente o que tem que se fazer é “cortar” em toda a gente, nos bons e nos maus, e isso é uma das coisas com as quais não pode estar de acordo.-----

Interveio o Sr. Presidente, solicitando ao Sr. Vereador Rui Rei que se possa enquadrar no ponto. -----

Respondeu o Sr. Vereador Rui Rei que esta moção é tão abrangente que o próprio até podia falar do seu filho, enquadrava-se claramente. -----

Concluiu, dizendo que não está de acordo. -----

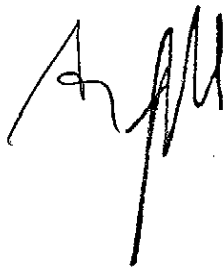
Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que antes de passar a palavra ao Sr. Vereador Paulo Rodrigues quer dizer que têm de se ouvir as opiniões de todos, por mais que não se goste de algumas das coisas que são ditas, têm que ser respeitadas, por isso, quando alguém estiver no uso da palavra, agradece que não seja interrompido. -----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, dizendo não ser uma questão de retorquir, cada um tem a sua opinião e cada um defende aquilo que entender, mas há coisas que têm de ser ditas. -----

Está-se perante um ataque gravíssimo de um governo que vai ficar na história, não como o 19º Governo Constitucional da República, mas como o 1º governo inconstitucional da República Portuguesa, portanto, um governo que vai deixar de ser o 19º para passar a ser o 1º, porque de inconstitucionalidade em inconstitucionalidade, a boa verdade é que os funcionários da administração pública, do setor empresarial do Estado, os pensionistas e os reformados vão levando “pancada” atrás de “pancada”. -----

Admitindo e respeitando a opinião do Sr. Vereador Rui, na opinião da CDU a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, enquanto entidade empregadora de centenas de trabalhadores da administração pública, não pode estar de costas voltadas para os mesmos face ao “ataque” a que estão a ser sujeitos. -----

Ao contrário daquilo que o Sr. eleito António Galamba disse na assembleia municipal, e não disse nada daquilo que o Sr. Vereador Rui Rei esteve a explanar, aquilo que se limitou a dizer foi que este assunto não era do âmbito da assembleia municipal, ponto final. Foi a única coisa que disse, tudo o resto que o Sr. Vereador disse não são palavras do Sr. eleito António Galamba, mas também é curioso ver o



Sr. António Galamba, eleito da assembleia municipal de Vila Franca de Xira, ontem na televisão enquanto porta-voz do Partido Socialista, dizer exatamente “raios e coriscos” deste Governo, dizer exatamente tudo aquilo que pensa e que é a leitura do Partido Socialista contra o Governo do PSD. É curioso as pessoas conseguirem ter duas posições em dois momentos diferentes, em dois órgãos diferentes, sabendo perfeitamente que o órgão assembleia municipal é o órgão máximo deste concelho, o qual, repete, tem centenas de trabalhadores da administração pública ao seu serviço, que estão a ser alvo de “ataque” que até se escusa a caracterizar adjetivamente.-----

Por outro lado, esta moção é abrangente, e é abrangente porque o ataque também é abrangente. -----

O Sr. Vereador Rui Rei disse que é preciso ter coragem, mas o próprio questiona, coragem para quê? Coragem para mentir aos portugueses? Coragem para ocultar dos portugueses aquilo que é a real situação do país? Coragem para falar só internamente para os mercados e para quem mada naquele que é o Governo da República Portuguesa? Coragem para dizer na mensagem de Natal, como disse o Sr. Primeiro-Ministro, que tinham sido criados 120 mil postos de trabalho, quando hoje mesmo já se vem a saber que esses 120 mil afinal foram só 22 mil? É disso que se está a falar, é dessa coragem? Ou é a coragem que todos têm de ter para lutar efetivamente por uma vida digna e pela melhoria das condições da população? Julga que é essa coragem. -----

A CDU não mete tudo no mesmo saco, ao contrário daquilo que o Sr. Vereador Rui Rei diz, sabe separar as coisas e quando traz estas moções e tomadas de posição à camara municipal é ciente e responsável, porque sabe que a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, tal como outra autarquia qualquer do país, não pode estar de costas voltadas para os seus trabalhadores. Os seus trabalhadores estão a ser fortemente atacados, e a câmara municipal tem de os defender.-----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, agradecendo a intervenção dos Srs. Vereadores e dizendo crer que as posições, tanto de uma bancada como da outra, estão perfeitamente definidas e são percetíveis. -----

Relativamente ao Partido Socialista, aquilo que quer dizer aos membros da CDU, que são os proponentes, é que efetivamente os membros do PS não se reveem no



Reunião de 2013/12/27

Deliberação nº

texto da moção, a menos que sejam aceites algumas alterações que fizeram, e nesse caso irão rever a sua posição relativamente ao sentido de voto. Por isso, solicita que o ponto possa ser votado mais tarde, para que os membros da CDU tenham condições de olhar para as propostas de alteração.-----

O Sr. Vice-Presidente falará com quem os membros da CDU indicarem para analisarem aquilo que o PS propõe, e depois voltar-se-á à discussão deste ponto. ---

No final da reunião, não tendo havido oportunidade para discussão do ponto, o Sr. Presidente informou que transita para a próxima reunião. -----

Deliberado, por unanimidade, retirar o ponto da ordem do dia e remeter à próxima reunião de câmara. -----

Fl. Livro _____

Fl. Ata **059**

Reunião de 2013/12/27

CAPÍTULO: PROTEÇÃO CIVIL

A *AM*

1. Assunto: PLANO DE EMERGÊNCIA EXTERNO DA SOLVAY – DIRETIVA SEVESO II – CONSULTA PÚBLICA-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 140/13, de 04/12, do SMPC, para aprovação do envio para consulta pública do Plano de Emergência Externo para a Solvay, no âmbito da Diretiva Seveso II. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se comunicação interna nº 140/13, de 04/12, do SMPC, e Plano de Emergência Externo da Solvay, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio o Sr. Presidente, dizendo que se trata de um plano de emergência, estando presente o Sr. Comandante António Carvalho, que produziu, com os seus serviços, este plano, de qualquer modo a CDU pediu intervenção no ponto.-----
Tomou a palavra o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, referindo que os membros da CDU pediram a intervenção, primeiramente para dizer que o documento foi-lhes entregue incompleto. O documento não está completo, pelo menos naquilo que lhe fizeram chegar, faltando a parte 4, secções 2 e 3, e todos os anexos, de a) a l) desse mesmo documento.-----
O documento tem mais de 180 páginas, só lhes foram entregues 63, e é o que consta do ficheiro informático. Assim, tendo em conta que os anexos que faltam são os mais prementes, porque são os que dizem respeito aos cenários, áreas a evacuar, implantações geográficas, caracterização de envolvente, caracterização do risco, etc., têm muita dificuldade em conseguir uma leitura global do documento em si.-----
Por outro lado, mesmo sem essa leitura global, gostavam de questionar o Sr.



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Atã **055**

Reunião de 2013/12/27

Procº SMPC

Deliberação nº _____

Presidente, tendo em conta a especificidade desta indústria em concreto na Póvoa de Santa Iria, sobre o ponto de situação da urbanização ribeirinha que já hoje foi falada. -----

Desde a primeira hora, como o Sr. Presidente sabe, manifestaram-se contra a existência desta urbanização, a indústria está lá, e tem uma especificidade muito grande na cidade da Póvoa de Santa Iria. Considerando que foi aprovada uma urbanização exatamente para nascer paredes meias com esta indústria, e sem terem a leitura global do documento, gostavam de aproveitar para colocar ao Sr. Presidente algumas questões.-----

Em primeiro, gostariam de saber em que ponto de situação está a urbanização ribeirinha, os compromissos financeiros assumidos pela câmara municipal fruto desta requalificação ribeirinha, recordando o protocolo de execução do projeto e a construção do viaduto sobre a linha férrea, sem esquecer a aquisição dos terrenos para tal. -----

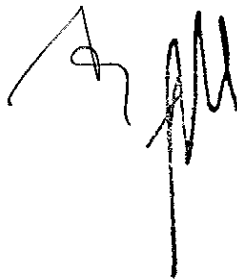
Tendo em conta que o documento foi entregue incompleto, questionam os serviços, e mais concretamente o Sr. Presidente, se há alguma imposição legal nesta matéria que objete à retirada do ponto, para que possa ser entregue completo e possam ter uma leitura mais coerente. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que a questão fundamental é, efetivamente, saber se se está perante um prazo que se tem de cumprir ou se se pode adiar. Nesse sentido, pergunta ao Sr. Comandante se se pode adiar a discussão para a próxima reunião. -----

Tomou a palavra o Sr. Comandante António Carvalho, dizendo que aquilo que vem hoje à reunião é apenas a aprovação da consulta pública do documento. Não está nem pode estar em discussão aquele documento, e por isso não foi presente na totalidade. -----

Pode dizer que os outros dois documentos do plano de emergência externa, exatamente iguais, da ADP – Adubos de Portugal e da Ferro, nem sequer vieram a reunião de câmara, foram despachados diretamente pela Srª Presidente, na altura, porque se entendeu que nem sequer teriam de ser presentes a reunião, já que é uma imposição legal. -----

Vai haver 30 dias para a discussão pública, os Srs. Vereadores terão toda a



liberdade de consultar o documento e até participar, sendo a comissão nacional de proteção civil a entidade que tem competência legal para fazer a aprovação deste documento. Hoje o que tem de ser feito é apenas a aprovação do envio para discussão pública, e depois é nesses 30 dias que toda a gente poderá apresentar propostas de alteração.-----

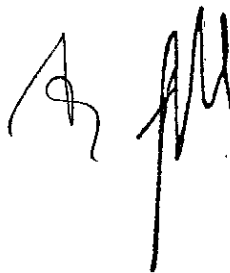
Ainda, segundo a lei, há partes do documento que são confidenciais, e que não podem ser distribuídas, de qualquer modo poderão ser consultadas pelos Srs. Vereadores.-----

Interveio o Sr. Presidente, solicitando ao Sr. Comandante que faça chegar aos vários gabinetes, tanto da CDU, como da Coligação Novo Rumo, que não sabe se também tem o documento incompleto ou não, e provavelmente terão, pois deve ser igual ao do próprio, os anexos que faltam. -----

Conforme foi referido, e como consta da ordem do dia, trata-se de se enviar este plano para discussão pública, e o que solicita aos membros da CDU, se estiverem de acordo, na medida em que há alguns prazos a cumprir, é que se possam hoje enviar os documentos em falta, e pronunciarem-se dentro do período da discussão pública, aprovando-se hoje única e exclusivamente o envio para discussão pública, pois não está ainda em causa a discussão e aprovação final do documento, sendo que durante estes 30 dias poder-se-ão pronunciar.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, concordando com o Sr. Presidente, e dizendo que não têm nada contra, mas gostariam de discordar um pouco do Sr. Comandante, porque independentemente de ser obrigatório ou não o documento vir a reunião de câmara, se vem tem de vir devidamente instruído, haja partes confidenciais ou não, vindo com a indicação de que os pontos a), b), c) ou d) são confidenciais, e quem os pode consultar. Os documentos têm de vir instruídos, e os vereadores têm de ter perfeito conhecimento da situação dos documentos que lhes são entregues, e não é simplesmente o documento ser presente, faltando mais de 50%, pois foram entregues 63 páginas de um documento com mais de 180. Se o documento veio a reunião de câmara, é um processo, que tem de vir devidamente instruído. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que julga, se todos estiverem de acordo, que se poderá aprovar o envio para discussão pública, recomendando obviamente que, se



havia alguns documentos que teriam de ter algum caráter sigiloso, essa matéria pudesse ter sido vista atempadamente com as bancadas. -----

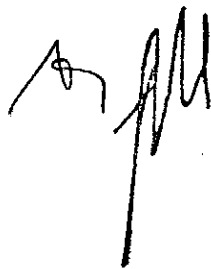
Por isso, pede ao Sr. Comandante que ainda hoje faça o envio às bancadas do resto dos documentos, e, se tanto a bancada da CDU como da Coligação Novo Rumo estiverem de acordo, aprova-se o envio deste documento para discussão pública e nesse período, de 30 dias, tanto uma bancada como outra, e o próprio Partido Socialista, poderão eventualmente colocar algumas dúvidas e pedidos de alteração, se for o caso. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo estão de acordo e nada têm a objetar ao que propôs o Sr. Presidente, no entanto, levantam duas ou três questões sobre a Solvay, e não sobre o processo propriamente dito. -----

Em primeiro lugar, gostariam de saber se a câmara municipal tem mais alguma informação sobre o processo de reestruturação em curso na Solvay Portugal. O que é que afetará os trabalhadores? O que já afetou, e o que poderá afetar no futuro, face aos trabalhadores da Solvay Portugal? Em que é que será afetada a sua laboração, quer da fábrica, quer da pedreira em Vialonga, quer eventualmente de outros serviços? -----

Em relação a tudo, gostariam de saber o que é que afeta também as infraestruturas existentes da Solvay, que atravessam o subsolo municipal, e que são seguramente, do que tem de memória, pelo menos 3 infraestruturas subterrâneas. Gostariam de saber se a câmara municipal tem esta informação, se não tem, e se a poderia solicitar, para avaliar os impactos sociais e outros que terá no futuro. -----

Para terminar, consideram ser importante avaliar a evolvente à fábrica, apresentando neste momento as infraestruturas e as vias rodoviárias um elevado estado de degradação, o que implica, quer para quem circula, quer para quem usa a estação do caminho de ferro, más condições de circulação, e para quem vai trabalhar. Era também importante avaliar quando avançarão as duas urbanizações que estão aprovadas naquele local, e se avançarão, bem como se há necessidade de haver alguma alteração aos respetivos projetos, para que se tornem mais céleres aquelas intervenções. -----



Interveio o Sr. Presidente, dizendo que estas são perguntas complementares ao ponto em si, mas têm razão de ser colocadas, na medida em que se está a falar de um espaço próximo. -----

Relativamente à Solvay, pode informar que a reestruturação que foi colocada há uns meses a esta parte está em marcha, e tanto quanto sabe a empresa está a tentar encontrar soluções de colocação de alguns trabalhadores. Está-se em negociação com empresas do próprio concelho na colocação de alguns que de outro modo ficavam no desemprego, e sabe que outros vão para o estrangeiro, para empresas ou fábricas do grupo. -----

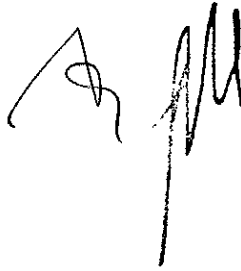
Está-se perante uma situação de concorrência fortíssima por parte da Turquia e Marrocos, relativamente às questões do clorato, o que faz com que na Póvoa de Santa Iria a área do clorato já tenha sido desativada. Com isso, também a pedreira praticamente está inativa neste momento. -----

Quanto ao que vai acontecer, houve já um pedido por parte da administração da Solvay Portugal, relativo a tudo o que tenha a ver com o clorato e a outra área, que também foi desativada. Ao fim ao cabo, no que diz respeito ao plano de emergência que hoje é presente, quanto às grandes questões de caráter ambiental, por um lado há um problema social, que é a empresa reduzir drasticamente o número de efetivos, mas por outro lado vai haver uma melhoria considerável das questões de caráter ambiental. -----

Pesando as duas coisas, muitas das vezes considera-se difícil avaliar quais têm mais peso. Hoje em dia as questões de caráter social têm um peso que todos sabem qual é, e não é fácil verificar que tantas dezenas de trabalhadores vão ser dispensadas, mas com esta desativação cria-se uma janela de oportunidades, para melhorar consideravelmente toda aquela zona. -----

Por isso, o que a empresa informou é que vai entrar com a instrução do processo para a demolição da parte do clorato e da doutra área. Neste momento há uma instalação que está inoperacional e efetivamente convém limpá-la e tratá-la em termos ambientais, sendo aquilo que a Solvay, pelo menos pela informação que lhe chegou, pretende vir a fazer. -----

No futuro, naturalmente que se tem, no âmbito da urbanização que está aprovada para a zona, de conseguir analisar e refletir duma forma mais macro, no



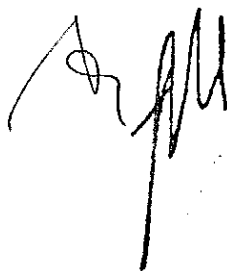
planeamento que todo aquele espaço representa. -----

Por um lado tem-se a urbanização que está aprovada, que refere as questão do viaduto e outras de que o Sr. Vereador Paulo Rodrigues falou, e com esta alteração talvez se consigam encontrar soluções de acessibilidade, que estavam previstas num primeiro momento, mas não eram possíveis de se avançar, por se ter ali a empresa e não haver espaço para uma via que poderia escoar o trânsito para a passagem superior que foi construída, de acesso a todos os multiusos que lá existem, e à própria Solvay, sobre a linha férrea. -----

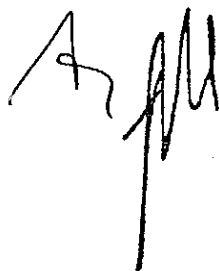
Aquilo que acha que todos devem fazer é uma análise do amanhã, que é de uma fábrica que em algumas áreas de fabricação ou atividade vai deixar de laborar, e verificar que condições e melhorias, em termos de planeamento urbanístico, se podem ter. Dever-se-á refletir, bem assim relativamente àquilo que era uma situação que esteve em tempos analisada e não evoluiu, e não sabe quando vai evoluir, que é o terminal rodoferroviário. É uma extensão de terreno que está expectante, e posteriormente tem de se refletir em reunião de câmara, com um plano para o efeito. -----

É aquilo que pode dizer sobre o que conhece do ponto de situação da Solvay, sendo que com esta desativação, e não havendo necessidade de estarem em funcionamento as condutas que vêm de Rio Maior, do sal-gema, porque para a laboração não é necessário, estando-se a falar de alguns quilómetros de conduta, há que verificar se passam para a câmara municipal, e só será se houver um uso concreto, e neste caso eventualmente para a colocação na área das telecomunicações. As condutas poderiam ser aproveitadas para esse efeito, e para outras utilizações teria de se ver com o SMAS, se poderiam ser utilizadas para a rede de pluviais. -----

De qualquer modo, essa vinda para o património da câmara municipal naturalmente que tem de ser ponderada, porque só se está a prever que essas condutas possam vir para o património da autarquia caso as condições sejam favoráveis. Arrisca-se quase a dizer que essas condutas deveriam vir para o património da câmara municipal gratuitamente, de outra forma não lhe parece que tenha grande interesse, se bem que saiba que a Solvay está em negociações para poder disponibilizar a conduta a uma empresa que está interessada. Sabe também



que há negociações com empresas para a reativação da própria pedreira. -----
São tudo cenários que estão ainda numa fase muito embrionária, e quando houver mais informações precisas a vereação será informada, e é o que pode referir. -----
Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, para colocar duas questões rápidas na sequência da informação do Sr. Presidente. Pensa que se deve olhar para o futuro, não esquecendo o que aconteceu no passado. Assim sendo, a câmara municipal autorizou um processo de loteamento em terrenos da Solvay, encostado à zona ribeirinha, que do ponto de vista da bancada da Coligação Novo Rumo em alguns casos as infraestruturas estão construídas já dentro do rio Tejo.-----
Não é isso que está em discussão, e o que quer dizer é que a câmara municipal, à época, contra a opinião da Coligação Novo Rumo, e mal, sendo o então Vereador Ramiro Matos responsável do urbanismo, autorizou o loteamento de armazéns à entrada da cidade da Póvoa de Santa Iria. -----
Hoje prova-se mal porquê? Considera que a câmara municipal não tem hoje nenhum instrumento que lhe permita fazer pressão sobre a Solvay Portugal, na perspetiva da Solvay pressionar os chamados “headquarters” que estão instalados na Bélgica, pelo que só deve permitir alguma alteração na Solvay para entidades terceiras à Solvay, e não está a falar da criação de postos de trabalho diretos pela Solvay, mas de entidades terceiras à Solvay, se houver garantias de proveitos e ganhos para o concelho. -----
Se não houver garantias a câmara municipal não pode facilitar a vida à saída da Solvay de território nacional e da Póvoa de Santa Iria. Para além disso, a autarquia autorizou aquele loteamento, a Solvay e os seus acionistas internacionais encaixaram uns milhões de euros à conta daquela parceria, dinheiro esse, e espera não estar a cometer nenhum erro, que saiu todo de Portugal para fora do país, e quando houve a necessidade da Solvay escolher a instalação de mais de 200 postos de trabalho para a área de escritórios não escolheu Vila Franca de Xira, escolheu Carnaxide. E agora? -----
Considera, sinceramente, com toda a informação que o Sr. Presidente deu, e com toda a boa vontade, face a algumas informações, quer da pedreira, quer das condutas, que em relação às condutas, na sua maioria são um presente envenenado. Salvo as que o Sr. Presidente conhece tão bem quanto o próprio, da



intervenção do rio Crós-Cós, em que por força da intervenção pública a câmara municipal pagou condutas novas a uma entidade privada, portanto são novas, e não há mal nenhum que venham a custo zero para a autarquia, porque foi o erário público que as pagou, e se não são usadas pela Solvay, que sejam usadas pela câmara municipal, deve haver cuidado com o resto das condutas, nomeadamente as que passam em Vila Franca de Xira, e as outras também.-----

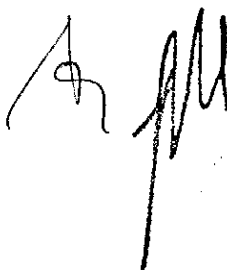
Eventualmente houve algumas que a Solvay foi substituindo ao longo do tempo, mas a que passa na entrada a seguir ao largo 1º de Dezembro, em Vila Franca de Xira, não foi substituída. A Solvay, à época, não a quis substituir, as condutas são antigas, e isso quer dizer que no dia em que deixar de laborar é um perigo que ali está, e se a Solvay não tiver a manutenção, elas podem rebentar. -----

Isso custa muito dinheiro, é preciso que a câmara municipal salvasse isto, sendo que há registos no DOVI – Departamento de Obras, Viaturas e Infraestruturas, de cartas escritas à época, com um custo para a ocupação de via de subsolo municipal pelas condutas de cerca de 115 000,00€ ou 120 000,00€, que a Solvay nunca pagou, e que mais uma razão, com a sua desativação, deveria pagar.-----

Se não se salvar será o erário público a suportar aquela manutenção e aquele possível abatimento, e custa muitos milhares de euros, quer na ligação da Póvoa de Santa Iria à pedreira, quer na ligação da Póvoa de Santa Iria, que passa por dentro de Alverca, e por Arruda, quer na ligação da Póvoa de Santa Iria a norte, que passa por Alenquer.-----

Está a falar de memória, mas pode-se verificar, são mais de 16 quilómetros de condutas no concelho de Vila Franca de Xira. É preciso cuidado, e é preciso avaliar seriamente, numa perspetiva de defesa da empresa, e acima de tudo dos interesses do concelho, porque uma coisa é a empresa laborar no concelho e querer crescer no concelho, outra coisa é, por força da concorrência externa, estar a desinvestir, e se está a desinvestir então tem de pagar. -----

Quando lhe dizem que vai ceder condutas a terceiros, é preciso cuidado, porque tem que dar direito a um pagamento ao município, não pode ser de borla. Costuma dizer, e pede desculpa, que “com as calças do meu pai, sou um homem”, pelo que não pagar à câmara municipal 120 000,00€ ou 130 000,00€, e depois conseguir



fazer uns “folclores”, que é menos um bocadinho do que isso, é tudo lucro, e isso não pode ser. -----

Tem muito respeito pela empresa, mas tinha muito mais respeito quando tinha 1000 trabalhadores. Hoje, se calhar, são 150, ou menos, e por isso pergunta, e era importante que a câmara municipal, junto das entidades, tentasse obter informação de qual é o futuro da Solvay, em Portugal e na Póvoa de Santa Iria. -----

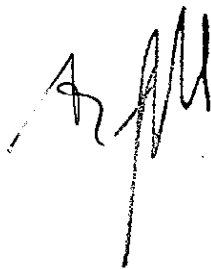
Não está a colocar em causa o empenhamento de quem tem a função de gestão da Solvay em Portugal, em particular na Póvoa, que nalguns casos são cidadãos da Póvoa e daquela zona, e querem também o bem-estar da empresa e da zona envolvente, mas é preciso alguém que olhe acima disto, porque quem está a decidir, em termos centrais, não lhe interessa onde é que a Solvay está, e em que envolvente está colocada. A determinada altura toma-se uma decisão, e depois ver-se-ão as consequências que daí advêm. -----

Assim, é preciso ter em atenção, e ter alguém que tome conta destas consequências, começando desde já a chamar à atenção, porque eventualmente, se os custos forem demasiado elevados, não vão fechar uma empresa em que se tenha de pagar mais do que se vai ter de ganho, ao deslocalizar esses trabalhadores. -----

Tem que se somar tudo às contas que fazem, e para se somar têm de se acrescentar custos, e se não se acrescentar são só ganhos. Desta forma, é preciso avaliar verdadeiramente esta intervenção, porque se não se avaliar a seguir deixa-se aquilo que às vezes se usa em grandes “chavões”, o lucro para alguns privados, e o prejuízo para algumas entidades públicas, devendo a câmara municipal, efetivamente, ter em atenção, e não deixar que aconteça. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, acrescentando, em relação àquilo que a CDU já disse, mais 3 ordens de preocupação. A primeira é a de que duvidam os seus membros que a empresa tenha consumado este encerramento sem que daí não retirasse qualquer vantagem económica. A informação de que dispõem é que investiu numa parceria transnacional, noutro continente, e foi por uma questão de opção estratégica mais vasta que decidiu encerrar o seu complexo fabril na Póvoa de Santa Iria. -----

Assim, quando alega a questão da concorrência e da matéria-prima, em particular,



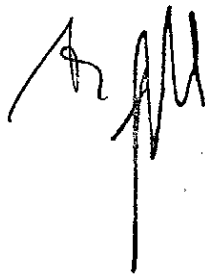
para os membros da CDU não são argumentos, pois segundo a informação que dispõem a empresa até rentabilizou e faturou atividade bastante lucrativa, muito à custa dos recursos e da extração de recursos no concelho de Vila Franca de Xira. É tudo uma questão de opção estratégica, de encerrar o que acabou por encerrar no concelho de Vila Franca de Xira.-----

A segunda ordem de preocupação tem a ver com os impactos laborais e sociais que daqui decorrem, que são muito mais vastos do que aquilo que o Sr. Presidente deu conta. Há um conjunto muito significativo de postos de trabalho, para além dos diretos, e não podem deixar de contar também com os que, do ponto de vista indireto, são bastante prejudicados, se não mesmo ameaçados com o encerramento desta unidade fabril. -----

A terceira ordem de preocupação é o que a câmara municipal pode fazer. Consideram que pode fazer tudo, menos aquilo que o Sr. Presidente acabou de dizer. Em primeiro lugar, deve fazer com que seja cumprido à risca o plano de recuperação paisagística para a pedreira da Solvay, em Vialonga, não podendo a câmara municipal abdicar, só por uma situação de intenção deliberada da empresa de investir lucrativamente noutro continente, que a mesma deixe de investir, a bem da qualidade da população de Vialonga, com tudo o que se conhece da atividade de exploração de inertes de há bastantes anos a esta parte.-----

Aquilo que também a câmara municipal não pode fazer ou dizer é aquilo que o Sr. Presidente acabou de dar a conhecer, mostrar abertura para alteração do uso do solo, eventualmente nos termos do plano diretor municipal. Para os membros da CDU aquela é uma área industrial, deve manter-se como industrial, e não se deverá abrir mão de atividade económico-industrial naquela área. Portanto, deixam esta preocupação em relação a todas as já conhecidas sobre a matéria, e apelam a que a câmara municipal não faça a repetição de uma situação que todos recordam, com má memória, por exemplo a da Previdente. -----

A Previdente também era uma área industrial, deixou de o ser, e com o apoio explícito da câmara municipal abriu-se para outro tipo de ocupações, que infelizmente não passou de ocupações que ainda estão sob o domínio da especulação imobiliária, com grave prejuízo para a criação de emprego no concelho. -----



Tomou a palavra o Sr. Presidente, mencionando que a recuperação da pedreira está em curso, como naturalmente tem de continuar, porque, tanto quanto sabe, a deposição de terras escolhidas para o efeito continua. A extração de inertes, neste momento, é que pensa que esteja parada, e o plano de recuperação mantém-se. --- Como segunda questão, a última referida pelo Sr. Vereador Nuno Libório, o próprio plano de emergência Seveso identifica o que se pode ou não ali construir, e tem regras muito específicas, de que zona de abrangência e diâmetro de afastamento as novas construções devem respeitar. -----

Depois, aquilo que está no PDM é o que é, e é aquilo que vai ser respeitado, ou seja, privilegiar-se-ão naturalmente zonas para atividade industrial, e não outras. ---

Em resposta ao Sr. Vereador Rui Rei, está de acordo com a generalidade daquilo que referiu, e quanto aos multiusos que foram construídos no lote que era da Solvay, naturalmente a empresa tirou daí partido financeiro, sem dúvida nenhuma, mas também permitiu hoje a instalação de muitas indústrias naquela zona. Praticamente, tudo o que estava previsto ali ser construído está construído, à exceção de um lote ou dois, salvo erro, o resto tem atividade. -----

Não pondo agora em questão se em termos de planeamento urbanístico terá sido a melhor solução, o que quer dizer é que efetivamente isso permitiu a instalação de algumas indústrias, nomeadamente na PT, que realocizou grande parte daquilo que eram os serviços na Área Metropolitana de Lisboa, exatamente ali, vindo trazer também, não a criação, mas a realocização de postos de trabalho. -----

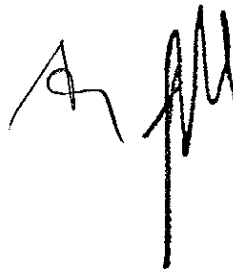
Hoje tudo o que é o fornecimento de equipamentos e materiais para as várias obras desenvolvidas na região da grande Lisboa tem sede ali na Póvoa de Santa Iria, e pelo menos essa matéria parece ser um fator que é importante referir. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----

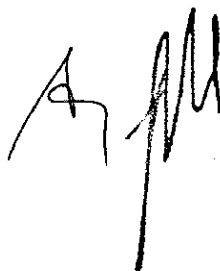
CAPÍTULO: GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA

[Handwritten signature]

1. Assunto: RELAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADOS E PRATICADOS PELO SR. PRESIDENTE-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 565/13, de 04/12, do DGUPRU/SAPRE, e comunicação interna nº 596/13, de 18/12, do DGUPRU/SAPRE, para conhecimento dos atos praticados pelo Sr. Presidente, nos períodos compreendidos entre 2013/11/20 e 2013/12/03, e entre 2013/12/04 e 2013/12/17, respetivamente, respeitantes a licenciamentos de obras particulares "construção/utilização".-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se comunicação interna nº 565/13, de 04/12, do DGUPRU/SAPRE, e comunicação interna nº 596/13, de 18/12, do DGUPRU/SAPRE, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis:-----
-----
6. Propostas: Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo fazem um pedido de esclarecimento, e eventualmente uma retificação.-----
Nos alvarás emitidos, no período de 04/12 a 17/12, nomeadamente no nº 56/13, aparece a morada do requerente como Quinta de Santo António, Estrada Nacional 1, Castanheira do Ribatejo, e o local da obra é Quinta de Santo António, Estrada Nacional 10, Castanheira, e não sabem se houve algum lapso, mas pareceu-lhes que sim.-----
Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que de facto naquela zona é Estrada Nacional 1, pelo que ou uma ou outra morada está errada, sem dúvida nenhuma. Aquilo que lhe parece é que se está a falar da EN 1, e chama a atenção da Arqtª Teresa Laranjeiro, para verificar o processo, pois há uma retificação a fazer.-----
-----
7. Deliberação: Tomado conhecimento.-----



1. Assunto: AUMENTO DE COMPROPRIETÁRIOS – CASAL DA MATA – SÃO JOÃO DOS MONTES-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 985/13, de 06/12, do DPGPRU/DGU, para aprovação do aumento do número de comproprietários da propriedade descrita na 1ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira, sob o nº 3353/20100630, e inscrita na matriz 4, natureza rústica, secção K, e matriz 245, natureza urbana, apresentando uma área de 17 600 m², designada por Casal da Mata, em São João dos Montes, solicitado por Henrique Manuel Alenquer Félix. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação técnica nº 985/13, de 06/12, do DGUPRU/DGU, e planta de localização, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Tomou a palavra a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo têm algumas questões. É dito na comunicação interna dos serviços, nomeadamente no parágrafo “proposta de decisão”, que “analisada a pretensão verifica-se que não existe fundamento de que o ato ou negócio visa ou dele resulta o parcelamento físico, em violação de qualquer regime legal dos loteamentos urbanos, pelo que não se vê inconveniente na constituição da compropriedade pretendida”. -----
No entanto não se justifica por que é que, efetivamente, não existe fundamento que daquele ato resulte parcelamento físico e violação do regime legal dos loteamentos urbanos, não há uma justificação para esta conclusão, e gostariam que lhes fosse dada. -----



Por outro lado, perguntam se o que também se refere é que esta área não está delimitada como AUGI.-----

Este parcelamento destina-se a atividade agrícola? -----

Também não lhes é dito quantos compartes existem, porque diz-se, no assunto, que é uma constituição de compropriedade, ampliação do número de compartes, e gostariam de saber quantos compartes existiam, bem como quantos compartes passaram a existir.-----

Interveio o Sr. Presidente, respondendo que há matérias que, efetivamente, não tem condições de responder, mas está-se a falar, não de parcelamento, mas de comproprietários, é o aumento de mais um comproprietário.-----

A Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus colocou questões de quem são os outros comproprietários, e fez também uma referência à fundamentação, de não ser inconveniente a constituição da compropriedade pretendida, e neste sentido pergunta à Arqtª Teresa Laranjeiro se esta questão pode ser adiada, para melhorar a informação, ou se há algum prazo. Solicita ainda que a mesma analise o processo para, no final da reunião, se poder informar a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus.-----

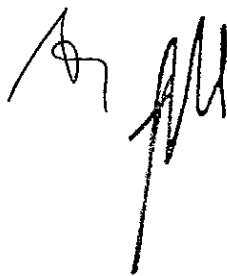
Se for caso de haver informação suficiente, a Srª Vereadora logo o dirá, senão, se não houver nenhum inconveniente de prazo, retira-se o ponto para melhor esclarecimento.-----

Interveio mais tarde a Arqtª Teresa Laranjeiro, mencionando que se trata de uma questão de herança, de uma senhora que entretanto faleceu. A senhora não tinha herdeiros legítimos, e por isso são os sobrinhos que vão passar a ser os proprietários desta propriedade, passando a ser três.-----

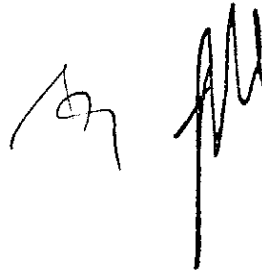
Desta forma, é só a questão da herança que está em causa.-----

O Sr. Presidente interveio, perguntando à Srª Vereadora se ficou esclarecida a questão, tendo a mesma respondido afirmativamente.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



1. Assunto: LOTEAMENTO DO GENTIL – VIALONGA – RECEÇÃO PROVISÓRIA E REDUÇÃO DA CAUÇÃO-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 646/13, de 13/12, do DGUPRU/DF, para aprovação da receção provisória das obras de urbanização, de acordo com o Auto de Receção Provisória, e da redução da caução prestada pela garantia bancária nº 976-02-0002765, emitida pelo Millennium BCP, em 2000/03/06, para o valor de 48 312,51€, respeitantes ao loteamento do Gentil, na freguesia de Vialonga, sendo o promotor Urbanização do Gentil, Lda.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação técnica nº 646/13, de 13/12, do DGUPRU/DF, auto de receção provisória e planta de localização, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que a questão da Urbanização do Gentil aplica-se depois a uma série de outras receções que vêm a reunião de Câmara.-----
Os membros da Coligação Novo Rumo chamam à atenção que a informação não está correta, além de que foi assumido no passado que todas as receções e reduções implicavam a apresentação de um documento do estilo da Malva Rosa, ou seja, os vereadores que estão presentes, às vezes, não vão aos locais verificar o que vem às reuniões de câmara, mas quando o vão fazer verificam que por vezes a situação não está de acordo com o que é relatado.-----
Neste caso, os documentos das várias entidades vão desde 2007 até 2011, está-se em 2013, e não se podem estar a pronunciar sobre um documento que não tem todos os documentos atualizados, não à data de hoje, mas aos meses que rodeiam



dezembro de 2013. -----

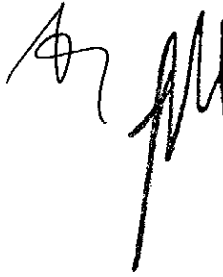
Outra matéria que é presente nesta receção é que o promotor se obrigava a entregar à câmara municipal o processo de gás natural em formato digital e papel, mas não têm a informação que, passados 3 ou 4 anos, ele o tenha feito, o que não faz sentido. -----

Pensam que deveria ser assumido um modelo tipo para as várias receções, sejam de loteamento ou obras municipais, que teria de ter o documento que diz que a obra está ou não em condições, suportado por um documento de análise da respetiva receção, eventualmente como na Malva Rosa, que inclusivamente tinha fotografias que sustentavam tudo. -----

É assim que faz sentido, para memória futura, porque receber um documento assinado por um conjunto de responsáveis a dizer que a obra não apresenta danos ou defeitos estruturais, manifestamente, para quem está a tomar uma decisão, é pouco. -----

Por outro lado, continuam sem entender uma situação. Não é no caso dos SMAS, que sejam os mesmos a validar as suas infraestruturas, sendo que no caso da EDP está muito bem, porque tem um contrato de concessão com a câmara municipal, e no caso do gás dão "de borla" a questão do próprio gás fazer um acordo com um empreiteiro, que lhe constrói a rede, poupando ali uns milhares de euros, mas têm um problema em relação às infraestruturas futuras, que do ponto de vista da Coligação Novo Rumo, face às obrigações dos alvarás de loteamento, são propriedades municipais. -----

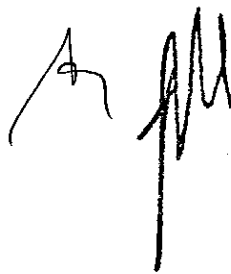
Depois, têm a questão da Portugal Telecom, e questionam ao abrigo de que legislação em vigor é a Portugal Telecom que dá um parecer de que as infraestruturas estão em condições de serem rececionadas. Ao abrigo de que legislação? Que legislação é que suporta que se receba um documento em que se faz fé no que a Portugal Telecom diz? As infraestruturas de telecomunicações, de saneamento e de eletricidade são propriedade do domínio público, são públicas, logo, a PT não faz um favor ao promotor, o promotor paga bem caro à PT para avaliar a infraestrutura. Assim, a câmara municipal lançava um concurso para quem quisesse validar as infraestruturas, de acordo com os parâmetros definidos pela ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações, por exemplo, e a partir daí



o promotor pagava à entidade definida pela câmara municipal.-----
Por que razão é a PT que assume isto, e que a seguir faz a gestão destas infraestruturas e as subaluga à Zon, Oni ou Cabovisão, se existir na zona? Por que razão é que numa infraestrutura, que é do domínio público, a seguir é produzido dinheiro para os acionistas privados desta infraestrutura? A questão não é nova, porque a Coligação Novo Rumo deixou um trabalho feito no DOVSM – Departamento de Obras, Serviços e Viaturas Municipais, e no DPGQU – Departamento de Planeamento, Gestão e Qualificação Urbana, que tinha a responsabilidade de avaliar um conjunto de urbanizações, e não percebe por que é que em 2013 se continua a insistir num erro, pois só se estão a dar infraestruturas “de borla” a um conjunto de entidades que não gastou 1 cêntimo para as produzir, e que agora realiza capital com elas, o que não faz sentido. -----

Não quer estar sempre a falar do mesmo assunto, mas custa-lhe que com o dinheiro público se esteja a financiar o “Sexy Hot” e o “Disney Channel”. Custa-lhe, porque não faz sentido, e pede para não lhe virem com o argumento de que está a incentivar a sociedade de informação. É tudo mentira, tudo treta, e o que se tem de fazer é, rapidamente, voltar a inventariar a infraestrutura municipal e, como a lei neste momento não permite que a câmara municipal cobre, a autarquia arranjar uma entidade terceira, que faz a mesma gestão que a Portugal Telecom faz, e mais, incentiva a concorrência nos serviços de telecomunicações. Neste momento, por exemplo na Malva Rosa, a Zon tem que pedir à PT autorização para usar as condutas, o que é uma aberração, quando aquela infraestrutura é da melhor que existe no país e deveria ser gerida pelo município. Não faz sentido continuar nisto, sendo que havia pessoas que pensavam, quando o próprio falava nisto, que era uma coisa do género: “lá está aquele tipo a falar destas coisas”, mas há uns meses apareceu isto no Expresso, uma notícia dos vários municípios que começaram a “abrir os olhos” e a perceber que as infraestruturas são deles.-----

Não está a dizer que a infraestrutura construída pela PT, no tempo em que era pública, por exemplo, no centro da cidade de Vila Franca de Xira, ou das cidade da Póvoa de Santa Iria ou Alverca do Ribatejo, é do município, pois não é, essa infraestrutura é da Portugal Telecom, mas as novas, construídas no âmbito dos alvarás de loteamento, pagas pelos promotores no âmbito da concessão do alvará,



são todas do município, deste e dos outros. Portanto, não se pode ceder a isto, porque é um ativo estratégico importante para futuro, e o próprio é absolutamente contra o que fez o Governo em relação à REN – Rede Elétrica Nacional, pois considera não ser aceitável a privatização do negócio, que é um monopólio, e logo deveria ser público. -----

No caso da venda das infraestruturas, à época, à Portugal Telecom, também é absolutamente contra, não por uma questão ideológica, mas por uma questão estratégica, para o futuro do país, e neste caso do concelho. -----

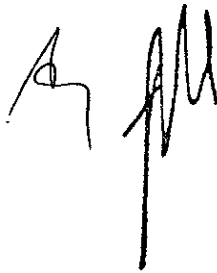
Pensa que todos deveriam apanhar este assunto de frente, e tratar dele, que dá trabalho e não é fácil, mas não se poderia permitir que nas novas urbanizações se continuasse a entregar “de borla” estas coisas à Portugal Telecom, o que não faz sentido. Não é nada contra a Portugal Telecom, mas o dinheiro custa a ganhar a toda a gente. -----

Resumindo e concluindo, quanto ao caso em concreto, a questão aplica-se a outros documentos que vêm a reunião de câmara, e solicita que a câmara municipal elabore, com os serviços, um documento tipo, para que se possa receber. Não sendo assim, a Coligação Novo Rumo considera, neste momento, que as informações que são presentes não estão de forma a que os seus membros possam agir em conformidade com o que está proposto. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo, sem prejuízo do que o Sr. Vereador referiu, de um documento que se poderá efetivamente construir e propor à câmara municipal, que há necessidade de se resolver uma série de questões que têm a ver com urbanizações que há muito tempo deveriam ter sido resolvidas, e tem-se vindo a fazer um esforço muito grande para que em muitas matérias sejam concluídas, e é o que se tem vindo a fazer. -----

O próprio também leu o texto do Expresso, e enviou-o ao advogado da câmara municipal, para se pronunciar, no sentido de saber qual era a sua opinião jurídica, para se avançar eventualmente com concursos. Efetivamente esse artigo do Expresso alertou-o para a necessidade de se retomar o processo, e, como o Sr. Vereador disse, e bem, não é um processo simples, é exigente, o que não quer dizer que não se possa retomar, mas isso é uma questão. -----

A segunda questão é aquilo que sugere, ou seja, enquanto não se tiver o



documento, que é a matriz pelo qual os documentos devem ser instruídos para virem a reunião de câmara, de acordo com uma aprovação e discussão que se possa fazer, é necessário que os processos que já estão instruídos possam ser aprovados, para se tomar conta deles, até porque nalguns casos são situações já antigas. -----

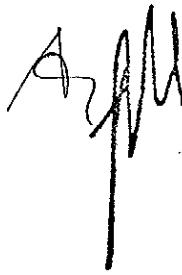
Como também é referido, por exemplo, neste ponto, há matérias de desgaste que já não podem ser atribuídas ao próprio promotor, e terá de ser a câmara municipal a resolvê-las, e era muito importante ficar-se já com esta receção feita, bem como outras, para, tanto a câmara municipal, como eventualmente por descentralizações que se poderão vir a fazer às juntas de freguesia, se tomar conta do território, porque senão ninguém toma, e anda-se num processo que não é bom. -----

A junta de freguesia diz que é com a câmara municipal, esta diz que o promotor ainda não fez, e agora está-se perante um processo completamente instruído, apesar de reconhecer que poderia ser melhor, mas era necessário resolver. Ao se estar mais não sabe quanto tempo à espera de ter uma forma diferente de instruir, aquilo que é importante é as pessoas que vivem nestes espaços terem finalmente o processo resolvido, no sentido de perceberem quem é quem, quem faz o quê, e reclamarem junto de quem de direito, e naturalmente que reclamam sempre junto da câmara municipal. -----

Agora a autarquia, com estas receções, vai conseguir, efetivamente, começar a fazer o que pode fazer, que é tratar do espaço público, que em alguns casos não está bem tratado, pois faltam estas situações de receções provisórias, principalmente, pois as definitivas serão muito mais tarde. -----

Desta forma, compreendendo aquilo que foi dito, que aceita em algumas questões referidas, julga que era importante aprovar ou pelo menos viabilizar estes pontos, pelo menos este, o ponto 6 da ordem do dia. -----

Retomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que esta questão de “tratar” as urbanizações é uma falsa questão, porque do ponto de vista dos membros da Coligação Novo Rumo a câmara municipal pode tratá-las e fazer a descentralização para as juntas de freguesia. Aliás, se não pudesse fazer, como é que a EDP faz a gestão da iluminação pública no Gentil? A EDP está a fazer a gestão da iluminação pública no Gentil desde o dia em que foi ligada, e não lhe consta que seja o



promotor que vai lá mudar a lâmpada se fundir, é a EDP. -----

O que é que impede a câmara municipal de mandar arranjar o passeio, mandar arranjar o jardim, e descentralizar para a junta de freguesia? Considera que não impede nada, não há nenhum aspeto legal que impeça a câmara municipal de entrar no espaço e tomar conta dele. -----

Interrompeu o Sr. Presidente, chamando à atenção de que há um processo administrativo que tem de fechar, há cauções e garantias, e não se pode estar eternamente sem as disponibilizar. -----

Interveio novamente o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que está absolutamente de acordo com o Sr. Presidente, e a Coligação Novo Rumo está disponível para o fazer, mas questiona se faz algum sentido esta câmara municipal votar um documento em 2013, que tem escrito, no ponto 6, "através da declaração datada de 30/05/2011, a Lisboa Gás declara que a rede foi executada de acordo com a legislação em vigor, e que se encontra em condições de utilização. O promotor deverá apresentar o projeto de gás natural executado pela Lisboa Gás, em formato papel e digital antes da receção definitiva". -----

Questiona se isso já foi entregue na câmara municipal, e acredita que já foi, mas devia estar retratado, porque a Lisboa Gás envia, pelo menos uma ou duas vezes por ano, um projeto em formato digital, para fazer. -----

O Sr. Presidente interveio, dizendo que se está a tratar de uma receção provisória, e irá haver uma definitiva. Aqueles documentos deveriam estar, o que é verdade, contudo, estas questões prendem-se muitas vezes com as das zonas verdes, que estão incompletas, não foram feitas ou estão mal tratadas, e têm sido, de facto, o grande problema de se avançar mais depressa com as receções provisórias. Se se ler o ponto 2, apesar de numa forma muito sucinta, há uma comunicação interna que também não está presente nesta instrução, mas que refere exatamente que finalmente o processo das zonas verdes está completo e pode ser rececionado. -----

Terminou, referindo que normalmente as grandes questões que se prendem com estas urbanizações são exatamente as zonas verdes. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que precisamente por isso é que não faz muito sentido que no caso da Malva Rosa se tenha atuado de determinada forma, e nas restantes urbanizações se aplique outra. No caso da Malva Rosa foi-se



ao limite de medir o centímetro do passeio e do lancil. Foi lá, e assistiu a relatórios enviados a esta câmara municipal, que mediam o centímetro do lancil que faltava colocar ou estava colocado, e agora recebe uma comunicação interna e um documento para virem a reunião de câmara que dizem “arruamentos e passeios - Os danos observados no arruamento confinante com o lote 28 não são da responsabilidade do promotor”. -----

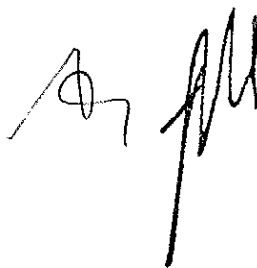
O próprio não conhece, não sabe, e o problema não é má vontade, o que entendem os membros da Coligação Novo Rumo é que, salvo melhor opinião, não precisam que se traga nenhum relatório extremamente elaborado, só precisam é que seja igual ao da Malva Rosa. Também não precisam que se vá ao limite do centímetro do lancil, de acordo com o contrato da urbanização, que se calhar deveria ser feito, mas, no mínimo, deveriam ter o conforto, porque irão mostrar mais à frente situações de receções em que do ponto de vista que têm são danos. - Não é desgaste, porque os danos de desgaste são normais, e se até só se recebeu aquilo depois do prazo, não se pode ir imputar ao promotor, como é óbvio, há o desgaste normal da via, mas pode-lhe imputar se é ou não a segunda camada, se nesse caso estava ou não prevista no alvará de loteamento.-----

Portanto, a questão é só essa, não é mais nenhuma, e se o documento vier aprovam-no, sem nenhum problema.-----

O Sr. Presidente interveio, perguntando aos Srs. Vereadores da CDU se estão em condições de, sobre esta matéria, dizerem qual a sua posição.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que a posição dos membros da CDU é a de que compreendem as questões levantadas pelo PSD, e acham que têm o seu sentido, mas há uma questão de fundo, dão como boas as informações prestadas pelos serviços municipais e pelos seus técnicos, que é o que se aplica. --- Agora, naturalmente se a câmara municipal tiver oportunidade de melhorar e enriquecer esta informação, ficam todos a ganhar, mas não colocam nenhuma situação que obste a aprovação ou não aprovação. Compreendem a questão de fundo, e há algumas questões que poderiam ser melhoradas, embora tenham como boa a informação prestada pelos serviços. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que com esta recomendação da parte da Coligação Novo Rumo, através do Sr. Vereador Rui Rei, nas próximas receções



provisórias ir-se-á tentar que estejam melhor instruídas, não conforme se fez com a Malva Rosa, na medida em que era uma situação muito particular, pois houve um faseamento da urbanização para a receção das infraestruturas.-----

É um caso especial, mas pode servir de analogia para outras situações, e vai-se tentar efetivamente instruir a informação a ser presente à reunião de câmara, acolhendo as questões colocadas pelo Sr. Vereador Rui Rei.-----

De seguida, colocou o ponto à consideração da câmara municipal, perguntando quem vota contra, quem se abstém e quem vota a favor, concluindo que o ponto foi aprovado, com a abstenção da Coligação Novo Rumo.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, referindo-se a algo, até porque a discussão também se fez na assembleia municipal, ou seja, quando a Coligação Novo Rumo faz um conjunto de intervenções nada tem a haver se concorda, discorda, ou acha que a informação dos técnicos que está escrita é melhor ou pior, mas se a declaração assinada pelo técnico ou pelos técnicos fosse só a única necessária, os políticos não seriam necessários, não estariam a fazer nada e o erário público poupava muito dinheiro, do que não tem nenhuma dúvida. Portanto, os técnicos governavam as câmaras municipais e o país, e não era preciso, nem de políticos, nem de eleições, e é disto que se está a falar.-----

Como querem assumir as suas responsabilidades, querem que os documentos sejam entregues de acordo com o que é decidido em reunião de câmara, e isso não é uma decisão do técnico. Quando o técnico traz um documento, é validado pelo poder político que o tutela, e portanto não tem nada a ver com as questões do técnico.-----

É bom que se desmistifique isso, que hoje em dia qualquer político tem de ter um jurista e um técnico. É importante ter, mas de acordo com uma estratégia que deve ser aprovada, caso contrário os vereadores não fazem falta nenhuma, os ministros não fazem falta nenhuma, e os deputados não fazem falta nenhuma, porque qualquer técnico ou diretor-geral governa o país e não precisa dos políticos para coisa nenhuma.-----

Interveio o Sr. Presidente, agradecendo ao Sr. Vereador Rui Rei, e dizendo que todos fazem falta. O próprio sente-se mais confortável, e sem dúvida nenhuma que há uma estratégia de carácter político, mas tem que estar subjacente a uma



Deliberação nº _____

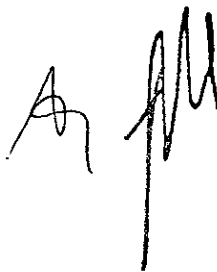
A. M.

- [illegible]

Handwritten signatures

1. Assunto: EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA SOBRE OS LOTES 395 E 396 DA AUGI QUINTA DA BELA VISTA – SÃO JOÃO DOS MONTES -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 378/13, de 12/12, do DGUPRU/DPRU, para aprovação do não exercício do direito de preferência sobre os lotes 395 e 396 da AUGI Quinta da Bela Vista, da União das Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, pelo valor de 1 490,00€, solicitado por João de Carvalho, mandatário de Rogério Azevedo da Silva. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 378/13, de 12/12, do DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dirigindo-se ao Sr. Presidente, para colocar uma questão em nome da CDU, que é saber qual o ponto de situação da regularização da AUGI, e quando diz regularização refere-se concretamente à emissão do alvará de loteamento da Quinta da Bela Vista. Aproveita também a situação para perguntar em que ponto se encontram as outras AUGI, Quinta da Ponte e anexos, Alferes ou Fonte Santa, um conjunto muito significativo de áreas urbanas de génese ilegal, que continua sem resolução à vista. -----
Aproveitando ainda a ocasião de estar no uso da palavra, gostaria de informar o Partido Socialista sobre o que disse na última reunião de câmara, em que não respondeu a uma questão muito objetiva colocada pela CDU. Os seus membros não tiveram oportunidade, na última reunião de câmara, de dizer aquilo que também sentiam sobre esta matéria, e pensam que o Partido Socialista foi tremendamente injusto quando fez a acusação de que as AUGI no concelho de Vila



Franca de Xira são uma responsabilidade da CDU, e que esta força política não resolveu os problemas inerentes à sua regularização e infraestruturação. -----

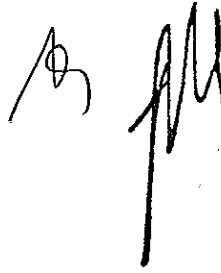
Agora o próprio faz a pergunta de outro modo: o Partido Socialista conhece alguma área urbana de génese ilegal, quando assumiu responsabilidades em 1998, que não tivesse rede de abastecimento de água pública, rede de saneamento e eletricidade?-----

O Partido Socialista é capaz de ignorar o facto de existirem pactos de associação que eram plenários de gestão democrática destes processos em cada uma destas AUGI? Desconhece este facto relevante do princípio de gestão democrática em todo este processo? O PS é capaz de ignorar o facto de, para todas as AUGI no concelho de Vila Franca de Xira terem sido aprovados planos de pormenor, e que foi com a sua decisão, de deixar entrar aquilo que não poderia ser construído, que se pôs em causa, muito seriamente, o processo de legalização das AUGI? -----

Sabe bem que poderá estar na vontade do Sr. Presidente querer dizer que estão a falar de coisas completamente diferentes, mas, a bem da memória e da defesa de todos aqueles que estiveram sempre movidos pelos melhores princípios, na defesa do concelho, onde o Sr. Vereador, na altura, e hoje presidente, se incluiu, porque também tinha essa responsabilidade, não pode ignorar a situação, e se o quiser fazer está a ser perfeitamente injusto, até pelo seu contributo e o de todas as forças políticas no concelho, sobre esta matéria em particular. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que o Sr. Vereador Nuno Libório faz comentários e responde pelo próprio, sobre aquilo que pensa ou não, e aquilo que pensa é uma coisa muito simples. Outros municípios, se calhar muito mais sabiamente que este, têm outra postura relativamente a esta matéria, as comissões resolvem tudo, as comissões querem arruamentos, querem saneamentos e pagam. Em Vila Franca de Xira a câmara municipal fez um outro modelo, em que entra com uma percentagem bastante importante. Não sabe se é justo ou não, e aquilo que diz é que conhece outros processos, do mesmo tempo em que a CDU era responsável pela autarquia e geria o município, cuja solução foi completamente diferente. -----

O que se teve foi uma situação de clandestinos, que começou por volta dos finais dos anos 60 e década de 70, principalmente, em que após o 25 de Abril o concelho



foi confrontado com uma situação complicadíssima.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, pedindo desculpa pela interrupção, e dizendo que, de facto, isso já é uma grande nuance em relação àquilo que disse o Sr. Vice-Presidente na última reunião de câmara, que fez a acusação que foi com a complacência e apoio explícito da CDU que apareceram as AUGI no concelho de Vila Franca de Xira. Regista com muito agrado e muita satisfação o facto do Sr. Presidente ter posto as coisas no sítio certo, e impunha-se o rigor e a verdade.-----

Retomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que nunca disse nada de diferente do que diz hoje, ao longo de anos, e também não foi exatamente assim que o Sr. Vice-Presidente disse.-----

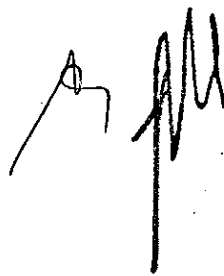
Aquilo que lhe interessa, para além da retórica, é resolver os problemas, e pode-se estar não sabe quantos anos à volta desta matéria, esgrimindo argumentos, mas o que as pessoas querem é que o problema se resolva, e o que espera da CDU, e de todas as bancadas, é que ajude.-----

Estar a falar do histórico tem algum interesse histórico, alguém vai fazer teses de mestrado à volta dessas matérias, e provavelmente até já existirão, mas não conhece.-----

Prosseguiu, referindo ser uma técnica querer colocar várias questões sobre um tema, e o Sr. Vereador falou genericamente nas AUGI, pelo que aquilo que lhe quer dizer, relativamente à Bela Vista e à Quinta da Ponte e anexos, é que neste momento se está a trabalhar para finalmente arranjar uma solução, que nunca aconteceu.-----

Está com o processo desde que tomou posse, não o tinha, mas é tão responsável como qualquer outra pessoa ao longo dos mandatos, mesmo no tempo da CDU, e neste momento apraz-lhe verificar que se está perto de encontrar uma solução, que é a perequação e permuta dos lotes que são desafetados, cerca de 60, que incidem quase exclusivamente, ou mesmo exclusivamente, na Quinta da Ponte e anexos, porque, como se sabe, o processo dividiu-se em duas comissões. Já se encontrou uma solução, que está agora a ser trabalhada pelos juristas, para se resolverem estas matérias.-----

Relativamente a esta AUGI, que no fundo não é só uma, podem-se considerar duas, está-se perto de conseguir. Tentou perceber o que estava em causa, falou-se com



a Srª Arlete, que o Sr. Vereador conhece bem, pelas várias reuniões de câmara em que esteve presente, falou-se com o advogado e o solicitador de ambas as partes, e pode pois dizer que se encontrou uma solução engenhosa, mas muito criativa, que crê que vai resolver, dependendo da vontade dos proprietários e das duas comissões. Pensa assim que as coisas estão bem encaminhadas.-----

Fez-se um longo percurso ao longo dos mandatos em que o PS está a gerir a câmara municipal, e pretende-se fechar os processos o mais depressa possível. Contudo, é óbvio que estas matérias não são fáceis, não há questões consensuais, o planeamento das AUGI, em muitos casos, é deficiente, há arruamentos que começam com um perfil, depois estreitam, e agora há dificuldades em colocar passeios.-----

Depois dos alvarás o processo transita para o urbanismo, e se se for levar isto à régua e esquadro, de acordo com a legislação atual, não se consegue aprovar nada. O Sr. Vereador tem consciência disso, de certeza absoluta, e o que deve presidir nestas matérias é o que deve presidir em todos os atos da vida, o bom senso, e o encontrar soluções. É o que se está a fazer, para não prejudicar as pessoas, porque senão nunca mais vão conseguir construir a casa que tanto pensaram.-----

Nesta matéria, e com toda a franqueza, também diz que aquilo que era o pensamento dos clandestinos que foram reconvertidos, e depois em AUGI, foi o de encontrar soluções para que as pessoas pudessem ter habitação, mas como o Sr. Vereador sabe, em muitas AUGI essa filosofia foi completamente desvirtuada, para seu grande desgosto. -----

Fica-se pelo que disse, pois o Sr. Vereador Nuno Libório sabe aquilo que o próprio está a dizer. Depois, vai-lhe fazer chegar o ponto da situação, que já tem, mas vai solicitar que se atualize, para ter informação mais precisa.-----

Sobre o ponto em concreto, a certidão permitirá à pessoa resolver o seu problema pessoal, sendo que, na sua opinião, considera que se deve ajudar.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que gostaria que o Sr. Presidente informasse a CDU, se não houver uma emenda legislativa muito rapidamente, se poderá estar em causa o processo de legalização desta e de todas as AUGI. Pergunta pois se a câmara municipal tem a consciência de que termina em 2014 o



Deliberação nº

Tomou a palavra o Sr. Presidente, mencionando que neste momento se tem falado com a Associação Nacional de Municípios Portugueses – ANMP, no sentido de proceder a iniciativas junto do ministério da tutela e da Assembleia da República, no sentido deste prazo ser prorrogado, porque poderá haver algumas dificuldades. Entende que, como força de pressão, deverá ser a ANMP a fazê-lo, e inclusivamente agora surgiu-lhe uma ideia, que no próximo Conselho Metropolitano de Lisboa colocará, para o Conselho Metropolitano se pronunciar, na medida em que a Área Metropolitana de Lisboa é aquela que praticamente tem quase o conjunto deste tipo de problemas. Assim, tem todo o sentido que o Conselho Metropolitano também faça pressão, de acordo com a discussão e reflexão que se irá fazer. Desta forma, na próxima reunião colocará essa questão. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

CAPÍTULO: OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 084

Reunião de 2013/12/27

Procº 35/13 DOVSM-EMP

Deliberação nº 1244

1. Assunto: EXECUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO DO SOBRALINHO – DEVOLUÇÃO DO VALOR PAGO PELAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 674/13, de 02/12, do DOVI/SA, para aprovação da devolução do valor de 1 844,14€, com IVA incluído, pago pela Cunha & Barroso, Lda, pelas peças do procedimento relativo à empreitada de execução da Escola Básica do 1º Ciclo do Sobralinho. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 674/13, de 02/12, do DOVI/SA, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----



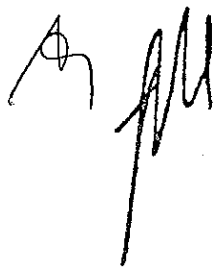
1. Assunto: CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DE VILA FRANCA DE XIRA –
REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE ACIONAMENTO DAS GARANTIAS BANCÁRIAS -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1318/13, de
13/12, do DOVI/DOVI, para aprovação da revogação da deliberação tomada na
reunião de câmara de 2013/07/03, de decisão de acionamento da garantia
bancária que se destinava ao ressarcimento dos custos com os trabalhos de
correção de defeitos da obra do Centro de Saúde de Vila Franca de Xira, tendo em
conta que todos os defeitos de execução da construção e dos equipamentos já
foram integralmente e efetivamente executados pelo empreiteiro, Sociedade de
Construções José Coutinho, SA, e concluídos na sua totalidade, no dia 29/11/2013,
não sendo necessário o recurso à contratação de empresas da especialidade para
o efeito. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1318/13, de 13/12, do
DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara
para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.
Vereador António Oliveira. -----

[Handwritten signature]

1. Assunto: EXECUÇÃO DA PASSAGEM SUPERIOR PEDONAL DO FORTE DA CASA – ACEITAÇÃO DA DEVOLUÇÃO DO ADIANTAMENTO DE PREÇO E LIBERAÇÃO DA GARANTIA BANCÁRIA-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1316/13, de 13/12, do DOVI/Empreitadas, para aceitação da devolução do adiantamento de preço, aprovado por deliberação de câmara de 2013/07/17, efetuada pela Oliveiras – Engenharias e Construções, SA, no montante total de 347 535,59€, bem como aprovação da liberação da caução prestada, correspondente a 30% do preço contratual, também aprovada na mesma deliberação de câmara, referente à empreitada da execução da passagem superior pedonal do Forte da Casa.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1316/13, de 13/12, do DOVI/Empreitadas, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----



1. Assunto: REMODELAÇÃO DO JARDIM MUNICIPAL CONSTANTINO PALHA E QUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERIORES DO BAIRRO DOS AVIEIROS – VILA FRANCA DE XIRA – AUTO DE VISTORIA E LIBERAÇÃO PARCIAL DA CAUÇÃO-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1211/13, de 29/11, do DOVI/DOVI, para aprovação do auto de vistoria, bem como da liberação de 60% da caução total da obra, no valor de 58 901,82€, referente à empreitada da remodelação do Jardim Municipal Constantino Palha e qualificação dos espaços exteriores do bairro dos Avieiros, em Vila Franca de Xira, adjudicada ao Consórcio Costa & Carvalho, SA/Virgílio Cunha, SA. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1211/13, de 29/11, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que aproveita este auto de vistoria e a liberalização dos 60% da caução para, muito rapidamente, remeter o Sr. Presidente e o seu executivo para as questões sobre a requalificação do jardim municipal Constantino Palha, que o próprio colocou na última reunião do dia 27/11/2013, e que foram, como é evidente, respondidas, lembrando-se da acuidade desta requalificação e das questões que levantou, no sentido de serem resolvidas o mais rapidamente possível.-----

Interveio a Sr.ª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que a questão dos membros da Coligação Novo Rumo tem a ver com uma situação que já levantaram noutras idênticas, sobre a circular informativa do InCI – Instituto da Construção e do Imobiliário, que refere que a pena se impõe por uma única vez e uma vistoria, sendo as percentagens da caução libertadas automaticamente, de forma faseada,

[Handwritten signature]

e a partir desse momento, não sendo admissível a replicação de procedimento de vistoria nos anos subsequentes.-----

Como disseram, não concordam com esta interpretação, até porque choca com o princípio subjacente à prestação da caução. Não teria lógica fazer-se só uma vistoria no primeiro ano se a caução é por 5 anos, portanto perde qualquer efeito prático, e pensam que na altura o Sr. Presidente também concordou.-----

De facto, voltam a ver esta interpretação plasmada numa comunicação interna, e o que pretendem é que, de uma vez por todas, se clarifique a situação, e sugerem ao Sr. Presidente que solicite um parecer jurídico, porque o InCI não é uma entidade que vincule terceiros nas suas interpretações jurídicas.-----

Portanto, acham que a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira deverá pedir um parecer jurídico para averiguar a situação, se, de facto, a interpretação está correta ou não, ou se há outra interpretação que possa ter este normativo, do qual o InCI faz a interpretação que vem descrita na comunicação interna.-----

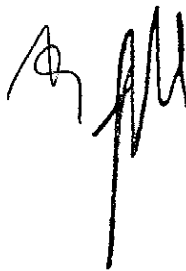
Interveio o Sr. Presidente, solicitando ao Dr. Fernando Barreiros que os seus serviços possam esclarecer, falar com os serviços técnicos da DOVI – Divisão de Obras, Viaturas e Infraestruturas, e fazer chegar à Srª Vereadora um parecer.-----

De seguida, perguntou à Srª Vereadora se está em condições de votar, dizendo ainda que antes da próxima reunião de câmara tentar-se-á que esse parecer seja enviado à Srª Vereadora, para se esclarecer e ter uma matriz de procedimento, de forma a não se estar sempre com esta dúvida.-----

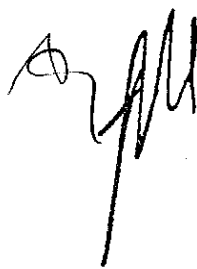
Pensa que a Engª Rosário Ferrão tomou boa nota da questão, que no fundo se trata de encontrar uma metodologia em que estejam todos de acordo, porque esta matéria já foi falada mais que uma vez em reunião de câmara. Na última vez que foi falada a Engª Rosário Ferrão estava de férias, estava presente o Engº José Fernandes, e crê que se terá acordado numa solução a adotar.-----

Assim, trata-se de recuperar essa ata da reunião de câmara, verificar o que foi falado na altura, pois francamente já não se recorda.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----



1. Assunto: ESTABILIZAÇÃO E CONTENÇÃO DA ENCOSTA DO MONTE GORDO – QUINTA DE SANTO AMARO – VILA FRANCA DE XIRA – AUTO DE VISTORIA PARA RECEÇÃO PROVISÓRIA -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1315/13, de 16/12, do DOVI/DOVI, para aprovação do auto de vistoria para receção provisória, datado de 2013/12/16, referente à empreitada de estabilização e contenção da encosta do Monte Gordo, na Quinta de Santo Amaro, em Vila Franca de Xira, adjudicada à Alves Ribeiro, SA. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1315/13, de 16/12, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que esta situação do Monte Gordo, como o Sr. Presidente sabe, preocupou a todos, independentemente da força política que representam, e os membros da Coligação Novo Rumo consideram que a comunicação interna que é trazida é escassa nas informações que são necessárias, para poderem aprovar este auto de vistoria para receção provisória. -----
Efetivamente é uma situação complicada, e não sabem sequer se a encosta continua a ser monitorizada, mas se continua, consideram que deveria haver uma leitura antes desta intervenção, e o Sr. Presidente tê-la-á, e sabem que a tem, porque a conhecem, bem como uma depois da intervenção, através da qual se possa ver se realmente a segurança da encosta está devidamente protegida. -----
Consideram também que deveria haver um relatório técnico mais específico e concreto sobre o que se fez e os resultados que se obtiveram, porque, como o Sr.



Presidente sabe, é uma situação muito sensível, que afetou inúmeras pessoas que ali habitavam.-----

Por outro lado, e já o tinham pedido ao Sr. Presidente, sabem que há um relatório do LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil, que entretanto chegou à câmara municipal, não este último pedido, mas um anterior, e gostariam de ter acesso a esse relatório do LNEC, bem como à documentação que serviu de base à aquisição da discoteca e à sua demolição, ou seja, os custos que estiveram associados a essas duas operações, demolição e aquisição.-----

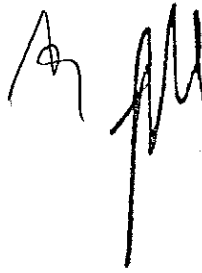
Uma terceira questão tem a ver com a Bolsimo, em que querem saber quais são as atuações da câmara municipal neste momento relativamente à Bolsimo, porque se relativamente ao lote 1 foi incisiva, quanto ao lote 2, que é da Bolsimo, do Montepio Geral, não lhes parece que haja esse tipo de atuação.-----

Entendem que o Montepio Geral tem de ser definitivamente “encostado à parede”, porque sabem que o lote 2, ao fim ao cabo, é o cerne da questão, e não está a ser devidamente tratado, tendo a câmara municipal, no ver da Coligação Novo Rumo, que “apertar” com o Montepio Geral, colocando-lhe concretamente, em cima da mesa, a situação e as consequências que pode ter ao não atuar devidamente. -----

É óbvio que o lote 2 continua em perigo de ruir, apesar de que poderá não ser o perigo que existia há 1 ano atrás, não pode deixar de ser demolido, pelo que o Montepio Geral tem de ser confrontado, eventualmente por escrito, com todas as responsabilidades que pode vir a ter se não demolir o lote 2.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo-se às reuniões que se têm tido, designadamente a última, em que os moradores do lote 1 queriam passar o Natal em casa, e constatou-se que ainda não estavam criadas as condições, ou pelo menos havia dúvidas das condições de segurança do lote 1.-----

Ficou decidida uma questão que já foi concretizada, pois o Sr. Presidente fez o favor de mandar o ofício que foi dirigido ao LNEC para saber da situação, e depois agir em conformidade, sendo evidente que o problema do lote 2 está a arrastar-se no tempo, embora, verdade seja dita, o Sr. Presidente também já falou algumas vezes sobre a situação da Bolsimo, do Montepio, noutros tempos em que houve reuniões, e em que manifestou alguma disponibilidade e facilidade para a demolição parcial do seu lote, mas agora já não é bem assim. -----



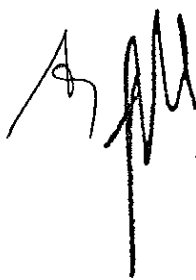
Pensa que a resolução desta questão se deve apressar, no bom sentido, e com a remoção das terras da encosta as condições de segurança são muito melhores, porque é evidente que a Bolsimo está à espera que seja a câmara municipal a dar-lhe a ordem, provavelmente para se escudar “nas costas” da autarquia. Esta é uma situação que pensa estar no espírito do Sr. Presidente e dos vereadores do Partido Socialista, ou seja, avançar para a resolução desta questão. -----

Interveio o Sr. Presidente, lembrando que houve uma reunião onde estiveram especialistas em geotecnia, que colocaram e apresentaram quatro possibilidades de solução para o Monte Gordo, e escolheu-se aquela que era a solução que os técnicos referiram ser a mais adequada, ou seja, a que abrangia também o território da antiga discoteca. -----

Não se vai pronunciar sobre a solução técnica, pois não tem conhecimentos para tal, mas, de uma forma muito simples, consistiu em retirar todo o material que não pertencia ao talude ou à encosta inicial, pois, como se sabe, durante muitos anos existiu ali uma pedreira, e os resíduos que não eram aproveitados por ali ficavam.-- Posteriormente, outras pessoas começaram ali a depositar entulhos diversos, e o que é um facto é que a encosta inicial passou a ter uma camada artificial bastante espessa, tendo sido nessa espessura de material, que não pertence à encosta, que os prédios em casa foram construídos.-----

Foi feita uma primeira solução, que não resultou, e em termos científicos não havia estudos rigorosos, havia alguns, mas que não davam toda a garantia do que se havia de fazer, como se sabe, e então, de uma vez por todas avançou-se para um estudo em que se solicitaram os conhecimentos técnicos do LNEC, que produziu os documentos que todos conhecem. -----

Nesse sentido, na tal reunião foi unânime a escolha de uma solução, que é aquela que veio a ser executada, e que está terminada. De uma forma muito simplista, tratou-se de retirar todo o material que não pertence à encosta e levá-la até ao fixe, até à rocha, sendo que hoje, se os Srs. Vereadores lá forem, e certamente já lá foram, mas se não foram sugere que o façam, vão ficar tão surpreendidos como o próprio, pela intervenção que ali foi feita em termos de drenagem, e daquilo que é a segurança que a encosta hoje tem. Diria assim que foi uma boa intervenção, um bom trabalho.-----



Relativamente ao lote 2, como referiu noutro momento, pensa trazer uma proposta a reunião de câmara, para a autarquia avançar com a demolição, total ou parcial, logo se verá, do lote 2. Nas primeiras reuniões que se tiveram os representantes da Bolsimo sempre manifestaram uma grande abertura de resolver os problemas, e que estavam disponíveis para a solução e não para criarem mais problemas, mas passou a não haver absolutamente nenhuma abertura para, de modo próprio, a Bolsimo avançar com a demolição. -----

Hoje a Bolsimo tem um prédio que não tem licença de utilização, que nunca foi habitado, mas que nos ativos tem um valor, e no dia em que for demolido passa a ter um monte de escombros, e é aqui que começa o problema de batalha jurídica que a câmara municipal tem pela frente, sendo que aliás a última comunicação que a Bolsimo mandou para a câmara municipal já é em moldes pouco simpáticos, para não dizer outra coisa. -----

Chegando-se a esta fase, o advogado da câmara municipal está a tomar as iniciativas necessárias para que o próprio possa trazer uma proposta à consideração da câmara, para ser a mesma a avançar com a demolição, e depois solicitar o ressarcimento dos custos dessa mesma demolição. Não sabe de quanto está a falar, os serviços vão ter que se pronunciar quanto custará a demolição, de que forma vai ser feita, e vai ser feita de acordo com o estudo de demolição que se tem, presumindo que a questão só possa acabar desta forma. -----

Quanto ao lote 1, houve uma reunião, onde as pessoas pediram para voltar às habitações, e o que lhes foi dito claramente, e unanimemente, por todos os presentes políticos, foi que não poderiam fazer isso de ânimo leve, sem primeiro o LNEC se pronunciar sobre se havia perigo para as pessoas. Esse ofício já foi enviado ao presidente do LNEC, e está-se a aguardar a resposta, que não deve ser muito diferente de um pedido que se fez há uns tempos atrás, numa declaração que o Engº Carlos Pinho, presidente do LNEC, fez, aquando de uma visita às muralhas em Santarém, em que se referiu a este prédio. Na altura a informação que prestou foi mais ou menos aquela que sempre prestou, e que todos conhecem. De qualquer modo, vai fazer chegar a todos os vereadores esse último relatório, e quanto à questão de lhe perguntarem quais são as condições atuais da encosta, o que pode dizer é que se continua a monitorizar a encosta, os prédios continuam a



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata **093**

Reunião de 2013/12/27

Procº 50/13 DOVSM -EMP

Deliberação nº _____

ser monitorizados, e a informação que tem é que a encosta, hoje, está consolidada, não tendo já os problemas que tinha anteriormente, que fizeram com que num determinado contexto se tivessem de evacuar as pessoas do lote 1, e também, numa ou 2 noites, do lote 3. -----

O trabalho está feito, está bem feito, há documentos científicos que validam todos os procedimentos que se fizeram, e agora há uma série de outros procedimentos que se têm de fazer.-----

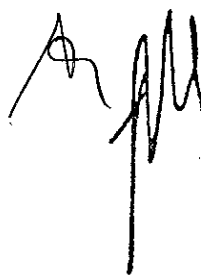
Da reunião havida com os moradores, conforme também foi combinado que se falaria hoje sobre esta matéria, aquilo que pode dizer é o que lhe parece lógico, que esta matéria tem vindo a ser tratada por advogados, não pondo nada em causa, porém, até aos dias de hoje a câmara municipal não tem uma posição. Os advogados nunca disseram, pelo menos os que representam os moradores, “no nosso entendimento a câmara municipal deve fazer isto, deve fazer aquilo, deve assumir isto, deve assumir aquilo”. Nunca o fizeram, e os moradores estão disponíveis, eles próprios, sem ou com os advogados, o que não sabe, de terem um ponto de partida para depois se poder discutir, na medida em que hoje em dia não há ponto de partida de coisa nenhuma.-----

Todos têm a mesma consciência da solução, que efetivamente a decisão que se tomou foi dura, constrangedora e muito difícil, mas não se podia ter tomado outra. Para que essa decisão seja revogada, tem de acontecer uma série de questões, a primeira das quais o LNEC se responsabilizar que os moradores podem ir para lá, coisa que não lhe parece que venha a acontecer, mas aguarda o pedido feito, e enviou o ofício de acordo com aquilo que se combinou.-----

Este é um processo que tem de terminar, tem que se encontrar uma solução. -----

Por último, agradece ao Dr. Fernando Barreiros que veja o processo da aquisição da discoteca, para também fazer chegar esses elementos à Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus. -----

É o que pode referir sobre a matéria, e o que se tem hoje é uma receção provisória da obra, do trabalho que foi feito, podendo mais tarde ser enviados alguns outros elementos técnicos, nomeadamente o último, sobre a questão da necessidade ou não da demolição do lote 2. É um relatório que a Engª Rosário Ferrão tem, e pede-lhe o favor de hoje, se possível, o enviar para o próprio, para o



reenviar à Srª Vereadora e aos Srs. Vereadores, naturalmente. -----

De seguida colocou o ponto a votação, perguntando o sentido de voto, dizendo que o ponto é aprovado, com a abstenção dos membros da Coligação Novo Rumo. -----

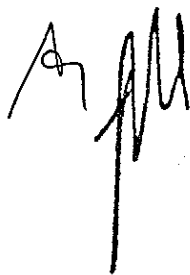
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo gostariam, quando houvesse tempo, que se pudesse fazer a avaliação dos custos do que a câmara municipal já gastou, e quanto gastaria se tivesse que realojar todos os moradores, esperando, sinceramente, para o bem de toda a gente, quer da autarquia, quer dos moradores, que o investimento que a mesma está a fazer ali seja, efetivamente, o necessário e suficiente para garantir a estabilidade.-----

Os documentos que leram sempre indicavam que haveria problemas de estabilidade e estruturais nos edifícios, e amanhã não se poderá vir dizer que todos estiveram de acordo, pois há gravações e atas onde a sua coligação disse sempre isso. Portanto, só espera que não aconteça nada e que não voltem a “bater à porta” da sua coligação, e considera que legitimamente, porque o problema que existe ali é, no mínimo, de incompetência da câmara municipal, e no máximo outra coisa que deveria ser apurada, face à construção daqueles edifícios que nunca deveriam ter sido permitidos. -----

Reitera, mais uma vez, que espera que o que foi gasto ali seja suficiente para conter, porque está absolutamente convencido que com menos de metade do valor se teria alojado toda a gente em casa novas e seguras. -----

Face à outra informação que o Sr. Presidente afirmou, não querem ter uma posição agora, porque não sabem o contexto, mas face ao que afirmou encaram com muita preocupação o facto de a autarquia ser forte com os fracos, e fraca com os fortes. Consideram que já tinha de ter tomado uma posição forte, dura e determinada, como disse a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, face a uma entidade que se fartou de ganhar dinheiro com a bolha imobiliária no concelho de Vila Franca de Xira e no país.-----

Não é aceitável que uma determinada entidade privada fique com os lucros, e as entidades públicas e os cidadãos fiquem com os prejuízos, e o que se prepara a entidade pública, mais uma vez, para fazer, no Monte Gordo, é, além de todos os investimentos que ali se fizeram, de todos os acordos e negociatas que foram feitas ao longo destes anos, e de todo aquele ato criminoso de licenciamento



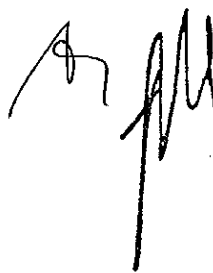
daqueles prédios, e está perfeitamente consciente de tudo o que diz, se substituir à banca, e pagar pela banca o que deveria ser a banca a pagar e a assumir os prejuízos. -----

Pergunta, sem tomar nenhuma decisão, pois não lhe compete fazê-lo, e primeiro terão todos de analisar todos os documentos, por que é que a câmara municipal, através do seu advogado, não avalia todas as consequências do que ali está, e não avalia antes, e em paralelo, porque uma coisa não invalida a outra, independentemente de assumir a responsabilidade primeira pelo Montepio, de colocar em tribunal um processo cível e criminal aos seus administradores, por todas as consequências que possam advir ali, porque o Montepio tem legitimidade para demolir ou não o prédio. -----

Aqueles administradores que tomam esta decisão têm de ter consciência que se alguma coisa acontecer serão responsabilizados civil e criminalmente, porque a autarquia avisou, disse, e conscientemente disseram que não. Se disseram que não, têm de ser responsabilizados por esse ato, não podendo a autarquia aceitar que sistematicamente as entidades públicas tenham de pagar, e alguns dos privados andem alegremente, como se nada se passasse neste país. -----

Mais, independentemente da legalidade ou ilegalidade, a câmara municipal devia informar formalmente os 115 mil habitantes deste concelho, que o Montepio, com balcões abertos no concelho, nos sítios Y, X e Z, com um conjunto de prédios que construiu, está a não tomar decisões que deveriam ser da sua responsabilidade e onerar o erário público, logo os impostos dos cidadãos, ficando à responsabilidade dos cidadãos se continuariam a ser clientes ou não de uma instituição bancária com este tipo de atuação face ao erário público. -----

Não está a falar de ganhar mais ou menos, mas de colocar em causa, possivelmente, a segurança de pessoas e bens numa encosta como a do Monte Gordo, e isso é muito importante. Ninguém quer publicidade negativa, muito menos deste nível, e pensa que a câmara municipal deveria olhar no aspeto jurídico, no estritamente necessário da intervenção que ali está e no da publicidade, neste caso da atividade de um conselho de administração que, eventualmente, no ponto de vista dos membros da Coligação Novo Rumo, não tomará a melhor decisão. -----



Sabe-se a posição que os membros da Coligação Novo Rumo sempre tiveram, e continuam sem saber como é que um processo daqueles chega a esta situação, principalmente quando há documentos na posse da câmara municipal desde 1997, e agora está a falar de cor, em que os próprios moradores alertam para os problemas nos prédios.-----

Portanto, considera que a câmara municipal tinha o dever de ter avaliado todo o processo e não o fez, tendo a obrigação moral e legal de fazer o que fez e eventualmente ter feito mais, e era no que se devia sempre pensar. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que o Sr. Vereador Rui Rei fez uma série de comentários, e regista-os, sendo este um processo que rola desde mais de 1970 até aos dias de hoje. Não é recente, é antigo, teve várias etapas, com que se tem vindo a trabalhar.-----

Independentemente da retórica, o que é preciso é encontrar soluções, é isso que se está a fazer, estando o advogado da autarquia a trabalhar naquilo que é uma fase decisiva, a posse administrativa do prédio para poder fazer a demolição, sem a qual não é possível. Mesmo que se quisesse não era possível chegar ali e "partir" o prédio, e essas coisas infelizmente demoram o tempo que é necessário demorar.- O Sr. Vereador não deve ter ilusões, porque o Montepio não vai demolir coisa nenhuma, e uma coisa é o que a câmara municipal deseja, e outra coisa são as circunstâncias, estando-se perante uma situação em que há relatórios. -----

Aquilo que pode dizer é que o advogado está a fazer as iniciativas para ser a câmara municipal a demolir o prédio, porque não se pode estar à espera que seja a Bolsimo a fazer. Quanto ao avançar com uma ação criminal, certamente que sim, mas não resolverá aquilo que é o problema que se tem entre mãos, que é a recomendação do LNEC que aquele prédio tem de ser demolido.-----

Assim, se se está à espera que seja a Bolsimo, ter-se-ia muito que esperar e certamente que isso não ia acontecer. -----

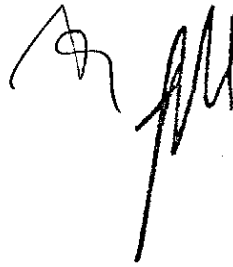
7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da Coligação Novo Rumo, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----



1. Assunto: REQUALIFICAÇÃO URBANA DA PRAÇA DAS FLORES – FORTE DA CASA – AUTO DE VISTORIA E RECEÇÃO DEFINITIVA E LIBERAÇÃO DE CAUÇÃO-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1214/13, de 26/11, do DOVI/Empreitadas, para aprovação do auto de vistoria e receção definitiva, datado de 2013/11/18, bem como da liberação de todas e quaisquer quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que o empreiteiro tiver direito, e da extinção da caução prestada, referentes à empreitada da requalificação urbana da Praça das Flores, no Forte da Casa, adjudicada à Jardimagem - Construção e Manutenção de Espaços Verdes, Lda.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1214/13, de 26/11, do DOVI/Empreitadas, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que se aplica neste caso a mesma situação falada no ponto 6 da ordem do dia, se não está enganado. Está-se a falar de uma empreitada adjudicada em 2004, com receção provisória em 2005, vistoria aos trabalhos executados em 2013, e com o documento para aprovação hoje em reunião de câmara. -----
De facto, os membros da Coligação Novo Rumo olham para o documento e para a reportagem fotográfica que fizeram no local, e efetivamente a obra apresenta uma série de problemas, em que eventualmente a maioria, não a totalidade, não pode ser imputada a quem construiu aquela infraestrutura, como os bebedouros sem funcionar, os parques infantis em que faltam vários brinquedos, a informação incorreta na placa que lá está, porque o hospital já não é o que lá está, ou a zona

[Handwritten signature]

de contadores vandalizada e cheia de lixo, as pedras absolutamente desgastadas e partidas, os candeeiros de iluminação pública danificados e por aí fora. -----
Assim, pergunta o que acharia um cidadão, por exemplo, do Forte da Casa, que até conhece a Praça das Flores, se não tivessem feito este documento, e recebessem apenas um documento a dizer que deviam receber a obra porque está tudo em condições. Se fosse um cidadão que não conhece estas coisas, olhava e dizia "o que é que aqueles senhores estão a votar, que nem sabem o que lá está?" -----
Cada um sabe de si e Deus sabe de todos, e a Coligação Novo Rumo faz um conjunto de trabalhos que lhe compete fazer, e que faz quando pode. -----
Dirigindo-se diretamente ao Sr. Vereador António Oliveira, referiu que o ponto é do Sr. Vereador, que o deveria ter instruído de outra forma.-----
A bem da verdade, as fotografias que vêm no documento dos serviços apresentam relva verde, espaço tratado, passeios limpos e tudo apresentado. As fotografias que o próprio trouxe, que são desta semana, têm os bebedouros todos partidos, os passeios todos sujos, a placa incorreta, ou o contador dos SMAS vandalizado e cheio de lixo. Assim, afinal há pessoas que veem e outras que eventualmente não veem. Tem as fotografias, não foram inventadas nem colocadas em nenhum documento.-----
O que pretende dizer, e fez questão de o referenciar antes, é que a maior parte do que falou tem pouca possibilidade ou nenhuma de ser imputado à empresa que construiu, até porque há muita coisa que não é da responsabilidade do empreiteiro. Contudo, considera, principalmente nestas obras que vêm para receção muito desfasadas do tempo em que deveria ser feita, e mesmo as que vêm no tempo em que deveria ser, que tem de ser chamada a atenção de quem está a votar que a obra em si não tem nenhum problema, quando é o caso que não tem, mas, apesar disso tem os problemas que foram detetados, fruto de ao longo dos anos não ter sido feita manutenção. -----
Tem de se chamar a atenção de quem vota, porque se assim não for são todos julgados, as pessoas dirão: "aqueles senhores estão a votar uma obra que está naquele estado", e se lá se for ver, a obra está efetivamente num estado deplorável.-----
Desta forma, uma coisa é o documento para rececionar, outra coisa é chamar a



atenção de um conjunto de problemas que a obra tem, e deveria ser demonstrado o que se está a votar. No documento que vem à reunião é preciso ter atenção às fotografias, sendo que, normalmente, quando se tiram, ao não se retirar de lá a data, aparecem com a data, e pode não estar feito o “update” para a data em que se estão a tirar as fotografias, razão pela qual o documento que vem é de 2013, e as fotografias aparecem com data de 2000.-----

Tem que se ser rigoroso nesta situação, porque estão-se a votar documentos que serão para memória futura, e documentos oficiais, que serão enviados à entidade, tendo que se olhar e verificar estas situações, apresentando-as convenientemente, para todos saberem do que se está a tratar e a votar.-----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que sobre todas as matérias se podem fazer grandes reflexões, e todas são bem-vindas, logo que sejam construtivas e possam melhorar o trabalho. Conhece bem a situação, e as várias intervenções que houve, de reparação daquele espaço, bem como os diversos atos de vandalismo que foram produzidos, e pergunta como é que se pode resolver.-----

O que é que a empresa que construiu o espaço em causa tem a ver com atos de vandalismo? A câmara municipal, várias vezes, fez o que lhe compete fazer, estraga e repara, é o que tem vindo a fazer, e muitas vezes já com uma grande frustração, porque são investimentos pesados e as pessoas não cuidam convenientemente deles.-----

Relativamente à Praça das Flores, se calhar tem que se repensar se o espaço vai continuar como parque infantil. Efetivamente muitas das questões que ali aconteceram foram de mau uso da parte de alguns cidadãos, que se calhar não mereceriam o esforço que é feito de se qualificar os espaços urbanos. Aquela praça esteve completa, e com qualidade, de acordo com aquilo que estava estabelecido na empreitada e no próprio projeto, e sistematicamente foi vandalizada.-----

Esta é a questão de fundo, e gostaria que o Sr. Vereador também o acompanhasse, pois conhece. Assim, não referir esta matéria, sem pôr em causa algumas das questões que o Sr. Vereador referiu, com as quais está de acordo, é também não dizer a verdade toda do processo.-----

De seguida, passou à votação do ponto, concluindo que o mesmo foi aprovado, com os votos contra dos membros da Coligação Novo Rumo.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

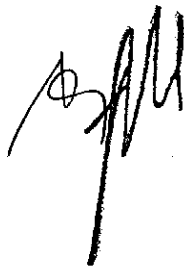
Fl. Atã **100**

Reunião de 2013/12/27

Procº DOVSM. 12.60.06.01

Deliberação nº _____

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da Coligação Novo Rumo, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----



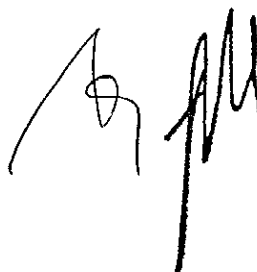
1. Assunto: EXECUÇÃO DO JARDIM DE INFÂNCIA DE POVOS – VILA FRANCA DE XIRA – AUTO DE VISTORIA E RECEÇÃO DEFINITIVA, CONTA FINAL E LIBERAÇÃO DE CAUÇÃO-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1288/13, de 09/12, do DOVI/Empreitadas, para aprovação do auto de vistoria de receção definitiva, datado de 2013/11/22, bem como da conta final e da liberação de todas e quaisquer quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que o empreiteiro tiver direito, e da extinção da caução prestada, referentes à empreitada de execução do jardim de infância de Povos, em Vila Franca de Xira, adjudicada à Constrope, Construções, SA. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1288/13, de 09/12, do DOVI/Empreitadas, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo-se a uma questão que já levantou nesta reunião, dizendo, apesar de não saber se a situação está corrigida, que do ponto de vista dos membros da Coligação Novo Rumo há fissuras nos muros, que são problemas de solidez da infraestrutura, mas não é dito em nada, em fotografias ou coisa nenhuma, se o que está na obra é isto ou outra coisa qualquer.-----
Assim, do ponto de vista que têm, não há neste caso condições de ser recebida a obra. -----
O Sr. Presidente interveio, mencionando que uma questão de solidez é diferente das que se falaram anteriormente, e julga que valerá a pena analisar melhor, vindo o processo na próxima reunião de câmara, na sequência do que o Sr. Vereador Rui

Rei acabou de referir, se de facto a situação existe. Se o Sr. Vereador diz que existe, naturalmente que sim, apesar de que o Sr. Vereador mostrou fotografias sempre para o público, não as mostrou ao próprio, que era a primeira coisa que deveria fazer, mas isso são outras questões, de marketing político. -----
Efetivamente há fissuras e convém analisar, pelo que vai retirar o ponto para melhor análise. -----

Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, para ler, independentemente da decisão que o Sr. Presidente tomou, de retirar o ponto, com base em fotografias que não são as dos serviços, o ponto 2.1. da informação elaborada pelos serviços, que diz: “atendendo à factualidade acima descrita, verifica-se a conformidade da mesma com o regime legal da receção definitiva, em que já decorreu o prazo de 5 anos relativamente a todos os trabalhos da obra, já foi realizada a vistoria nos termos do artigo 227º do regulamento, não existiam à data da vistoria quaisquer deficiências, deteriorações e indícios de ruína ou falta de solidez”. -----
O Sr. Presidente interveio, referindo que já retirou o ponto, já reconheceu que de facto alguma coisa tem de ser reavaliada, e não vale a pena estar a continuar a discussão. -----

7. Deliberação: Retirado da ordem do dia.-----



1. Assunto: REQUALIFICAÇÃO URBANA DA FRENTE RIBEIRINHA DA ZONA SUL DO CONCELHO – NÚCLEO MUSEOLÓGICO “A PÓVOA E O RIO” – PÓVOA DE SANTA IRIA –
CONTA FINAL -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1317/13, de 13/12, do DOVI/Empreitadas, para aprovação da conta final referente à empreitada da requalificação urbana da frente ribeirinha da zona sul do concelho – Núcleo museológico “A Póvoa e o Rio”, na Póvoa de Santa Iria, adjudicada à AECL, Arquitectura, Construção e Empreendimentos Imobiliários, SA. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1317/13, de 13/12, do DOVI/Empreitadas, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

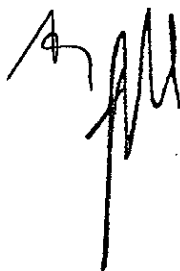
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----

Fl. Livro _____

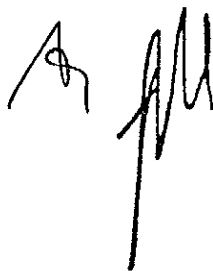
Fl. Ata **104**

Reunião de 2013/12/27

CAPÍTULO: APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS



1. Assunto: RELAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELA SRª VEREADORA MARINA TIAGO NO USO DA DELEGAÇÃO E SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO SR. PRESIDENTE -----
-----
2. Resumo: Presente para conhecimento a relação dos atos praticados pela Srª Vereadora Marina Tiago, no período compreendido entre 2013/12/02 e 2013/12/16, referentes à emissão de horários de funcionamento e à emissão de licenças de utilização específica de restauração e/ou bebidas. -----
-----
3. Informações/pareceres:-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU gostariam de perguntar se a situação de ilegalização dos quiosques da empresa Bem Haja é uma constante ainda no concelho, e se a situação reportada pelos vereadores da CDU se mantém na mesma, ou seja, a abertura e funcionamento dos quiosques dessa empresa junto ao terminal ferroviário de Alverca e na entrada para a quinta municipal da Piedade, na Póvoa de Santa Iria. -----
Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que esta é uma matéria que se tem vindo a falar e avaliar, e a decisão é que o quiosque tem de sair. Não consegue dizer já quando irá sair, na medida em que, e fala do quiosque da estação de Alverca, entrou um processo para ser realocado para outro espaço próximo, que o próprio indeferiu. -----
Portanto, o quiosque tem que sair o mais depressa possível, e pede à Arqtª Teresa Laranjeira e à Srª Vereadora Marina Tiago que tomem bem conta, para este processo se resolver, tanto este como o da Póvoa, e o que estiver em desconformidade tem de ser posto em conformidade, nem que para isso se tenha que demolir o que está lá a mais. -----
Tomou de novo a palavra ao Sr. Vereador Nuno Libório, colocando mais uma



questão, perguntando se a câmara municipal tem ou não competência própria para declarar administrativamente o encerramento destes estabelecimentos.-----

A CDU não está a fazer a apologia da destruição de postos de trabalho, o que lhe parece é que é absolutamente difícil de tolerar que a câmara municipal, mesmo conhecendo que estes dois equipamentos funcionam sem qualquer autorização administrativa da mesma, ignore esse facto, e deixe tudo como está. É um mau exemplo que se está a dar para todos aqueles que são proprietários ou detentores de licenças de utilização comercial. Está-se a dar o exemplo que vale a pena prevaricar no concelho de Vila Franca de Xira, e não entendem os membros da CDU por que é que, depois de tantas vezes colocarem a situação, a câmara municipal ignora o facto de usar das suas competências próprias.-----

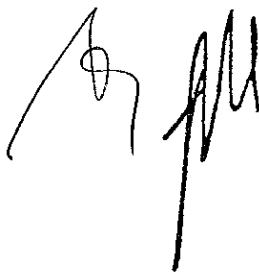
A dada altura foi dito que se solicitaria a intervenção da autoridade competente, que era a ASAE – Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, e que se tomariam todas as diligências que estão na alçada de competência do Sr. Presidente para decretar o encerramento destes estabelecimentos. Contudo, isso não se fez, e gostariam de perceber o porquê. Há algum impedimento? Há alguma coisa de que tenham de ter conhecimento e não conhecem?-----

Interveio o Sr. Presidente, esclarecendo que há pouco o Sr. Vereador Nuno Libório referiu numa questão que nos tempos que correm tem que se ter alguma cautela, exatamente pelas questões dos postos de trabalho, e está-se a tentar verificar se há alguma solução que se possa compatibilizar, mas não crê que haja.-----

A solução, provavelmente, vai ser mesmo o ter que se avançar com o encerramento, e por isso solicita à Srª Vereadora Marina Tiago que tome as diligências, e que dê as instruções necessárias aos serviços para que isso aconteça o mais depressa possível, e depois ver-se-á o que dali advém.-----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----

CAPÍTULO: GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA



1. Assunto: RELAÇÃO DOS DESPACHOS DO SR. PRESIDENTE NA ÁREA DE PESSOAL ----
-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicações internas nºs 676/13, de 02/12, e 708/13, de 16/12, do DGAFJ/DRH, para conhecimento dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal, no período compreendido entre 2013/11/20 e 2013/12/13. -----
-----

3. Informações/pareceres: Anexam-se comunicações internas nºs 676/13, de 02/12, e 708/13, de 16/12, do DGAFJ/DRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----

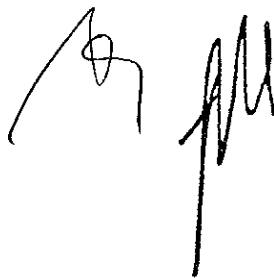
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----

5. Disposições legais aplicáveis: Alínea a), do nº 2, do artigo 35º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----
-----

6. Propostas: -----

-----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



Assunto: LEGISLAÇÃO – SÍNTESE -----

Foi dado conhecimento da publicação feita em Diário da República dos seguintes diplomas de interesse para a administração: -----

Decreto-Lei nº 163/2013, de 6 de dezembro, I série, que estabelece as condições de concessão de empréstimos pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP, ao abrigo de acordos de colaboração no âmbito do PROHABITA - Programa de Financiamento para Acesso à Habitação, quando as verbas a utilizar para o efeito sejam provenientes do Banco Europeu de Investimento;-----

Lei nº 81/2013, de 6 de dezembro, I série, relativo à transição das freguesias no âmbito da reorganização administrativa operada pelas Leis nºs 56/2012, de 8 de novembro, e 11-A/2013, de 28 de janeiro; -----

Lei nº 83/2013, de 9 de dezembro, I série, que procede à segunda alteração à Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2013), à alteração do Decreto-Lei nº 215/89, de 1 de julho (Estatuto dos Benefícios Fiscais), e à terceira alteração ao Decreto-Lei nº 193/2005, de 7 de novembro (Regime Especial de Tributação dos Rendimentos de Valores Mobiliários Representativos de Dívida); -
Resolução do Conselho de Ministros nº 87/2013, de 11 de dezembro, I série, que aprova o Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil;-----

Portaria nº 358-A/2013, de 12 de dezembro, I série, que aprova o modelo da participação de rendas previsto no nº 7 do artigo 15º-N do Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de novembro, aditado pela Lei nº 60-A/2011, de 30 de novembro, e alterado pela Lei nº 64/2012, de 20 de dezembro, e o respetivo anexo 1, bem como as correspondentes instruções de preenchimento; -----

Portaria nº 359/2013, de 13 de dezembro, I série, que aprova os modelos de fichas de autoavaliação e avaliação do desempenho na Administração Pública, as listas de competências e revoga a Portaria nº 1633/2007, de 31 de dezembro;-----

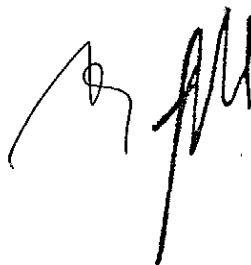
Mapa Oficial nº 1-A/2013, de 13 de dezembro, I série, relativo ao mapa oficial dos resultados das eleições gerais para os órgãos das autarquias locais de 29 de setembro de 2013. -----

Tomado conhecimento.-----



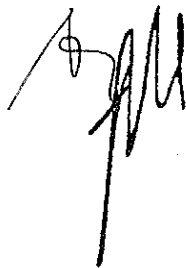
1. Assunto: PAGAMENTOS AUTORIZADOS-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental, para conhecimento dos pagamentos autorizados pelo Sr. Presidente e pelo Sr. Vereador António Félix, no período compreendido entre 2013/12/06 e 2013/12/19, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----
-----
3. Informações/pareceres:-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: -----

-----
7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



1. Assunto: BALANCETES -----
-----
2. Resumo: Apresentados os balancetes os quais acusam o seguinte saldo em dinheiro: -----
Câmara Municipal:-----
Dotações Orçamentais-----19 899 839,70€
Dotações não Orçamentais----- 2 475 630,37€
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento:-----
Dotações Orçamentais----- 3 892 741,89€
Dotações não Orçamentais----- 560 710,42€
-----
3. Informações/pareceres:-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano -----Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis:-----
-----
6. Propostas: -----

-----
7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



Assunto: CASA MUSEU MÁRIO COELHO – REVOGAÇÃO DO PROTOCOLO E CONTRATO DE ARRENDAMENTO DE PRÉDIO URBANO SITO NA TRAVESSA DO ALECRIM, Nº 5 – VILA FRANCA DE XIRA-----

Presente o processo instruído com proposta do Sr. Presidente, datada de 2013/12/19, para aprovação da revogação do protocolo celebrado com o Sr. Mário Coelho Luís, relativo à “Casa Museu Mário Coelho”, bem como da celebração de um contrato de arrendamento do prédio urbano sito na rua do Alecrim, nº 5, em Vila Franca de Xira, com o valor mensal de 350,00€, e início em janeiro de 2014, mantendo-se em vigor até à decisão de criação definitiva do Museu da Tauromaquia, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que na última reunião em que a matéria foi presente o que foi sugerido e aceite, que o próprio até propôs, foi que a proposta viesse melhor fundamentada e fizesse jus àquilo que é a Casa Museu Mário Coelho, e um histórico do que a mesma tem representado para a afirmação da tauromaquia em Vila Franca de Xira. -----

Foi o que se procurou fazer com a proposta que hoje está à consideração dos Srs. Vereadores, e espera que efetivamente se tenha conseguido fazer uma proposta que vá ao encontro de algumas questões que foram colocadas. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Aurélio Marques, mencionando que gostaria de fazer uma precisão relativamente a uma afirmação que fez na última reunião em que se discutiu o assunto, quando falou das dotações para o museu da tauromaquia. Falou de memória, porque não tinha os documentos, disse que havia uma dotação de 25 000,00€, que depois, se a memória não lhe falhava, passou para 5 000,00€, e tem de fazer uma retificação, pois foi consultar os orçamentos de 2010 até agora, o último, de 2014, e só houve uma dotação para o museu da tauromaquia, em 2012, de 25 000,00€. Na ótica dos membros da CDU isso é mais grave, pois falou em 5 000,00€ posteriormente, e nem esses 5 000,00€ lá estão. Em 2010, 2011, 2013 e 2014, no orçamento atual, até deste ano, não consta nenhuma dotação para o museu da tauromaquia, o que realmente é estranho para quem defende o museu, e quem tem sempre na boca a palavra “tauromaquia” e o respeito pela festa.-----

A 

Refere-se ao executivo socialista, à anterior presidente, e diz até, também de memória, porque já foi há uns anos, que o Maestro Mário Coelho, em tempos, deu uma ou duas entrevistas à comunicação social, em que dizia que acreditava que a anterior presidente ia cumprir a sua promessa da construção do museu, e até lamentava não estar já em andamento. Tem a certeza da entrevista, e compartilhou pessoalmente, não da sua mágoa, mas desta situação do museu da tauromaquia, que era uma questão proposta por ele.-----

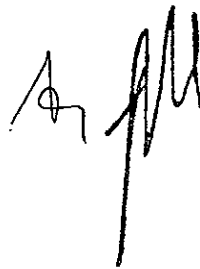
Poderá até dizer que não sabe, e isso só compromete o próprio, se em 2012 as entrevistas foram coincidentes no tempo com esta questão, mas talvez fosse para satisfazer ou sossegar a sua preocupação. -----

Prosseguiu, dizendo que a comunicação social também pegou nestes 5 000,00€, e colocou a questão só para esclarecer, mas retira agora a situação dos 5 000,00€, só tendo havido de facto, e uma vez, 25 000,00€, mas agora não está nada. -----

Como disse o Sr. Presidente, o ponto é presente hoje com a fundamentação, responde a algumas questões que os membros da CDU colocaram na altura, e é evidente que não vão falar delas. Está fundamentado, tem um desenvolvimento que os satisfaz, e é evidente que todos sabem que o espólio do Maestro Mário Coelho, que não vem inventariado, mas certamente está, tem um valor significativo, de 1 234 705,80€. -----

Os membros da CDU já sabiam da situação, do que é a Casa Museu Mário Coelho e o que tem sido, são defensores do museu da tauromaquia, nunca estiveram contra, bem pelo contrário. Estão de acordo, é uma proposta, se não está em erro, do Maestro Mário Coelho, mas entendem que o museu, que é importantíssimo para Vila Franca de Xira, pelas tradições que tem da festa e da tauromaquia, terá de abarcar toda a situação de Vila Franca de Xira. Pensam que a intenção do Maestro não seria que fosse só para ele, mas abarcar todos, pois há mais matadores, há ainda ou existiram matadores e outros componentes da festa que num museu destes devem estar contemplados.-----

Assim, atendendo à posição do Sr. Presidente, e pensa que do executivo, na última reunião, quando se falou nesse ponto, que disse que apesar de não haver dotação para o museu da tauromaquia, os serviços e a câmara municipal, durante 2014, deviam pensar em avançar numa questão tão importante como a deste museu, os



membros da CDU, de modo próprio, mas indo ao encontro daquilo que disse o Sr. Presidente, e consideram importante em 2014 haver passos concretos para o museu, propõem que no prazo de 6 meses, até junho do próximo ano de 2014, o executivo camarário apresente um plano de instalação do museu. -----

O Sr. Presidente também focou na altura que até podiam avançar com uns locais para esse museu, mas pensam que não o devem fazer, porque o Sr. Presidente também disse que durante 2014 ia tentar fazer esforços para ser concretizado. -----

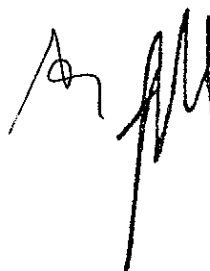
É agora altura, e não é por aparecer em 2012, por coincidência ou não, uma dotação, quando agora não há dotação nenhuma, mas tudo é possível, de se fazerem dotações, sendo que na ordem do dia há um ponto com várias alterações ao orçamento e ao PAM. -----

Deixam pois esta proposta para, no prazo de 6 meses, se avançar para o plano de instalação do museu da tauromaquia. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo estão de acordo que a situação tenha de ser tratada, e desta forma, até porque estão do lado do Sr. Mário Coelho, que há 13 anos está a aguardar, e pelos vistos vai continuar a aguardar, que o museu da tauromaquia seja criado, sendo certo que entendem, como disse o Sr. Vereador Aurélio Marques, que não tem sido uma prioridade desta câmara municipal, que criou uma série de outras coisas, como a biblioteca ou o Museu do Neo-Realismo, e continua sem criar o museu da tauromaquia. -----

O Sr. Mário Coelho não pode de forma alguma ser prejudicado pela situação, e o assunto tem de ser efetivamente tratado, até porque é um ícone da cidade. Como viram, na informação prestada, o museu até tem uma média mensal de cerca de 108 visitantes, pelo que, quando se fala que a cidade está a morrer, tem de se dinamizar, e são estas coisas que dão vida a Vila Franca de Xira. A Casa Museu Mário Coelho tem uma importância acrescida, não só na cidade, como no país e fora dele, como é sabido por todos. -----

Assim sendo, gostariam de transmitir que estão de acordo, ao fim ao cabo, com o tratamento desta questão, e que seja feito o contrato de arrendamento, mas não concordam, ou querem que seja melhor tratada a estrutura de toda a situação, a nível documental. -----



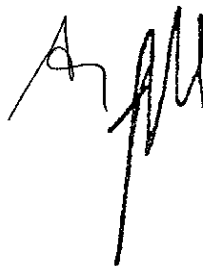
Se o Sr. Presidente reparar, o contrato de arrendamento fundamenta-se num protocolo de 2000 que está a ser revogado, e não lhes parece que o contrato se possa basear num protocolo que vai ser revogado. Portanto, de duas, uma, ou não se revoga o protocolo, e se faz um aditamento ao mesmo, ou se faz um novo protocolo, porque a base de tudo é o protocolo. -----

No arrendamento a câmara municipal está a arrendar o edifício, mas o espólio, que é verdadeiramente o que tem importância no meio de tudo, pois senão a câmara municipal não arrendava aquele edifício, o que pelo menos se presume, tem de ser devidamente inventariado, e toda a situação tem de estar tratada através de um protocolo, não pode ser através dum contrato de arrendamento, e para bem de ambas as partes.-----

Ao imaginar-se que desaparece alguma peça ou há um percalço, incêndio, inundação ou o que seja, tem que se saber que espólio existe, concretamente, tanto a câmara municipal como o Sr. Mário Coelho. Tem de se estar devidamente precavido, tem obviamente de haver um seguro, e por isso entendem que a base de toda a situação é um protocolo. Deverá eventualmente ser feito um novo, o que não está em questão, ou alterar o antigo, se for possível, e depois será o arrendamento, como está explícito na comunicação que lhes foi entregue, mas entendem não ser suficiente para garantir ambas as partes, sobre a questão do espólio.-----

Quanto ao que tinham colocado na reunião em que o ponto foi trazido, e que também não têm a certeza, o facto de a câmara municipal estar a arrendar este edifício, que passa a ser público ou de utilização pública, gostariam de saber se carece de algumas alterações a nível de instalações que a legislação dos museus possa exigir. Não sabem, não se debruçaram sobre o assunto, porque a câmara municipal tem técnicos competentes para o efeito, mas gostariam que fosse visto, independentemente de todo este assunto, porque será eventualmente uma situação posterior, e se houver alguma alteração a ser feita carece de autorização do Sr. Mário Coelho. Ao imaginar-se que é necessário fazer mais alguma instalação sanitária, ele tem de dar autorização, e isso tudo tem que ser precavido antes de se firmar o contrato de arrendamento.-----

Prosseguiu, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo concordam que a



situação seja assim tratada, e que de facto já carece de um tratamento há muito tempo, pois são 13 anos que passaram, e o Sr. Mário Coelho continuou pacificamente a aguardar que a câmara municipal criasse um museu, e não pode continuar assim. Por outro lado, acham que formalmente tem de ter outro tratamento a nível documental, e é só essa a questão que têm. -----

O Sr. Presidente interveio, mencionando, quanto às questões colocadas pela Srª Vereadora, que se pode posteriormente vir a celebrar um novo protocolo, porque o atual tem de ser revogado, já que há outra figura que convirá resolver, que é o contrato de arrendamento, e há matérias que foram colocadas que são importantes para se analisarem. -----

No entanto, houve a preocupação de fazer uma proposta que tivesse a informação da importância da casa museu, sobretudo daquilo que o Maestro Mário Coelho tem feito pela festa brava em muitos locais do mundo. Apesar de muitas figuras que existem, há uma questão que é verdade, a primeira pessoa que tomou a iniciativa de abrir esta casa museu foi o Maestro Mário Coelho, pelo que se pode falar de questões de pormenor, que sem dúvida são importantes, mas o que é importante realçar é que passados estes anos todos o Maestro tem de ser ressarcido de uma expectativa criada ao longo dos anos, que ainda não está resolvida. -----

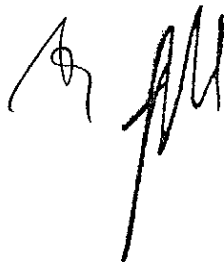
Assim, convirá firmar este contrato de arrendamento, sem pôr em causa as questões que a Srª Vereadora colocou, sendo que há, como é referido, um seguro para o espólio tão valioso que lá está. -----

Quanto ao museu da tauromaquia, o executivo PS nunca se esqueceu dele, e por isso internamente está a avaliar uma solução que possa ter dignidade e servir para finalmente se ter o museu. -----

Acolhe também a proposta que o Sr. Vereador Aurélio Marques trouxe, e por isso no tempo referido haverá condições de trazer uma proposta. -----

Interveio novamente o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo dar relevância às questões técnico-jurídicas que a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus trouxe, que é especialista nessa área, e que deveriam realmente ser salvaguardadas. -----

Depois, os membros da CDU, assumindo o Sr. Presidente e o seu executivo a proposta que fizeram, de um plano de instalação do museu, num prazo de 6 meses, que até pode ser antes, dão o voto favorável. Se não fosse acolhida a



proposta ir-se-iam abster, para não inviabilizarem o funcionamento da Casa Museu Mário Coelho, no caso de haver maioritariamente votos contra. Votam a favor, o que engloba já as duas coisas, mas o museu da tauromaquia é uma questão de fundo para todos os vila-franquenses, ficando o próprio satisfeito do Sr. Presidente e do seu executivo terem assumido como boa a proposta da CDU, de um plano de instalação do mesmo. -----

A Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus tomou a palavra, dizendo que a questão fulcral, neste momento, em que se tem esta situação para aprovar, tem a ver com a cláusula 3ª do contrato de arrendamento, que remete para o protocolo de 23 de outubro de 2000. Assim, se se está a revogar um protocolo, deixa de existir. Ao se imaginar que se revoga hoje o protocolo, a partir de hoje já não existe, pelo que questiona, em linguagem prática, como se pode remeter um contrato de arrendamento, que entra em vigor hoje, para um protocolo que não existe.-----

Esta é a preocupação dos membros da Coligação Novo Rumo, e entendem que eventualmente, se o Sr. Presidente concordar, não se devia revogar o protocolo, revogando-se só a parte incompatível com o contrato de arrendamento, nomeadamente o pagamento da renda, pois não se podem pagar as duas participações, como é óbvio. Depois, eventualmente mais tarde, ou se altera o protocolo ou se faz um novo, e então revoga-se este, e o mais tarde quer dizer daqui a 15 dias. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que compreende a cautela da Srª Vereadora, que tem razão de ser, e o que se poderia chamar à figura do protocolo é só no que diz respeito ao espólio, nada mais. A redação pode ser outra, mas aquilo que se quer dizer é referente ao espólio, nada mais que isso.-----

O Sr. Vice-Presidente tomou a palavra, mencionando que retira desta discussão o fundamental, ou seja, sob o ponto de vista do assunto que vem a reunião de câmara estão todos de acordo com esta versão, que aliás é da vontade de ambas as partes, município e Maestro Mário Coelho, e no que respeita apenas à questão do arrendamento da casa.-----

Quanto ao espólio, que é o que interessa às pessoas e a Vila Franca de Xira, faz parte do relacionamento que tem sido, não só pacífico, como frutuoso, entre os serviços da cultura e o seu dono e legítimo proprietário. O município assegura



aquela casa museu como um núcleo com total dignidade, equivalente a qualquer outro núcleo museológico do concelho, e por isso também tem despertado tanto interesse por parte das pessoas e visitantes, e assegura também o seguro do espólio, para além da vigilância da exposição, conforme tem feito e continuará a fazer fora deste âmbito específico do contrato de arrendamento. -----

São duas coisas distintas, que sob esse ponto de vista mais técnico e cultural continuam a decorrer no pelouro da cultura, como até agora, e vai-se sempre afinando com o proprietário a forma como se passa, sendo que aliás o seguro do espólio também não é posto em causa por esta questão do arrendamento. -----

O que vem hoje a reunião é tão só o vínculo jurídico relativamente à utilização do espaço, que no caso passará a contrato de arrendamento, e é o aspeto que realça.-

Depois, relativamente à outra problemática que não tem nada a ver com este ponto, mas com o museu da tauromaquia, os serviços da cultura têm vindo a fazer uma reflexão em torno da matéria, sobretudo com uma preocupação, que acha que todos têm de ter, mas sob o ponto de vista cultural não pode o município deixar de ter também, a questão da tauromaquia enquanto arte, e enquanto arte universal. -----

Qualquer abordagem dos museus municipais tem de ter esta visão, para além do regional e do municipal, tanto que uma das grandes conquistas que tiveram os matadores de Vila Franca foi ultrapassar completamente a questão regional, até da própria tauromaquia, e ter uma vida artística universal, que toda a gente reconhece. Pode-se gostar ou não de tauromaquia, mas a arte da tauromaquia, em todas as suas dimensões, é absolutamente fundamental. -----

Essa é uma preocupação que estará presente na proposta de museu da tauromaquia, que a seu tempo se trará à câmara, e na qual se está a trabalhar, que é o mesmo princípio universalista da arte que o município tem em todos os seus espólios museológicos, nomeadamente no Museu do Neo-Realismo, que não se esgota nos escritores e artistas plásticos neorrealistas, de per si, mas há ali um polo de estudo com uma dignidade internacional, que permite a qualquer estudioso ou interessado da matéria lá ir "beber" ensinamento, arte e cultura. -----

É uma problemática muito importante, e é um ponto de honra que o município também assume nessa matéria. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Atá **119**

Reunião de 2013/12/27

Procº _____

Deliberação nº _____

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que a sugestão dos membros da Coligação Novo Rumo será, relativamente ao protocolo de 23 de outubro de 2000, que se revoguem as cláusulas 3ª, 4ª e 5ª, porque são incompatíveis com o contrato de arrendamento que se está agora a aprovar, mantendo-se a 1ª e a 2ª, que dizem diretamente respeito ao espólio. Posteriormente deveria ficar o compromisso do Sr. Presidente, que os serviços farão o tal inventário, e ou se altera o protocolo, ou faz-se um novo.-----

Não têm nada contra o contrato de arrendamento, nestes termos, se assim for feito. -----

O Sr. Presidente interveio, perguntando se todos estão de acordo, o que foi respondido afirmativamente, e colocando o ponto à votação, com as recomendações feitas pela CDU e pela Coligação Novo Rumo. -----

Concluiu a sua intervenção dizendo que o ponto foi aprovado por unanimidade, e que hoje se deu um passo importante para avançar com o museu da tauromaquia. Há duas coisas essenciais, por um lado, fazer justiça ao Maestro Mário Coelho, que foi a pessoa que neste contexto avançou, enquanto outros são igualmente figuras, mas não avançaram, e sobretudo permite-se, a partir desta discussão, evoluir naquilo que já há muitos anos se fala e ainda não se concretizou, o museu da tauromaquia.-----

Sem se antecipar ao estudo interno que está a ser feito, pensa que provavelmente haverá condições internas para apresentar uma proposta de um museu de tauromaquia com a dignidade que a festa brava merece, e todos o têm de fazer, num momento em que é tão atacada, tendo que se evidenciar o facto de Vila Franca de Xira estar intimamente ligada às questões da tauromaquia e da festa brava.-----

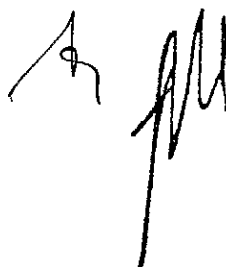
Assim, de uma vez por todas têm de se dar passos firmes nesse sentido, nessa mesma afirmação.-----

Terminou, dizendo que pensa ter sido uma boa discussão, e que todos ficaram a ganhar.-----

Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente, com as alterações propostas pela Coligação Novo Rumo, tendo-se ainda deliberado considerar as recomendações apresentadas pela CDU e pela Coligação Novo Rumo.

Handwritten signature

1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR AVENÇA – ARTUR MIGUEL RIBEIRO DA SILVA PEIXE -
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 818/13, de 22/11, do DGAFJ/DRH, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável e prorrogação do contrato de prestação de serviços por avença, por mais um ano, de Artur Miguel Ribeiro da Silva Peixe, de consultoria no acompanhamento, revisão e monitorização de projetos, no âmbito do Polis XXI. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 818/13, de 22/11, do DGAFJ/DRH, informação nº 461/13, de 18/11, da EMRU, e comunicação interna nº 622/13, de 11/11, do DGAFJ/DRH, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis:-----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, sugerindo que este ponto e o ponto 24 da ordem do dia possam ser discutidos em conjunto, uma vez que são similares, apesar de terem votação em separado.-----
Os membros da CDU têm a dizer que finalmente receberam a resposta ao requerimento sobre os contratos de avença em vigor no município de Vila Franca de Xira, e tomaram boa nota daquilo que lá vem, da lista de avaliação do trabalho produzido por cada um dos avençados e, fazendo fé do que está escrito, como é lógico, e da leitura que fizeram, têm duas posições díspares na apreciação que fazem. -----
Começando pelo último, o ponto 24, não questionam a necessidade desta avença, reconhecem e sabem qual é o trabalho que o Dr. Manuel Rodrigues produz no município de Vila Franca de Xira, e podem adiantar já que o ponto 24 contará com



o voto a favor da bancada da CDU. -----

No que diz respeito a este ponto, o ponto 23, têm algumas dúvidas, porque face às funções que são executadas e descritas na resposta ao requerimento da CDU, estranham sinceramente que não haja no seio dos trabalhadores do município quem tenha capacidades e habilitações necessárias para executar estas funções.-- Têm a certeza absoluta de que há, no seio dos funcionários desta autarquia, trabalhadores com capacidade para desempenhar as funções descritas no memorando. Por outro lado, também é conhecida a posição da bancada da CDU quanto à criação da equipa multidisciplinar e a sua exequibilidade. -----

Depois, e para terminar, quanto às verbas que também estão envolvidas para o trabalho que é descrito, de consultor, para o qual creem e têm a certeza que existem funcionários no quadro da câmara municipal com capacidade para desempenhar estas funções, os valores que estão em causa são só a segunda maior verba em 14 avençados do município.-----

Assim, têm dúvidas, e por terem dúvidas relativamente a esta avença e saberem que há trabalhadores que podiam executá-la, não sendo necessário recorrer ao exterior para o desempenho destas funções, o ponto 23 merecerá o voto contra da CDU.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que sobre o ponto 24 não têm os membros da Coligação Novo Rumo nada a opinar, é a renovação do contrato com o advogado que representa a câmara municipal, e é portanto uma opção da mesma e de quem a gere. -----

Em relação a este ponto, o 23, entronca-se com aquilo que disse há pouco face ao DGUPRU – Departamento de Gestão Urbanística, Planeamento e Requalificação Urbana, ao DOVI - Departamento de Obras, Viaturas e Infraestruturas, e à EMRU – Equipa Multidisciplinar da Reabilitação Urbana. Face à situação existente atualmente, de decréscimo de trabalho de novos loteamentos, e desconhecem a verdadeira dimensão, neste momento, do DGUPRU, que deverá rondar 60 a 70 pessoas, é preciso ver os objetivos e o que estão a fazer neste momento. -----

Entroncando uma outra unidade, que é a parte ligada às AUGI, e olhando para este processo todo, pensa que é o momento de a câmara municipal efetivamente olhar para os seus serviços e perceber o que quer deles. Não querem colocar em causa



a contratação do técnico em questão, acreditam, até depois dos discursos que ouviu há pouco, de que é a legislação que não permite a contratação, mas a legislação tem poucos meses, já antes existiam contratos a prazo, os chamados contratos precários, e a autarquia nunca contratou porque não quis, não é a legislação agora que impede.-----

A legislação impede algumas coisas agora, não impede tudo, e a verdade é que no passado eles existiram e continuaram a existir, como no tempo do Partido Comunista também existiam. Portanto, a verdade é que a legislação muitas vezes serve para justificação de muita coisa que é opção, mas que às vezes se tem vergonha de dizer que é opção.-----

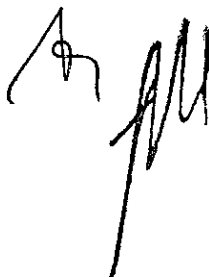
Depois da discussão que também ouviu na assembleia municipal, pensa que a câmara municipal deveria efetivamente avaliar a reestruturação dos seus serviços e as novas funções que tem de lhes dar, porque do ponto de vista que têm o DGUPRU, as AUGI, o EMRU e o DOVI, a determinada altura têm serviços que estão sobrepostos.-----

Consideram que uma parte do EMRU pode perfeitamente estar integrado no DGUPRU, e a outra parte é de obras, porque é lá que está a competência das outras. -----

Na parte das AUGI é a mesma coisa, pelo que há questões que em determinada altura poderiam fazer mais sentido, mas hoje entendem que fazem pouco sentido. Há situações que são só a duplicação de recursos sem eventualmente se ter um objetivo, um "output" verdadeiramente claro ou uma melhoria dos serviços a seguir. -----

Esta situação entronca-se em algo que já foi dito, não colocam em causa a necessidade da contratação deste técnico, pois se é um bom quadro deve ser preservado, mas têm dúvidas, com a quantidade de técnicos que se têm na câmara municipal, se não podiam fazer esta função, e acha que poderiam. -----

É preciso, verdadeiramente, não fazer de conta que nada acontece e andar-se em frente, têm que se tomar opções, e aqui a câmara municipal, liderada pelo Partido Socialista, tem que rapidamente tomar esta opção e fazer esta avaliação. O que é que se tem redundante, que se pode reaproveitar e alocar noutras áreas da câmara municipal? -----



Efetivamente, se esta pessoa é absolutamente necessária, deveria ser aberto um concurso para integrá-la nos quadros, porque é pena que se perca um técnico com este valor que as pessoas que trabalham com ele dizem que tem. Se o dizem é porque tem com certeza, e se fez até hoje o trabalho e as pessoas estão satisfeitas, ainda bem, e se propõem a sua renovação é porque as premissas anteriores são válidas. -----

Depois, compete ao poder político ajustar a estrutura da câmara municipal, para que todos se sintam mais satisfeitos e aproveitados, e o resultado final ser melhor para todos. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que está genericamente de acordo com as preocupações apresentadas, tanto por uma bancada, como por outra, não tendo a câmara municipal, como aliás se comprova, um número elevado de avenças externas, exatamente porque tem vindo a considerar que o trabalho regular e habitual deve ser feito por parte de funcionários. -----

Contudo, há de facto uma limitação legal que tem vindo a ser apertada na decorrência das condições do país, que tem vindo a impedir a contratação de novos funcionários sem que haja a saída de um outro determinado número deles, e as autarquias, como se sabe, estão mesmo obrigadas a reduzir o número dos seus funcionários.-----

Nesse quadro a câmara municipal tem vindo a cumprir a lei, como não podia deixar de fazer, e tem vindo a fazer exatamente o mesmo que têm vindo a fazer todas as câmaras municipais deste país, independentemente das forças políticas que a elas presidem, como também não pode deixar de ser. Assim, o executivo está de acordo que estas situações de avença não são a regra, devem ser a exceção, e essa exceção deve existir quando se justifica, como é o caso, já que este tipo de profissões é marcadamente liberal, cuja relação com a administração pública não é, por regra, de hierarquia ou de subordinação.-----

Por isso, num dos casos, aparentemente, não há nenhuma questão, tem a ver com o advogado, e no outro estão a ser levantadas algumas preocupações, e referir-se-á especificamente à colocada pelo Sr. Vereador Rui Rei, uma vez que é também uma preocupação de gestão que preocupa o executivo, e é uma avaliação que também se precisa todos os dias de fazer.-----



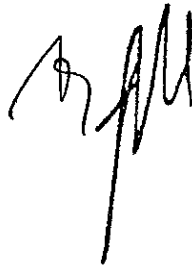
Reunião de 2013/12/27

Deliberação nº

soluções e aproveitar os anos de larga experiência que muito dos trabalhadores do município adquiriram, em muitas obras feitas no concelho, e foram muitas. Essa experiência deveria ser realçada, louvada e ajudar ao empenhamento desses excelentes quadros que se têm no município e pô-los ao serviço das obras e daquilo que melhor podem fazer e sabem, ao serviço de todos.-----

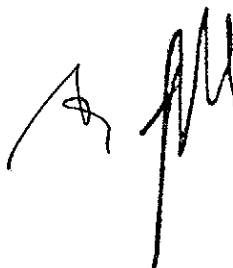
De seguida o Sr. Presidente passou à votação dos pontos, questionando o sentido de voto, concluindo que o ponto 23 foi aprovado, com os votos contra dos membros da CDU, tendo o ponto 24 sido aprovado por unanimidade. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

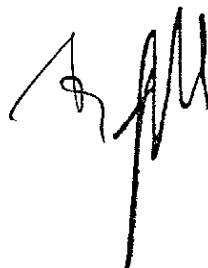


1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR AVENÇA – MANUEL RODRIGUES DE ALMEIDA-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 803/13, de 19/11, do DGAFJ/DRH, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável e prorrogação do contrato de prestação de serviços por avença, por mais um ano, de Manuel Santos Rodrigues de Almeida, com funções de assessoria jurídica à presidência da câmara municipal e ao Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 803/13, de 19/11, do DGAFJ/DRH e comunicação interna nº 626/13, de 12/11, do DGAFJ/DRH, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis:-----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Este assunto foi discutido em conjunto com o ponto 23 da ordem do dia.

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: SIADAP1 – AVALIAÇÃO DAS UNIDADES ORGÂNICAS – QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO – QUAR 2014 -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 830/13, de 29/11, do DGAFJ/DRH, para aprovação dos objetivos estratégicos do município, constantes das Grandes Opções do Plano 2014/2017 e Orçamento Municipal para 2014, para serem utilizados na definição dos objetivos das unidades orgânicas para efeitos de aplicação do SIADAP em 2014.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 830/13, de 29/11, do DGAFJ/DRH, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis:-----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio a Srª Vereadora Margarida Cavaleiro, referindo, uma vez que a implementação deste sistema se articula com o PPI, o orçamento e o mapa de pessoal, matérias em que a CDU votou contra, que os membros da CDU se irão abster neste ponto, porque a implementação decorre da lei.-----
Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo então que com a abstenção da CDU o ponto é aprovado. -----
-----
7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: REQUALIFICAÇÃO DO MERCADO DE LEVANTE DA PÓVOA DE SANTA IRIA E ESTRUTURAÇÃO URBANÍSTICA DA ENVOLVENTE – SUBSTITUIÇÃO DE RETENÇÃO POR GARANTIA BANCÁRIA -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 350/13, de 06/12, do DGAFJ/DPFCO, para aprovação da restituição do valor total, no montante de 11 653,85€, bem como da não retenção em futuros pagamentos, por conta de garantia bancária, referentes à empreitada de requalificação do mercado de levante da Póvoa de Santa Iria e estruturação urbanística da envolvente.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 350/13, de 06/12, do DGAFJ/DPFCO, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU continuam a votar contra, por uma razão muito simples, não estiveram e continuam a não estar de acordo com o aumento da área de construção para esta área, como muito bem expressaram no devido tempo. Portanto, é uma questão de coerência e sequência do voto. -----
Tomou a palavra a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo têm uma dúvida, ou seja, na documentação fornecida falta a primeira garantia bancária para que se possa, efetivamente, comprovar o que vem plasmado na comunicação interna, apenas vindo a segunda garantia bancária, de 5%.-----
Desta forma, não sabe se o Sr. Presidente pode esclarecer ou fornecer esse documento.-----



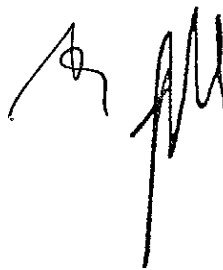
A. M.

Reunião de 2013/12/27

Deliberação nº _____

Foi respondido à Srª Vereadora que será remetida ao gabinete dos Srs. Vereadores a primeira garantia.-----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----



1. Assunto: ECOPARQUE DA PÓVOA DE SANTA IRIA – HORTAS URBANAS – SUBSTITUIÇÃO DE RETENÇÃO POR GARANTIA BANCÁRIA-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 352/13, de 06/12, do DGAFJ/DPFCO, para aprovação da restituição do valor total, no montante de 11 115,09€, bem como da não retenção em futuros pagamentos, por conta de garantia bancária, referentes à empreitada do ecoparque da Póvoa – Hortas Urbanas, na Póvoa de Santa Iria. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 352/13, de 06/12, do DGAFJ/DPFCO, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio a Srª Vereadora Margarida Cavaleiro, dizendo que os membros da CDU aproveitam para referir um aspeto relativamente às hortas urbanas, nomeadamente em relação a uma proposta apresentada pela CDU em 2011, que terá sido aprovada por unanimidade, e que dizia respeito à implementação de hortas sociais, urbanas e pedagógicas. -----
Era um documento bastante claro, objetivo, estavam lá apresentadas as medidas que se pretendiam implementar, mas para o ano, em janeiro ou fevereiro estarão volvidos 3 anos desta aprovação, e não verificaram a sua implementação. Não podem pois deixar de manifestar a sua desilusão, ainda mais nesta situação, em que o contexto social e económico está cada vez mais pertinente para a implementação desta proposta. -----
Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, referindo que este projeto das hortas urbanas tem vindo a ganhar corpo e a ser desenvolvido pela câmara municipal,



que aliás, sob o ponto de vista do país, tem sido apontada como uma das câmaras municipais com um projeto estruturado nesta matéria. -----

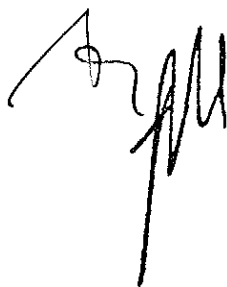
Hoje dar-se-á um passo importante no alargamento desse trabalho, com a conclusão, que se prevê durante o mês de janeiro, do novo corredor verde na Póvoa de Santa Iria, em que se irão criar mais de 100 hortas urbanas naquela cidade, numa perspetiva muito interessante, a sua inclusão num espaço público perfeitamente aberto a toda a população, com vantagens interessantes, não só sobre a valorização ambiental do território, mas também sob o ponto de vista pedagógico dessa intervenção. -----

Portanto, continuar-se-á, como até aqui, a multiplicar o número de hortas urbanas disponíveis para a população, e também este projeto pedagógico da autarquia, sendo hoje mais um passo importante. Para o ano que vem seguramente se continuará a alargar, no que aliás é um compromisso, uma vontade e uma realidade que se tem vindo a concretizar na câmara municipal. -----

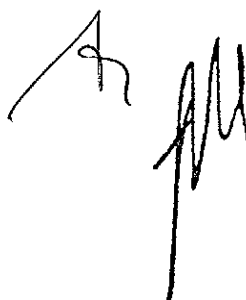
Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que a questão que os membros da Coligação Novo Rumo colocam é igual à do ponto 26, falta a documentação da primeira garantia bancária, tendo apenas da segunda garantia bancária, pelo que agradecem que depois a mesma se possa fazer chegar aos membros da Coligação Novo Rumo.-----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que se fará chegar o documento. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----



1. Assunto: 9ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E 7ª ALTERAÇÃO AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS PARA 2013 -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 94/13, de 19/12, do DGAFJ/DPFCI, para aprovação da 9ª alteração ao orçamento e plano plurianual de investimentos e 7ª alteração ao plano de atividades municipais para 2013.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 94/13, de 19/12, do DGAFJ/DPFCI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo, quanto a esta alteração ao orçamento, ao PPI e ao PAM, no valor de 471 416,00€, que nas comunicações internas anteriores era habitual virem mais desenvolvidas as situações de alteração, vindo só duas focadas, os encargos de saúde e a Simtejo. -----
Assim, terá que perguntar quanto às situações da saúde, com 100 000,00€, da Simtejo, com 90 000,00€, e depois quanto à aquisição de serviços, outros trabalhos especializados, no valor de 90 000,00€, bem como nos diversos, restituições, no valor de 150 000,00€, e equipamentos de informática, com o valor de 92 127,00€. -
Gostaria, se possível, que lhe descrevessem estas verbas, em especial a dos equipamentos de informática.-----
Tomou a palavra a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que a única dúvida dos membros da Coligação Novo Rumo tem a ver com um valor para o qual não têm uma explicação, pelo menos aparente, uma inscrição de 150 000,00€ na



rubrica 03/110201, despesas de capital/outras/restituições. Este valor estava com uma dotação de apenas 5 000,00€, passou para 150 000,00€, e gostariam de saber qual a causa desta subida de valor. -----

Tomou a palavra a Drª Nélida Soares, dizendo, quanto aos outros serviços especializados, que respeitam aos 90 000,00€ da Simtejo, sendo esta a classificação económica. A questão tem a ver com uma pretensão do município, de passar com dívida 0 e antecipar todos os pagamentos que se vençam para o ano que vem, e é um reforço da rubrica, para se conseguir pagar a faturação do mês de dezembro. -----

Em relação aos encargos com a saúde, o valor tem a ver com listagens que a câmara municipal já tem para pagamento, de cerca de 60 000,00€, existindo ainda uma expectativa de receber a listagem do mês de novembro até segunda-feira. Trata-se de acautelar para se conseguir pagar ainda a listagem do mês de novembro. Neste momento o valor das despesas de saúde é até 60 000,00€, conta-se mais até segunda-feira, porque é automático, é uma plataforma de consulta, e a partir do momento em que se coloque a informação está a autarquia em condições de fazer o pagamento dessas despesas ao Sistema Nacional de Saúde. -----

Quanto ao equipamento informático, como se refere no último parágrafo da informação, procedeu-se à regularização de classificação, o que tem a ver com um princípio que vem no POCAL, que diz que, tanto quanto possível, devem especificar-se as despesas no orçamento. Como este município tem uma dimensão considerável, há algumas despesas que vão surgindo para as quais o orçamento não tem resposta em termos de classificação, apesar de em termos de dotação se terem, por vezes, que assumir, e depois, em sede de alteração, fazer a correção dessas mesmas despesas. -----

O caso desse equipamento informático tem a ver com infraestruturas sem fios para o jardim municipal de Vila Franca de Xira, no âmbito do orçamento participativo. É uma despesa que já foi feita, mas foi para uma rubrica económica de obras, e era preciso corrigir esta imprecisão. Apesar de estar bem em termos de projeto, não estava bem classificado. -----

Em relação aos 150 000,00€, tem a ver com a expectativa de se conseguir resolver

Handwritten signature

a questão de uma restituição que a câmara municipal tem de fazer à ARS – Administração Regional de Saúde, porque, no âmbito da construção do Centro de Saúde de Alhandra, pagou à autarquia mais verba, porque fez um adiantamento, daquilo que foi o custo da obra. Há uma situação que ainda não se conseguiu resolver, fez-se este reforço, e esse reembolso também terá que vir a reunião câmara. É uma situação que não se vai conseguir resolver este ano, e por isso foi necessário fazer este reforço. -----

Interveio o Sr. Presidente, perguntando, quanto a esta proposta de alteração orçamental, que contempla alguns ajustes, rubricas que a Drª Nélida Soares explicou, se os Srs. Vereadores estão esclarecidos e em condições de votar. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que os membros da CDU estão esclarecidos, o que gostariam é que na informação dos serviços as coisas viessem mais desenvolvidas, como era habitualmente. -----

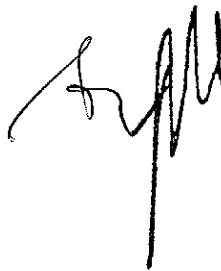
Quanto à posição da CDU, é de abstenção. -----

Prosseguiu o Sr. Presidente, perguntando o sentido de voto, concluindo que a CDU se abstém e que o ponto foi aprovado, com essa abstenção. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----

[Handwritten signature]

1. Assunto: LISTAGEM DOS CONTRATOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 363/13, de 17/12, do DGAFJ/DFPCI, para conhecimento da listagem dos contratos ao abrigo da autorização genérica para dispensa de parecer prévio vinculativo na celebração ou renovação de contratos de prestação de serviços, referente ao mês de novembro.--
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 363/13, de 17/12, do DGAFJ/DFPCI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para conhecimento.-----
Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, dizendo que sendo este ponto para conhecimento os membros da CDU gostavam apenas de obter alguns esclarecimentos sobre alguns itens, principalmente porque há uns que estranham, e gostavam que fosse explicado por que razão não decorrem e não decorreram das próprias empreitadas em si, passando de seguida a enunciá-los.-----
O primeiro é a aplicação de postes de madeira para instalação de rede de sinalização no parque urbano da Póvoa, a colocação de pilaretes na praia dos pescadores.-----
O segundo é o transporte de inertes no parque de estacionamento da Póvoa de Santa Iria, vedação do módulo fotovoltaico e alimentação elétrica na praia dos pescadores.-----
O terceiro é relativo ao Polis XXI Ecobairro, Póvoa central uma ecocomunidade, projeto de requalificação do mercado de levante da Póvoa de Santa Iria e estruturação urbanística da envolvente.-----



Por último, a adaptação do edifício do mercado da Póvoa de Santa Iria para espaço cultural, Green Building, projeto de instalações elétricas na Póvoa de Santa Iria. ----- Aquilo que não compreendem é por que razão é que são feitas estas autorizações genéricas de dispensa, por que é que são aprovadas estas aquisições de serviços, quando, se calhar, deveria decorrer das próprias obras em si e não serem complementos à obra. -----

Por último, um outro item, e não querendo de maneira nenhuma interferir naquilo que é a vida publicitária e a vida dos jornais, concretamente uma verba para a publicação de um anúncio de meia página alusiva ao 6º aniversário do Museu do Neo-Realismo, 6º aniversário e museu em si. Sinceramente, considera que deve ser realçado, ressaltado e valorizado, mas 2 000,00€ para a publicação de um anúncio de meia página num jornal parece-lhes completamente, no mínimo, desproporcional. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, começando pela última questão, respondendo que são os valores praticados na comunicação social. Não consegue dizer se é desproporcionado ou não, são os valores. Entende que quanto mais barato melhor, mas o mercado da publicidade é o que é, e não vai agora conseguir dizer se é desproporcionado ou não. -----

O executivo entende que o Museu do Neo-Realismo é, de facto, um marco importante na cultura do país, não só de Vila Franca de Xira, e por isso deveria ser suficientemente realçada essa informação, tendo-se entendido que deveria ter um realce em termos de um anúncio, e o valor colocado foi esse. -----

Quanto às outras questões, manifestamente terá de pedir aos serviços para explicarem por que é que as matérias não foram consideradas, mas julga que são questões de extrema necessidade. Normalmente no decorrer da obra há necessidade de introdução de alguns pormenores que não estavam previstos no projeto, e consequentemente na empreitada, e estes tiveram de ser resolvidos, pois tinha mesmo que se encontrar uma solução. -----

Quanto à colocação de pilaretes, foi porque se verificou que uma determinada zona deveria estar reservada só em termos pedonais e o projeto não previa isso. Pensa que seja isso, mas não tem a certeza. Depois, também houve necessidade da vedação, que não estava prevista no projeto. -----



Há outras coisas mais que o Sr. Vereador Paulo Rodrigues referiu, e irá solicitar aos serviços que façam uma avaliação do porquê das matérias não terem sido incluídas na própria empreitada, pois não tem condições agora de explicar. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, respondendo que se o Sr. Presidente não consegue responder agora tem de estar de acordo em esperar, e irá aguardar. -----

Interveio de novo o Sr. Presidente, dizendo que é difícil, às vezes, ter a capacidade para responder logo. O Sr. Vereador Paulo Rodrigues colocou dúvidas, legitimamente, mas para poder responder tem de solicitar aos serviços que respondam a essas mesmas dúvidas. São matérias que foram seguidas pelo DOVI – Departamento de Obras, Viaturas e Infraestruturas, mas tiveram início na EMRU – Equipa Multidisciplinar da Reabilitação Urbana, e entre a EMRU e o DOVI os técnicos têm que se pronunciar. -----

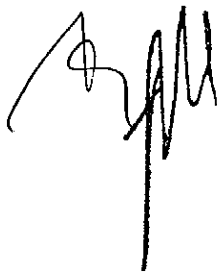
Dirigindo-se à Engª Rosário Ferrão, solicitou-lhe neste sentido que falasse com o Urbª Luís Matas de Sousa. -----

A vida tem destas coisas, há muitas surpresas, algumas agradáveis, e esta também é, que é tentar esclarecer o que o Sr. Vereador Paulo Rodrigues colocou, e se a Engª Rosário Ferrão tiver alguma dúvida sobre a matéria, falará com o seu colega, Urbª Luís Mata de Sousa, para este lhe explicar. O urbanista não está presente hoje, está de férias, e por isso se dirige à Engª Rosário Ferrão. -----

Assim sendo, esta clarificação vai ser enviada à CDU, mais em particular ao Sr. Vereador Paulo Rodrigues. -----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, reforçando que na reunião de 27 de novembro de 2013, num ponto equivalente, os membros da Coligação Novo Rumo pediram que lhes fossem esclarecidas duas situações, nomeadamente, de acidentes de viação, não sabendo se o Sr. Presidente está lembrado. O Engº José Fernandes tentou explicar, mas estava também a ser demasiado claro, até por falta de elementos no local, e ficou-se de enviar esses esclarecimentos, mas até hoje não receberam. -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



1. Assunto: EXERCÍCIO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA CORRESPONDENTE À GARAGEM SITA NO BAIRRO FUNDO FOMENTO DE HABITAÇÃO, Nº 39 – ALHANDRA-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 315/13, de 13/12, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação do não exercício do direito de preferência e autorização de transmissão da garagem sita no bairro Fundo Fomento de Habitação, nº 39, na freguesia de Alhandra, pelo valor de 7 300,00€. ---
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 315/13, de 13/12, do Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata* 139

Reunião de 2013/12/27

Procº _____

Deliberação nº 1265

1. Assunto: ADENDA AO PROTOCOLO DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES PARA O ANO DE 2014 – AUTOBACELOS, LDA -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 316/13, de 13/12, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação da celebração de nova adenda ao protocolo de cedência das instalações sitas na rua Alves Redol, nº 123, em Vila Franca de Xira, para o ano de 2014, celebrado com a Autobacelos, Lda. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 316/13, de 13/12, do Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que foi pedida a prorrogação, e os membros da CDU compreendem e entendem perfeitamente, mas não vem qualquer documento que dê respaldo a esta situação da própria Autobacelos. Assim, questionam se foi pessoalmente ou por escrito, uma vez que não vem nada. Respondeu o Sr. Presidente que existe um contrato. -----
Prosseguiu o Sr. Vereador, dizendo que a empresa foi para o local onde está, depois iria construir a tal nave na Quinta dos Bacelos, possivelmente não construiu, e por isso está nesta situação, mas questiona se há uma perspetiva de quando será a ida da Autobacelos para a Quinta dos Bacelos e, sendo prorrogada a situação, quando é que a contagem dos 25 anos tem início certo, se é quando for para a Quinta dos Bacelos, ou se está a contar já agora. -----
Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que as perguntas dos membros da Coligação Novo Rumo são semelhantes, nomeadamente qual é ponto de situação



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata' **140**

Reunião de 2013/12/27

Procº _____

Deliberação nº _____

da transferência para o terreno, ver se durante o ano de 2014 o protocolo será cumprido, e se os pagamentos têm sido regulares.-----

É importante avaliar, porque há várias situações destas no concelho em que era importante a intervenção da câmara municipal. A autarquia, ao fazer isto, tem de estar disponível para fazer igual noutros locais, e deveria avaliar rapidamente, vendo por que é que a empresa não muda, como é que se está a fazer, e quem é que está a pagar, não tendo o próprio, neste momento, a noção de como funcionam as instalações. Quem paga? Em que circunstâncias? A Autobacelos suporta alguma coisa? Não tem presente, e por isso perguntou.-----

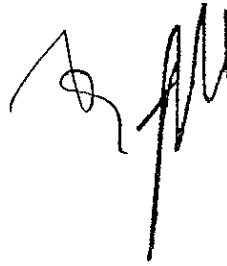
Interveio o Sr. Presidente, referindo que, como se sabe, a Autobacelos saiu do local onde estava por causa de uma intervenção da câmara municipal, na medida em que se ia requalificar a zona, e a requalificação que se ia fazer não era compatível com a manutenção daquela atividade.-----

Houve muitas conversas com a anterior presidente, que culminaram com a ida da empresa para aquele espaço, que é municipal, onde paga uma renda. O Sr. Vereador Rui Rei pergunta como é que se está de rendas, e há alturas em que o pagamento é regular, e outras em que é irregular. -----

Confessa, efetivamente, que terá de se encontrar outra figura, uma outra solução, porque o lote que está pensado para a empresa no loteamento dos Bacelos ainda não está infraestruturado. É um lote que foi aprovado, um loteamento municipal, e também tem dúvidas, mesmo que estivesse infraestruturado e houvesse todas as condições para avançar com a construção, que neste momento a empresa tivesse condições para o efeito. Tem dúvidas, mas pode estar enganado, porque às vezes há alguma irregularidade no pagamento das rendas.-----

Neste momento aquilo que se está a fazer é a manutenção daquela atividade, que tem uns quantos postos de trabalho, é uma atividade familiar, mas são postos de trabalho que ali são desenvolvidos, e confessa que a solução era provisória, que se tem arrastado, e por isso vai-se ter, o mais depressa que for possível, encontrar outra solução.-----

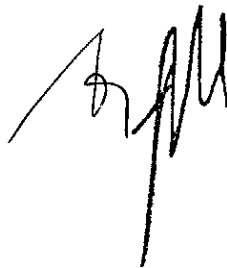
Tomou a palavra o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que conhece perfeitamente os proprietários da Autobacelos, antiga Autocais, e o levantamento da questão, por parte do Sr. Vereador Rui Rei, que o próprio não levantou, tem a



ver com o facto de já ter vindo em tempos à reunião de câmara as rendas em atraso, em que depois se tomou uma decisão, e não sabe se foram pagas ou não. -- Embora não esteja a defender isso, o próprio protocolo contempla que se forem 3 meses de rendas em atraso pode haver resolução do contrato, e não defende isso, derivado à crise, e não é só por conhecer os proprietários. Assim, considerando estas situações, entende esse cuidado por parte da câmara municipal. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

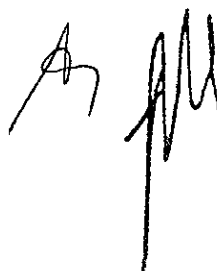
CAPÍTULO: EDUCAÇÃO E CULTURA



1. Assunto: PROTOCOLO DE UTILIZAÇÃO DO BARCO VARINO LIBERDADE – PROJETO BARCAS DO TEJO-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 364/13, de 20/11, do DEC/Turismo, para aprovação do protocolo a celebrar com Humberto Manuel Leal da Silva, na qualidade de promotor do Projeto Barcas do Tejo, com vista à utilização do Barco Varino Liberdade durante a época baixa, meses de novembro a abril.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 364/13, de 20/11, do DEC/Turismo, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação, referindo que presume que este assunto vá levar algum tempo de discussão, e ficará para a próxima reunião de câmara.-----

-----
7. Deliberação: O assunto não foi analisado, transita para a próxima reunião de câmara.-----

CAPÍTULO: AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL



1. Assunto: ECOBAIRRO – NORMAS DAS HORTAS URBANAS -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 495/13, de 12/12, do DASDEDS/DASEP, para aprovação das normas de utilização das hortas urbanas, no âmbito do projeto do Ecobairro, na Póvoa de Santa Iria.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 495/13, de 12/12, do DASDEDS/DASEP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio o Sr. Presidente, referindo que é indispensável que este ponto seja hoje deliberado.-----
Tomou a palavra o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, mencionando que os membros da CDU não receberam a documentação do ponto.-----
Interveio novamente o Sr. Presidente, questionando se os membros da Coligação Novo Rumo receberam a documentação, tendo o Sr. Vereador Rui Rei respondido afirmativamente.-----
Retomou a palavra o Sr. Presidente, perguntando se os computadores não são compatíveis, porque se se recebe de um lado, também se deveria receber do outro, e a informação que tem é que foi enviada a documentação.-----
O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, dizendo que os membros da CDU precisam de tempo para ler o ponto e precisam de refletir sobre ele, confirmando que a informação chegou tardiamente, muito para além da hora.-----
Interveio o Sr. Presidente, questionando ao Sr. Vice-Presidente quais as consequências de não se deliberar hoje o ponto.-----
Respondeu o Sr. Vice-Presidente que vai verificar com os serviços, porque a pressa



tem a ver com o facto de as obras irem terminar em meados de janeiro, e gostaria que houvesse algum tempo para abrir as inscrições com tempo, não se ficando com o mínimo espaço possível entre a obra estar pronta e as hortas estarem atribuídas, pois corre-se algum risco do espaço começar a ser vandalizado.-----

Desta forma, o que sugere, tendo em conta a relação fácil entre os diversos gabinetes de apoio, estando até já determinada qual é, que quando haja alguma situação que pareça anormal, como é o caso, uma vez que receberam todos os documentos e não terão recebido estes, ou receberam tarde, de acordo com a informação do Sr. Vereador Nuno Libório, que também possa haver algum contacto antes ou até no início da reunião, tendo o próprio estes documentos impressos, porque os Srs. Vereadores podiam querer levantar uma questão que fosse mais fácil de ver em papel. -----

Assim, pelo menos poderá entregar os documentos em papel, para poderem olhar para eles, e via-se entretanto se havia alguma questão fundamental a colocar.-----

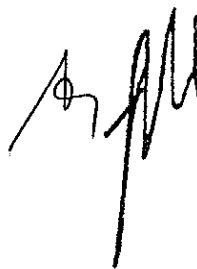
Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, mencionando que as questões dos membros da Coligação Novo Rumo relativas a este ponto, e não sabem se vai ser discutido hoje ou não, são formais, pelo que podem desde já elencá-las, porque se vier a uma próxima reunião, se houver concordância, poderá vir corrigido, no seguimento das mesmas questões. -----

Interrompeu o Sr. Presidente, sugerindo que se possa dar algum tempo para a Srª Vereadora, muito rapidamente, colocar as questões, no sentido de se poderem ainda introduzir, se for caso disso, mas vai retirar o ponto, porque manifestamente não há condições para os Srs. Vereadores da CDU se pronunciarem. -----

Prosseguiu a Srª Vereadora, reportando-se ao artigo 5º das normas, sobre as candidaturas, em que se refere que para admissão dos candidatos deverão ser preenchidos alguns requisitos. -----

Na alínea b) consta que têm de ser recenseados na freguesia da Póvoa de Santa Iria, e a questão tem de ser retificada, uma vez que já não é freguesia mas união das freguesias. -----

Quanto à alínea a), que é serem moradores na Póvoa de Santa Iria, há que apurar se é serem moradores na cidade da Póvoa ou na união das freguesias. Não sabe o que é que a câmara municipal pretende, se é restringir o universo dos candidatos a



morador na cidade. -----

Retomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que uma das questões essenciais que a si, particularmente, o preocupava, era que as antigas pessoas que tinham ali pequenas hortas informais tivessem prioridade na distribuição, e isso está garantido. -----

Continuou a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, mencionando que outra questão tem a ver com a ficha de inscrição, onde é exigido anexar cópia do cartão de eleitor. Como se sabe há muitas pessoas que não têm cartão de eleitor, nomeadamente face à reestruturação das freguesias, e essa exigência pode complicar a inscrição dos candidatos. Não faz sentido exigir-se, até porque a autarquia tem meios de aferir se a pessoa está inscrita na união das freguesias. -----

Disse-lhe agora o Sr. Vereador Rui Rei que a pessoa tem de pôr o número de identificação, e pode pôr o número de eleitor, tem espaço para isso, e a própria autarquia pode confirmar isso, sendo que esta exigência, inclusivamente, pode levar a que os serviços dificultem a apresentação da candidatura. -----

Por outro lado, como naquele artigo 5º é exigido que a pessoa more na cidade da Póvoa de Santa Iria, é necessária também a prova dessa morada, e não sabe se a câmara municipal o quer fazer através do recenseamento, ou doutra maneira. -----

São estas as questões que deixa, para que a câmara municipal possa ponderar, e já que o ponto vem a uma próxima reunião, gostariam de as ver devidamente esclarecidas. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, agradecendo as chamadas de atenção da Srª Vereadora, e o que solicita, neste caso, tendo em conta que se fica com menos tempo ainda relativamente ao final da obra e à entrega dos espaços, que a CDU lhe faça chegar os contributos ou observações que tenha a fazer durante esta próxima semana, de maneira a que o documento que venha à próxima reunião de câmara seja o mais consensualizado possível, por forma a não se perder tempo com um ou outro aspeto que pode ser resolvido depois. -----

Assim, agradece desde já a atenção para isso. -----

7. Deliberação: Retirado da ordem do dia, sendo presente à próxima reunião de câmara. -----

Fl. Ata **148**

Reunião de 2013/12/27

Proc^o

Deliberação nº **1266**

Assunto: ATA EM MINUTA DA REUNIÃO DE CÂMARA -----

Presente para aprovação a ata em minuta da presente reunião de câmara, com dispensa da sua leitura. -----

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta da presente reunião de câmara. -----



Reunião de 2013/12/27

Deliberação nº _____

Quanto às respostas das questões colocadas no período antes da ordem do dia, serão dadas igualmente na próxima reunião.-----

fim reunião

